Número: 172/2007
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

ELIZABETE MAYUMY KOBAYASHI

EUGENIA E FUNDAÇÃO ROCKEFELLER NO BRASIL: A SAÚDE COMO INSTRUMENTO DE REGENERAÇÃO NACIONAL

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Política Científica e Tecnológica

Orientadora: Profa. Dra. Maria Conceição da Costa
Co-orientadora: Profa. Dra. Lina Rodrigues de Faria

CAMPINAS - SÃO PAULO

Agosto - 2007

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP
Bibliotecário: Helena Joana Flipsen – CRB-8ª / 5283

K792e

Kobayashi, Elizabete Mayumy.
Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil : a saúde como instrumento de regeneração nacional / Elizabete Mayumy Kobayashi. -- Campinas, SP : [s.n.], 2007.

Orientadores: Maria Conceição da Costa, Lina Rodrigues de Faria.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1.Fundação Rockefeller. 2. Eugenia. 3. Saúde pública. I. Costa, Maria Conceição da. II. Faria, Lina Rodrigues de. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. IV. Título.

Título e subtítulo em inglês: Eugenics and Rockefeller Foundation in Brazil : the health as instrument of national regeneration.

Palavras-chave em inglês (Keywords): Rockefeller Foundation, Eugenics, Public health.

Titulação: Mestre em Política Científica e Tecnológica.

Banca examinadora: Luiz Antonio de Castro Santos, Léa Maria Leme Strini Velho.

Data da Defesa: 29-08-2007.

Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica.

UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM
POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

AUTORA: ELIZABETE MAYUMY KOBAYASHI

EUGENIA E FUNDAÇÃO ROCKEFELLER NO BRASIL: A SAÚDE COMO INSTRUMENTO DE REGENERAÇÃO NACIONAL

ORIENTADORA: Profa. Dra. Maria Conceição da Costa
CO-ORIENTADORA: Profa. Dra. Lina Rodrigues de Faria

Aprovada em 29/08/2007

EXAMINADORES:

Profa. Dra. Maria Conceição da Costa - **Presidente**

Prof. Dr. Luiz Antônio de Castro Santos

Profa. Dra. Léa Maria Leme Strini Velho

Campinas, 29 de agosto de 2007

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
CÉSAR LATTES
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÃO

20080457

Para Fabíola, Cidoval e Marco Antônio,
meus incentivadores

AGRADECIMENTOS

Nos momentos de tensão, nossa turma brincava com a idéia de que a hora de escrever os "agradecimentos" deveria ser a parte mais prazerosa do trabalho. Talvez, porque isso, na nossa imaginação, implicasse o sentimento de conclusão, de estar com todos os compromissos cumpridos. Enfim, chegaria a hora de dizer obrigada a todos que direta ou indiretamente nos apoiaram nesse processo.

Agradeço especialmente à minha orientadora Maria Conceição da Costa, por ter confiado em mim e no meu trabalho. Por seu senso de humor, que dissipava minhas preocupações e acabava com meus temores. Pelas orientações precisas.

A minha co-orientadora, Lina Rodrigues de Faria, agradecimentos pela paciência, pela compreensão, pela ajuda valiosa na elaboração desta dissertação.

A ambas, pela elegância, pela amizade e pelo carinho dedicados a este trabalho.

Aos meus pais, Kotiyo e Neuza, e à minha irmã, Liana, pelo apoio incondicional nos momentos de tristeza e incertezas. À minha prima, Ruth, sempre disposta a me ajudar nas dificuldades. Ao meu namorado, André, pelo amor que tem me devotado, por me ensinar a ser uma pessoa melhor.

À minha amiga, quase minha irmã gêmea, Maria Lígia, companheira de tantas empreitadas (acadêmicas e sentimentais), agradeço o apoio em tantos momentos de angústia e a presença nos de alegria e conquistas.

Considero nosso grupo uma turma de alunos muito especial. Compartilhamos angústias e alegrias, sempre com respeito e admiração mútua. Agradeço, particularmente, a Gabriela e Sabine, pela amizade, pelo apoio, pela acolhida em Campinas. A Cristiane Ogushi e sua família, pelo carinho com que me receberam em sua casa. Ao Ricardo, pelas longas, deliciosas e divertidas conversas. A Camila, pela descoberta de uma amizade. Aos professores e funcionários do Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências, especialmente Valdirene, Edinalva e Adriana. Expresso também meus agradecimentos a todos funcionários das bibliotecas da Unicamp pelo excelente trabalho.

Agradeço aos meus mestres que sempre me incentivaram, principalmente a Fabíola de Oliveira, Cidoval Morais de Sousa e Marco Antônio Villarta-Neder. A todos os meus caríssimos amigos de longa data que sempre souberam das minhas aspirações acadêmicas. Ao Adelino, pelo carinho e ajuda na elaboração do *abstract.*

A Luzia Aurélia Castañeda, por disponibilizar seu acervo sobre eugenia e por me atender sempre tão prontamente.

À banca examinadora composta pelos professores Luiz Antonio de Castro Santos e Lea Velho, expresso meus agradecimentos e minha profunda admiração e respeito. Finalmente, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que propiciou a realização desta pesquisa.

"(...) visto que cada indivíduo se origina de um inextricável complexo bio-químico sempre variável, como poder esperar uma certa estabilidade necessária? O homem seria dono do seu porvir, se o ideal eugênico fosse de fato realizável. Multiplicar os melhores... Mas, quais são os melhores?"

Edgar Roquette-Pinto

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....viii

LISTA DE SIGLAS.....x

RESUMO.....xi

ABSTRACT.....xii

INTRODUÇÃO.....1

CAPÍTULO 1: EUGENIA E FUNDAÇÃO ROCKEFELLER: CONCEITUALIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO.....4

1.1 – Conceitos-chave: apresentação.....4

1.2 – História, entraves e constituição da Fundação Rockefeller.....13

1.2.1 - Fundação Rockefeller: origens.....13

1.2.2 -A institucionalização da Fundação Rockefeller.....14

CAPÍTULO 2 – A DINÂMICA DO MOVIMENTO EUGENISTA: ASPECTOS GERAIS.....18

2.1 - Francis J. Galton – o pontapé inicial da eugenia.....18

2.2 - Outros atores envolvidos.....19

2.3 – Eugenia: movimentação e complexidade.....21

2.4 - O movimento eugenista nos Estados Unidos e na Alemanha.....23

2.4.1 - Estados Unidos.....24

2.4.1.1 - Charles Davenport e Harry Laughlin: representantes da institucionalização do movimento eugenista americano.....26

2.4.2 - Eugenia na Alemanha: muito além do nazismo.....28

2.4.2.1 - Eugenia como sinônimo de crescimento nacional.....29

2.4.2.2 - A República de Weimar (1918 – 1933).....34

2.4.2.3 - Fundação Rockefeller e a dinâmica do movimento eugenista alemão.....36

2.4.2.4 - A década de 1930: a eugenia sob os auspícios de Hitler.....39

CAPÍTULO 3- EUGENIA E FUNDAÇÃO ROCKEFELLER NO BRASIL: RELAÇÃO INDIRETA DE COOPERAÇÃO.....43
3.1 - Eugenia no Brasil: movediça.....44
3.2 - Sob a efervescência das décadas de 1910 a 1930: a institucionalização e a legitimação do movimento eugenista brasileiro.....48
3.3 - Eugenia na década de 1930: novo cenário, discussões e atores familiares.....60
3.4 - Eugenia, Saneamento e Fundação Rockefeller: uma outra face do movimento internacional.....65
3.5 - Retrato do Brasil: a visão racializada da Fundação Rockefeller.....72
3.5.1 - Brasil Nordeste X Brasil Sul.....74
3.6 - Afinal, qual era a constituição do povo brasileiro?.....76

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....82

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....88

BIBLIOGRAFIA.....95

LISTA DE SIGLAS

AAC	Conselho de Assistência Acadêmica *Academic Assistance Council*
ABA	Associação Americana de Criadores (*American Breeders Association)*
DNSP	Departamento Nacional de Saúde Pública
ERO	Escritório de Registro Eugenista (*Eugenics Record Office*)
IFEO	Federação Internacional das Organizações Eugênicas (*International Federation of Eugenic Organization*)
LBHM	Liga Brasileira de Higiene Mental

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como instrumento de regeneração nacional.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Elizabete Mayumy Kobayashi

Eugenia: heterogênea e complexa. Da conceituação do termo pelo inglês Francis Galton no século XVIII, até o advento do nazismo, sua expressão mais radical, o movimento possuiu características distintas. Neste trabalho, buscamos observar uma outra faceta do movimento mundial: a peculiaridade da eugenia brasileira ao defender a regeneração de um povo, não condenado pelo clima ou pela raça, mas doente. Nesse contexto destacamos um novo elemento: a presença da Fundação Rockefeller. Nosso argumento baseia-se no fato de que nas duas primeiras décadas do século XX, a eugenia, em terras brasileiras, era sinônimo de saneamento e higiene. A Fundação Rockefeller, por sua vez, teve atuação marcante no campo da saúde pública, especialmente naquilo que se relacionava ao saneamento e ao combate às doenças que assolavam tanto as áreas urbanas como as rurais. A chegada da fundação norte-americana ao Brasil foi marcada pela negociação, já que o país possuía uma tradição médica que se consolidava. Ao mesmo tempo, podemos defender que a Fundação foi também "capturada" pela eugenia brasileira, que nesse período se confundia com saúde pública.

Palavras-chave: Eugenia, Fundação Rockefeller, Saúde Pública

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Eugenics and Rockefeller Foundation in Brazil: The health as instrument of national regeneration

ABSTRACT

Master Dissertation
Elizabete Mayumy Kobayashi

Eugenics: heterogeneous and complex: since the conception of the term with Francis Galton in the 18th century, until the advent of the nazism, its more radical expression, the movement presented different characteristics. In this work, we try to observe another side of the worldwide movement: the peculiarity of the Brazilian eugenics by defending the regeneration of a nation, that was not condemned by the climate or the race, but was sick. In this context we take a new element: the presence of the Rockefeller Foundation. Our argument is based on the fact that in the two first decades of the 20th century, eugenics in Brazil meant sanitation and hygiene. The Rockefeller Foundation was a leader in the field of public health, specially in things related to sanitation and in fighting against diseases that were devastating the urban as much as the rural areas. The coming of the north american Foundation to Brazil was marked by negotiation, since the country had a medical tradition that was increasing by that time. At the same time we claim the idea that the Foundation was also "captured" by the Brazilian eugenics that in this period was confounded with public health.

Key-words: Eugenics, Rockefeller Foundation, Public Health

INTRODUÇÃO

Até a elaboração deste trabalho, nunca tinha ouvido falar sobre eugenia. Conhecia, evidentemente, a perseguição nazista aos judeus, as histórias de Monteiro Lobato a respeito da transformação do Jeca Tatu de um homem doente em uma pessoa saudável e produtiva, mas o conceito em si me era estranho. É interessante notar que depois da familiarização com o assunto e conseqüente envolvimento nele, passei a lembrar de algumas estórias contadas pela minha mãe a respeito da imigração, dos casamentos inter-raciais e dos exames pré-nupciais. Filha de japoneses, ela sempre dizia que, em sua época de infância, defendia-se veementemente a manutenção do casamento entre descendentes da mesma nacionalidade. Além disso, os mestiços oriundos dessa união eram vistos com descaso e preconceito. Outras questões abordadas relacionavam-se às famílias que possuíam pessoas com tuberculose, ou com qualquer outro mal, e o perigo que isso representava para seus descendentes. Qual não foi minha surpresa, ao enveredar pela eugenia, ante o fato de que isso não era um pensamento particular ou preconceito de uma geração, mas um movimento mundial. É interessante notar que as considerações feitas pela minha mãe podem ser vistas como uma eugenia às avessas já que, no Brasil, os imigrantes japoneses eram classificados como prejudiciais à homogeneização do povo. Por sua vez, para muitos daqueles que aportavam no país, a miscigenação também era mal-vista. Prova da heterogeneidade e complexidade do movimento eugenista, de maneira geral.

O pontapé inicial deste trabalho foi o livro **A guerra contra os fracos,** do jornalista americano Edwin Black. Nele, o autor discorre a respeito da cruzada empreendida pelos americanos contra aqueles considerados inaptos. Black defende que isso só foi possível graças ao apoio e financiamento de fundações como a Carnegie e a Rockefeller. Meu objeto de trabalho inicial era averiguar as relações mantidas entre a Fundação Rockefeller e a fazenda de propriedade da então Tecelagem Parahyba, em São José dos Campos. Considerada um modelo, na década de 1930, a fazenda já investia em ciência e tecnologia no melhoramento da sua produção; isso, talvez, justificasse a presença da fundação no local. Entretanto, nas pesquisas iniciais, nenhum registro foi encontrado, evidenciando um profundo silêncio em torno do assunto. O que resta é somente o relato de um parente que conheceu "*Mr. Porter*", o engenheiro agrônomo designado pela Rockefeller para trabalhar na fazenda.

Ainda interessada no papel da Fundação Rockefeller no Brasil, me deparei com as discussões sobre eugenia. Em grande medida a partir das leituras que já havia feito sobre a Fundação Rockefeller, comecei a me questionar se haveria de fato algum envolvimento desta com o movimento eugenista brasileiro, nas décadas de 1910 a 1930. Nesse período, especialmente, nos primeiros vinte anos do século XX, a Rockefeller atuou de modo decisivo na implementação de ações voltadas para a saúde pública no Brasil, especialmente naquilo denominado de movimento sanitarista. Nessa mesma época, a eugenia brasileira considerar-se-ia sinônimo de sanitarismo, onde a máxima defendida era que "sanear era eugenizar".

Este trabalho buscou estabelecer uma conexão entre os movimentos sanitarista e eugenista, colocando em cena uma personagem de suma importância, no desenrolar dessa história: a Fundação Rockefeller. A leitura crítica do material coletado permitiu-me observar uma outra faceta do movimento eugenista brasileiro e também da própria Fundação Rockefeller. Se nos Estados Unidos e na Alemanha, a Rockefeller investiu diretamente em pesquisas e instituições ligadas à eugenia, aqui no Brasil ela se viu "capturada", envolvida, por um movimento que já vinha se consolidando. A parceria estabelecida entre a Rockefeller e o Brasil se calcaria numa relação de troca, ou de cooperação, onde haveria mais discussão do que dominação.

Para tentar responder à pergunta principal deste trabalho, a respeito da participação da Fundação Rockefeller no movimento eugenista brasileiro, procurei trazer à tona as diferentes vozes, algumas convergentes, outras divergentes, que aqui se pronunciaram. Antes de apresentar os capítulos, é necessário alertar que, embora em alguns deles nos deparemos com questões ligadas à raça, a teorias ligadas à genética ou à evolução, este trabalho não tem esses assuntos como objetos centrais da discussão. O que se buscou construir foi o cenário no qual a eugenia de maneira geral, e a eugenia no contexto brasileiro, se desenrolaram. O capítulo quatro, por exemplo, traz à tona as posturas de alguns eugenistas brasileiros. Isso se traduziu numa estratégia para que se demonstrasse a dinâmica do movimento brasileiro: sua complexidade e heterogeneidade, denominadores comuns ao movimento eugenista como um todo. Essas características são bússolas no entendimento desta dissertação.

O capítulo um se divide em duas partes. Na primeira, apresento os conceitos considerados chave no entendimento da eugenia, da medicina social e da cooperação internacional

estabelecidas entre a Fundação Rockefeller e o Brasil. Na segunda, abordo – em linhas bastante gerais - a trajetória da Fundação Rockefeller e a sua institucionalização como uma fundação filantrópica.

As origens da eugenia e sua repercussão mundial são abordadas no capítulo dois. Para discutir a eugenia nesse contexto mais amplo, foram selecionados seus desdobramentos nos Estados Unidos e na Alemanha. Tanto a escolha do primeiro como a do segundo país justificam-se pela alegação do suposto financiamento da Rockefeller ao movimento eugenista americano e alemão. Ao caso deste último, some-se a controvérsia em torno da relação entre eugenia e nazismo, apesar disso, não se pretendeu exaurir o assunto, mas apenas observar a dinâmica da eugenia nesses dois países.

O último capítulo tratará especialmente da participação ou não da Fundação Rockefeller no movimento eugenista brasileiro. O capítulo se estrutura baseado numa espiral, num dinamismo tipicamente eugenista. Com a preocupação constante de familiarizar o leitor com o assunto, apresento o cenário no qual a eugenia se desenrolou nas três primeiras décadas do país. Em seguida, abordo a institucionalização e a legitimação da eugenia brasileira e da repercussão do movimento na década de 1930. Por fim, retorno às duas primeiras décadas do século XX para tentar identificar qual seria o envolvimento da Rockefeller com o movimento eugenista brasileiro.

CAPÍTULO 1: Eugenia e Fundação Rockefeller: conceitualização e contextualização

O objetivo deste capítulo é apresentar os conceitos principais discutidos ao longo deste trabalho e, ao mesmo tempo, tentar reconstituir, em linhas gerais, a trajetória da Fundação Rockefeller para se instituir como tal. Para tanto, dividimos o capítulo em duas partes: na primeira, os conceitos; na segunda, a discussão sobre a Rockefeller.

1.1 – Conceitos-chave: apresentação

O primeiro passo para se observar o movimento eugenista brasileiro nas três primeiras décadas do século XX e o envolvimento da Fundação Rockefeller foi procurar montar o cenário no qual essa relação se desenrolou. Para tanto, definimos alguns conceitos-chave citados, direta ou indiretamente, ao longo de todo o trabalho, como: **cooperação internacional, fundação filantrópica ou filantropia científica, polícia médica e medicina social**. Na conceituação de **eugenia**, o capítulo dois discutirá não somente seu significado, como apresentará a utilização do termo e das medidas eugênicas, em países como os Estados Unidos e a Alemanha[1], buscando apresentar os diferentes desenhos formados pelo caleidoscópio[2] eugênico, ou fornecer o pano-de-fundo intermitente sobre o qual o movimento eugenista se desdobrou tanto no Brasil como no mundo.

É importante observar que os trabalhos americanos sobre eugenia feitos em parceria com pesquisadores alemães, bem como aqueles ligados à saúde pública no Brasil, podem ser entendidos a partir da idéia de **cooperação internacional, ou** "a disposição de instituições internacionais que adotam um determinado tipo de ação de fomento e/ou financiamento a atividades científicas" (Costa, 2004: 192). As ações de fomento apresentariam como ponto central uma "ação continuada de apoio, incentivo, e estímulo a uma dada atividade, e que quase sempre inclui financiamento" (Costa, 2004: 192). Na teoria, definem-se como uma "troca de saberes entre os financiadores e os receptores da doação, e, na prática, um interesse no estado da arte da ciência em diferentes países" (Faria & Costa, 2006). Ou, no lugar de "troca de saberes", a

[1] A escolha destes é representativa, já que o primeiro é o país de origem da Fundação Rockefeller e o segundo, dada à polêmica existente em torno do assunto.
[2] A metáfora do "caleidoscópio" nos fornece a idéia de multiplicidade de características da eugenia nos diversos países, onde fora defendida.

cooperação também pode ser classificada como uma maneira de exportar para os países menos desenvolvidos modelos institucionais para a organização do conhecimento, supondo que o "saber" do "doador" seria positivo para o "receptor" (Cueto, 1994).

A parceria estabelecida entre a Fundação Rockefeller e o Brasil ilustrou as conceituações acima de maneira eficaz. Uma abordagem mais detalhada no capítulo três mostra que, aqui, a fundação norte-americana financiou, fomentou e, principalmente, adaptou-se a uma comunidade médica já consolidada, tendo que negociar com seus hospedeiros. As decisões não foram simplesmente impostas pela Fundação. Os acordos realizados entre a Rockefeller e os governos estaduais passavam pela aprovação e consentimento do Governo Federal. Além disso, o pesquisador brasileiro tinha "autonomia na definição de objetos de pesquisa, ainda que houvesse certa delimitação de campo temático" (Faria & Costa, 2006: 7). A concessão de bolsas de estudos também foi uma das maneiras encontradas para a transferência de conhecimentos. Vários profissionais brasileiros viajaram aos Estados Unidos para se aprimorar e replicar o conhecimento adquirido em seus países de origem. Essas ações seriam classificadas mais tarde como "sementes iniciais": "a idéia designava claramente a vocação da Fundação Rockefeller para apoiar financeiramente estudantes, pesquisadores ou instituições criteriosamente selecionados que pudessem disseminar o modelo de ciência da instituição" (Marinho, 2001: 25). Outra estratégia para a eficácia dos trabalhos realizados nos países hospedeiros era a identificação de figuras eminentes no país a receber a Rockefeller, para que essas consolidassem os trabalhos iniciados pela fundação, e também, em alguns casos, para que se rompessem algumas tradições pré-existentes. Por exemplo: quando a Fundação Rockefeller chegou ao país na primeira década do século XX, o Brasil possuía uma influência cultural, intelectual, massivamente francesa. A transferência de conhecimento se dava pela inserção direta de pesquisadores e professores da Fundação para trabalharem em conjunto com os profissionais brasileiros (Marinho, 2001).

Em tese, existia uma preocupação dos países avançados em colaborar com aqueles do terceiro mundo para que atingissem desenvolvimento científico e econômico social. As ações das agências filantrópicas, que não coincidentemente, se localizavam nos primeiros, muitas vezes, foram criticadas como centralizadoras e interventoras (Costa, 2004). Como já foi apontado, tal postura ao longo do tempo foi variando de acordo com as circunstâncias históricas, e também pela resistência dos países auxiliados pelas fundações. A essa diversidade de significados, é

necessário acrescentar a dificuldade de se fixar um período no qual a cooperação internacional começou ou se efetivou. A ênfase dada por estudiosos se concentrou nas décadas de 1940 e 1950; entretanto, já no final do século XIX, investigadores ou missões estrangeiras já se faziam presentes no Terceiro Mundo. As ações dessas missões podiam ser consideradas como cooperação internacional. A atuação inicial destas eram classificadas, muitas vezes, como paternalistas, com decisões tomadas sobretudo pelas agências doadoras (Costa, 2004). É importante salientar que os processos de cooperação não aconteciam (ou acontecem) num ambiente estático, mas numa "arena de poder (...), onde os diferentes atores partícipes barganham e se relacionam em prol da construção de campos científicos" (Costa, 2004: 7). No caso específico da América Latina, a chegada das missões da Fundação Rockefeller foi ao encontro da aspiração dos governos de expandir sua legitimidade nacionalmente (Castro Santos, 1985; Cueto, 1994).

Para alguns estudiosos, como Arnove (1982a), as **fundações filantrópicas** não somente eram paternalistas, como também "corrosivas" para o desenvolvimento dos países hospedeiros. As ações, segundo esse autor, poderiam ser consideradas como uma maneira de aliciar os pesquisadores dos países hospedeiros, para que esses se tornassem reprodutores da ciência americana. Ao mesmo tempo, ele alega que fundações filantrópicas como Ford, Rockefeller e Carnegie desempenharam um papel importante na formulação do ensino superior tanto nos Estados Unidos como no exterior. Ainda conforme Arnove (1982b: 305) as fundações filantrópicas, após a II Guerra, podiam "consideradas como o principal fundo para a inovação institucional, pesquisa e treinamento avançado em universidades da África, Ásia e América Latina".

Essa dualidade de Arnove encontra-se nos próprios interesses que levaram a Fundação Rockefeller a investir no Brasil, e na América Latina de maneira geral. De um lado, havia os interesses econômicos e estratégicos. Praticamente erradicada no sul dos Estados Unidos, a febre amarela ainda era uma constante nos países da América do Sul, o que representava uma ameaça de reinfecção para os americanos. Além disso, pouco antes da Primeira Guerra Mundial, o capital norte-americano começou a escoar para os países latinos, ajudando a consolidar uma economia baseada na exportação de matérias-primas. Segundo Cueto (1994), o trabalho da Fundação Rockefeller, além de auxiliar no combate às endemias nos países latino-americanos, servia

também para manter um comércio mundial estável e para proteger a saúde dos investimentos, propriedades e pessoal nas áreas da América Latina, onde a presença dos americanos era ativa. No caso específico do Brasil, as boas relações diplomáticas com os Estados Unidos facilitaram as negociações com a Fundação. Outro aspecto decisivo para a escolha do país pelos americanos, foi o destacado trabalho realizado por Oswaldo Cruz, entre 1900 -1910, contra a febre amarela e a peste bubônica. No caso da eugenia também havia o reconhecimento internacional por alguns trabalhos por aqui desenvolvidos. Classificado como incansável (Stepan, 2004), o médico Renato Kehl, fora convidado na época para colaborar com a Comissão de Estudos dos Cruzamentos de Raças, da Federação Internacional das Organizações Eugênicas (*International Federation of Eugenic Organization – IFEO),* com sede em Nova York, e sob a direção de Charles Davenport**.** Na ocasião, Kehl apresentaria um estudo sobre o problema dos cruzamentos do ponto de vista brasileiro (Boletim de Eugenia, n.4, vol. 1, abril de 1929).

A chegada da Fundação Rockefeller ao país fomentou a discussão sobre a necessidade de uma atuação centralizada do governo federal brasileiro no que se referia às questões de saúde pública. Até 1920, os acordos políticos federalistas da Primeira República impediram a implementação de programas de saúde integrados nacionalmente (Castro Santos, 1985, Castro Santos & Faria, 2003, Hochman, 1998). O que se estabeleceu nesse período se classificaria como um exemplo de uma rede de cooperação, definida como "associações de interessados, que tem como objetivo a consecução de resultados acordados conjuntamente através da participação e colaboração mútua" (Sebastián, 2000: 97).

Como apresentaremos na segunda parte deste capítulo, ao ser instituída em 1913 como uma entidade filantrópica, a Fundação Rockefeller foi alvo de desconfianças em relação ao seu caráter benevolente. Alguns questionavam se existia a possibilidade de se conciliar filantropia com os interesses da corporação de propriedade de John D. Rockefeller, detentor da maior fortuna pessoal nos Estados Unidos do início do século XX. O que representaria uma fundação filantrópica ou filantropia científica, então?

Segundo Howe (1982: 26), "formalmente, uma fundação é definida como uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, detentora de um fundo próprio e administrada por um conselho diretor". Ainda segundo a autora, as fundações se estabeleceram com o objetivo de manter ou melhorar o bem-estar social, em áreas como educação, caridade,

religião, saúde, entre outras. As grandes fundações filantrópicas americanas propunham-se a realizar doações significativas e estabeleciam-se de uma maneira que pudessem perpetuar-se. Diferentemente das ações de caridade que as precederam, estas buscavam desde seu início diversificar suas áreas de atuação, como forma de não se tornarem obsoletas. Na realidade, a nova organização e alcance das fundações refletiam a tendência existente no começo do século XX, de administrar a filantropia com empenho científico. O período da institucionalização das grandes fundações filantrópicas, de uma maneira sistematizada, coincidiu com a época na qual os milionários americanos buscavam uma maneira de gastar as fortunas sem precedentes, sem que estas se esgotassem (Howe, 1982). Fosdick (1989) relata que John D. Rockefeller já praticava ações de caridade antes da instituição da Fundação Rockefeller. Entretanto, tratavam-se de ações esparsas e, muitas vezes, sem um rígido controle de seu bom uso. Para tanto, um dos futuros diretores da Fundação Rockefeller e conselheiro de Rockefeller, Frederick T. Gates, propôs a filantropia no atacado no lugar daquela praticada no varejo. Era a transição da filantropia paroquial para a filantropia de larga escala (Marinho, 2001). Além disso, a instituição de uma fundação, com seus conselhos administrativos, seus estatutos, impediria, segundo Gates, que a fortuna acumulada pelo patrono fosse gasta aleatoriamente por seus descendentes (Fosdick, 1989).

Vale ressaltar também que nesse período (virada do século XIX para o século XX), as fundações recém-institucionalizadas voltar-se-iam para a área de administração pública. A esfera municipal era considerada um ponto nevrálgico de atuação, ou seja: o âmbito no qual as ações incidiriam diretamente e de maneira mais próxima no cotidiano das populações. A movimentação em busca de outras personagens dispostas a sistematizar sua filantropia foi marcada por conferências, publicação de periódicos, encontros que desembocariam num intenso intercâmbio entre americanos e europeus (Saunier, 2000). Pode-se considerar que nesse momento consolidava-se também uma cooperação internacional entre os Estados Unidos e a Europa.

Na década de 1930 a Fundação Rockefeller passou a investir maciçamente na área de administração pública organizando um campo que recém se institucionalizava. Trata-se de uma excelente estratégia e objetivos que seriam seguidos nas décadas posteriores (Saunier, 2000:1). A "missão" do professor de ciências políticas da Universidade de Virgínia, Rowland Egger, nesse contexto, "era educar, persuadir, induzir líderes europeus de sociedades voluntárias a trabalharem

[MCC1] Comentário:

em conjunto com os americanos", de modo a facilitar a circulação de informações e o desenvolvimento de pesquisas no campo da administração pública, em escala global (Saunier, 2000).

Existe também a hipótese de que a instituição dessas fundações ditas filantrópicas viriam a ser um subterfúgio para driblar o fisco americano. Entretanto, autores como Howe (1982) alegam que as fortunas só sofreriam taxação do governo em 1913, ano no qual a Fundação Rockefeller já havia sido consolidada. As duas primeiras décadas do século XX foram um período de extrema agitação social. Logo, a criação de fundações com características beneméritas funcionaria como um amortecedor dessas disparidades. O tema "ciência a serviço da sociedade" era uma bússola que conduzia as fundações nessa época (Howe, 1982).

A **filantropia científica** ansiava por conseguir tomar decisões de maneira puramente racional, com a utilização de métodos de pesquisa, tais como o envio de missões para os países que iriam receber o apoio das fundações. O envio de missões utilizado pela Fundação Rockefeller apresentava, aos dirigentes da instituição, fragmentos das culturas forâneas, e a percepção dos missionários a respeito do desenvolvimento científico, social e cultural dos estrangeiros (Cueto, 1994). Apesar de se auto-definirem como filantrópicas, os ideais das fundações de maneira geral, e especialmente, da Fundação Rockefeller, misturavam-se também aos interesses estratégicos, de caráter geopolítico. Estabeleceu-se uma aliança entre a filantropia, a política e a economia onde a Fundação Rockefeller "tinha uma missão humanitária a cumprir, mas suas atividades tiveram (...) outras implicações, além dos benefícios de ordem médico-assistencial" (Castro Santos & Faria, 2003: 51). A partir da ótica protestante, era possível aliar interesses comerciais e atividades humanitárias. Estas, "não se excluíam nem se revelavam como dimensões antípodas", mas como elementos complementares (Castro Santos & Faria, 2003). A racionalidade se transformaria numa justificativa para a criação de fundações filantrópicas e respaldaria a transferência de riqueza e guiaria as doações que as fundações se habilitavam a conceder. A filantropia científica/fundações filantrópicas eram consideradas "remédios" para aliviar os "males sociais de uma sociedade urbana", ao mesmo tempo que, para outros, essas iniciativas eram uma maneira alternativa de perpetuar o poder e a riqueza já conquistados por seus patronos, além de poder influenciar também nas políticas públicas, sob a égide do desinteresse científico (Howe, 1982).

Essa preocupação com os "males sociais" da sociedade urbanizada já estava no centro do debate a respeito da saúde da população desde o século XVIII. Evidentemente, essa periodização serve apenas como um marco inicial para este trabalho. As preocupações com doenças, pestes, epidemias ou endemias, de certa maneira e em diferentes momentos históricos, sempre foram constantes. Entretanto, a urbanização, a industrialização e a conseqüente aglomeração de pessoas passaram a evidenciar certos problemas que numa população dispersa – geograficamente – não ocorreriam. No século XIX, a existência de uma classe assalariada, de um proletariado industrial, não podia mais ser negada. Embora a industrialização tenha ocorrido em ritmos diferentes na Alemanha, na Inglaterra e na França, em todos esses países o processo foi acompanhado por uma "matança de inocentes" (Rosen, 1980: 87). O índice de mortalidade infantil era assombroso. Aqueles que não morriam no momento do parto eram submetidos às condições insalubres das fábricas e minas (Rosen, 1980). A medicina, nesse momento, não se dedicava apenas ao combate às doenças, mas se inseria num contexto maior, no qual se ligava às questões econômicas e políticas. Tanto que no século XIX surgiu o conceito de higiene industrial. Este se preocuparia com o melhoramento tanto do ambiente de trabalho, como inserção de padrões de ventilação, como a busca de legislações trabalhistas que regulamentassem a jornada de trabalho, a proibição do trabalho de menores de quatorze anos, o cuidado com as grávidas, entre outros. O conceito de polícia médica foi substituído no século XIX pelo conceito de **medicina social.** Segundo este, a medicina deveria voltar-se para os problemas da sociedade, observando todas suas nuances e não apenas o aspecto biológico da doença propriamente dita. Para alguns médicos, como o alemão Rudolf Virchow, "A medicina é uma ciência social e a política nada mais é do que a medicina em grande escala" (Rosen, 1980: 80). A industrialização somada aos problemas sociais levou a medicina a ser considerada uma questão social. No século XVIII, a medicina representaria, também, um instrumento de poder. O termo polícia médica denota essa inclinação, visto que representava uma maneira de controlar a população. Nos séculos XVII e XVIII, o crescimento populacional era desejado como maneira de se fortalecer um país, tanto em termos militares, como de ocupação territorial, além de uma população numerosa ser sinônimo de mais impostos para os governantes. Na França, por exemplo, o ministro de Luís XIV, Jean-Baptiste Colbert, isentava de impostos aqueles que se casassem cedo e multava aqueles que não casassem suas filhas antes dos dezessete anos e os filhos, antes dos vinte (Rosen, 1980).

Segundo Rosen, apesar da preocupação com o melhoramento da saúde da população visando seu crescimento, "na prática, o conceito de polícia médica significava um programa de ação social voltado para a saúde que visava mais ao aumento do poder do Estado do que à melhoria das condições de vida da população" (Rosen, 1980: 189). Rosen chama atenção para o momento político vivido por cada país no qual o conceito de polícia médica foi adotado. Na Alemanha e na Itália, por exemplo, havia um controle maior por parte do Estado na vida da população. Na Grã-Bretanha, por sua vez, isso não se repetia, dada a valorização das liberdades individuais. A ação da polícia médica restringia-se a algumas áreas, nas quais essa liberdade poderia ser um pouco suprimida. As exigências dos poderes nacionais concentravam-se no fomento de uma população densa, numa população materialmente bem provida e, por fim, numa "população sob o controle do governo para que pudesse ser utilizada de acordo com as necessidades do poder público" (Rosen, 1980: 147).

O termo polícia médica foi empregado pela primeira vez em 1764 por Wolfang Thomas Rau (1721-1772). Segundo Rau, "todo monarca precisa de súditos saudáveis aptos a cumprirem suas obrigações na paz e na guerra". Diante disso, o Estado deveria cuidar da saúde do povo: "A profissão médica é obrigada não só a tratar dos doentes, mas também a supervisionar a saúde da população" (Rosen, 1980: 165).

Já no século XIX, a medicina social substituiria a noção de polícia médica. Historicamente, a medicina social serviu como "resposta aos problemas de doença criados pela industrialização". A medicina social representaria a junção da medicina e da ciência social (Rosen, 1980: 138). Sociologicamente, a medicina social abarcaria a saúde em relação à comunidade, como valor e como política social.

É interessante notar que o conceito de medicina social e de suas preocupações em abordar as doenças e os aspectos sociológicos nelas envolvidos surgiu no mesmo período no qual algumas fundações, dentre as quais a Fundação Rockefeller, começaram a ser concebidas. Por exemplo, conforme Rosen, "as raízes da medicina social nos Estados Unidos devem ser procuradas na assistência social organizada que surgiu da **caridade organizada"** na década de 1890. O autor complementa alegando que "a medicina e a ciência social encontraram aí (na caridade organizada) campo comum de ação – na prevenção da tuberculose, assegurando condições de trabalho decentes nas fábricas, melhor moradia e assim por diante (Rosen, 1980:

133). Já em meados do século XIX, as grandes organizações filantrópicas americanas faziam suas primeiras tentativas em promover a saúde pública, coordenando o controle sanitário e das doenças infecciosas. A Fundação Rockefeller tinha como meta original promover uma batalha contra as doenças, consideradas como a principal fonte de vários problemas humanos, entre os quais destacavam-se a pobreza, o vício e o crime. Na visão da Rockefeller, a medicina era considerada o principal instrumento de intervenção social. Por meio dela, tornava-se possível "promover o avanço do bem-estar da humanidade por meio da erradicação das doenças" (Löwy & Zylberman, 2000: 373). No item dois, abordaremos quais as áreas iniciais de atuação da Fundação Rockefeller, mas é possível adiantar que estas convergiam para aquelas enfatizadas pela medicina social, como combate a doenças tais como a ancilostomíase ou a febre amarela. Além disso, a Fundação Rockefeller defendia que a luta contra as doenças e a circulação do conhecimento científico seriam eficientes para fortalecer as estruturas econômicas e políticas dos países. Para Frederick Gates[3], mentor da Fundação Rockefeller, as principais causas da pobreza e do atraso das populações eram a doença somada à ignorância (Löwy & Zylberman, 2000).

O desenvolvimento do conceito de polícia médica até medicina social não aconteceu de maneira uniforme. O contexto político, econômico e social de cada país modelou as idéias de acordo com suas especificidades. Na discussão do papel da polícia médica e da medicina social é necessário abordar a questão da higiene social, bastante discutida pelos eugenistas, como veremos nos capítulos dois e três. Vale notar que algumas idéias que seriam defendidas pela eugenia já integravam as discussões, tanto na época da polícia médica, como da medicina social. Um dos expoentes da higiene social (discutida nos séculos XVII a XIX), o teórico da medicina social, Alfred Grotjahn, indicava que "um dos principais problemas da higiene social seria o da degeneração física e social. Tendo este aspecto em mente, enfatizou a importância de um programa de eugenia". Grotjahn alegava ainda que somente a aplicação dos resultados da física, da química e da biologia era insuficiente na resolução dos problemas da higiene. Ele insistia que o homem possuía outra dimensão: a social (Rosen, 1980: 118).

Novamente recorremos à metáfora do caleidoscópio para enfatizar os elementos que participaram do movimento eugenista, das discussões sobre medicina social e ao mesmo tempo receberam recursos oriundos da Fundação Rockefeller. Grotjahn, por exemplo, seria um dos

[3] Para maior detalhes a respeito de Frederick Gates, ver segunda parte deste capítulo.

beneficiados pelos recursos da Fundação Rockefeller nos estudos ligados a questões de higiene social. Ao mesmo tempo, os assuntos enfatizados pela medicina social no final do século XIX, início do século XX, eram convergentes com os ideais eugenistas, no que se refere ao melhoramento da saúde e das condições de vida da população. Evidentemente, eugenia e medicina social foram utilizadas muitas vezes de acordo com aqueles que estavam à frente do poder. Suas especificidades devem ser levadas em consideração. A exposição dos conceitos de **cooperação internacional, fundação filantrópica ou filantropia científica, polícia médica e medicina social** demonstra-nos a ligação intrínseca entre eles na discussão que faremos a respeito da eugenia no Brasil e o envolvimento da Fundação Rockefeller.

1.2 – História, entraves e constituição da Fundação Rockefeller

No item anterior, abordamos conceitos considerados principais para o delineamento do objeto – a eugenia no Brasil e a Rockefeller. De maneira sucinta, buscaremos abordar as origens da Fundação Rockefeller e sua consolidação como instituição filantrópica de escala mundial. A relação estabelecida entre a Rockefeller e o Brasil será discutida posteriormente, no capítulo três.

1.2.1 - Fundação Rockefeller: origens

A origem da Fundação Rockefeller como instituição filantrópica foi marcada pela controvérsia: afinal, como poderia John D.Rockefeller, com uma das maiores fortunas americanas, preocupar-se com ações beneméritas e o "bem-estar da humanidade"?

Rockefeller foi um dos principais expoentes de um período, marcado pela formação dos grandes oligopólios e pelo "boom" da prosperidade, segundo definição de Fosdick (1989). Rockefeller dominava verticalmente todo processo de uma das indústrias que mais cresceram no período: a petrolífera. Segundo Karl & Katz (1987) essa indústria, somada à do aço e às ferrovias, representou uma das áreas de maior expansão nessa época, desencadeando mudanças radicais nas fontes de energia, materiais e transportes.

Abordar a história dos Rockefellers, seja por meio de estudos a respeito dos grandes oligopólios industriais ou pelos trabalhos filantrópicos, na maioria das vezes, significa tratar de vultosas cifras. É uma trajetória marcada pela riqueza e pelo poder. Conseqüentemente, uma história repleta de controvérsias, protestos e estudos que se debruçaram – e se debruçam - em

analisar esse período e as realizações da família. Especialmente, das ações filantrópicas da Fundação Rockefeller.

1.2.2 -A institucionalização da Fundação Rockefeller

Antes de tudo, é necessário substituir a idéia de "surgimento" pela de "consolidação". A primeira denota uma idéia de imediatismo. Transmite a impressão de que a Fundação Rockefeller floresceu espontaneamente, sem qualquer tipo de projeto ou planificação. A idéia de "consolidação" aplica-se de maneira mais adequada ao desenrolar dos fatos que culminaram em 1913, na instituição da Fundação Rockefeller como entidade filantrópica sem fins lucrativos.

Membro atuante da Igreja Batista, John D. Rockefeller já desde a juventude costumava contribuir regularmente para pequenas causas, como orfanatos, creches, hospitais, escolas. Normalmente, ações ligadas a sua religiosidade. Desde essa época, as doações eram feitas somente a entidades sem fins lucrativos e com atividades já reconhecidas pela comunidade. Era necessário também que estas pudessem gerenciar as doações de maneira eficaz, responsável e autônoma (Marinho, 2001).

A transição dessa caridade paroquial para uma filantropia em grande escala não foi obra exclusiva de John D. Rockefeller. Frederick T. Gates pode ser apontado como o mentor da sistematização das ações esparsas que o primeiro vinha realizando. A parceria Gates & Rockefeller[4], estabelecida duas décadas antes da instituição da Fundação Rockefeller, em 1913, marcou definitivamente o fim de um sistema de doações esparsas, e a adoção de princípios científicos para realizá-las. Isso significou o refinamento nas pré-condições impostas inicialmente pelo milionário para concessão de donativos, bem como a remodelagem dos objetivos, concepções e modelos de atuação filantrópica. Entretanto, algumas normas iniciais

[4]Um dos presidentes da Fundação, Fosdick (1952) descreve Rockefeller de maneira emblemática: "Mr. Rockefeller era quieto, calmo, taciturno sobre seus pensamento e propostas." Nunca houve um momento no qual Rockefeller tivesse alterado o tom de sua voz. A descrição busca salientar não apenas a pessoa do patriarca, mas a atmosfera que se criou em torno dele. Em contrapartida, o mesmo autor destaca um dos principais consultores de John D. Rockefeller, Frederick Gates, que ao contrário do "patrão", é descrito como alguém de temperamento intempestivo e extrovertido. Muito mais do que simples descrições, a "reconstrução" dessas personagens pode denotar a diversidade de pensamentos dentro de uma mesma entidade. O ponto em comum entre ambos era o fato de serem batistas. Para eles, a caridade era uma questão crucial e, principalmente, um dever designado por Deus. Entretanto, a controvérsia entre a existência da filantropia propriamente dita ou a existência de uma filantropia "mascarada" é um ponto marcado por acirradas discussões.

permaneceram inalteradas como a "exigência da autonomia financeira das instituições beneficiadas, a identificação dos critérios de relevância apontados pela comunidade e, sobretudo, a necessidade de haver contrapartidas financeiras aos auxílios concedidos" (Marinho, 2001: 17).

Outra justificativa para a criação da Fundação, segundo Fosdick (1989), era a de preservar a fortuna acumulada para que não houvesse riscos das futuras gerações dizimarem o dinheiro acumulado por Rockefeller. Levanta-se também a hipótese de que tais fundações serviam de fachada para driblar o fisco. Howe (apud Marinho, 2001) contesta tal argumento, alegando que Rockefeller já vinha ampliando suas ações filantrópicas antes da taxação das fortunas, aprovada em 1903.

Segundo Fosdick (1989), uma carta escrita por Gates a Rockefeller, em 1905, marcou o início do processo de consolidação da Fundação. Nela, Gates defendia a viabilidade de se criar uma série de grandes corporações filantrópicas, que visassem a promoção da agricultura científica, o enriquecimento da vida rural nos Estados Unidos, o desenvolvimento das artes e, conseqüentemente, o refinamento de gosto da população. Além disso, havia também a preocupação com a promoção dos princípios éticos cristãos. Tudo isso, ainda conforme Fosdick, em prol do bem-estar e do avanço da população americana, visando prevenir seu sofrimento, por meio da promoção dos elementos do progresso humano.

Durante quatro anos a idéia foi sendo amadurecida, discutida entre ele, John D. Rockefeller Jr. e Gates. Antes de anunciar publicamente a existência da Fundação, o milionário exigiu que as juntas diretoras elaborassem um estatuto definindo as áreas de atuação de cada um deles. A maior parte das ações era voltada para interesses especiais na religião e nos trabalhos de caridade. Entretanto, quando o pedido de incorporação da fundação foi encaminhado ao Senado dos Estados Unidos começaria uma série de entraves à sua instituição.

Inicialmente, um dos obstáculos para o reconhecimento público da Fundação Rockefeller foi a própria trajetória da família. Como já foi dito, o acúmulo meteórico de fortunas pessoais em meados do século XIX e começo do XX, desenrolou-se concomitantemente a uma crescente pobreza e aprofundamento das desigualdades sociais nos Estados Unidos. Homens como o próprio John D. Rockefeller eram chamados de *"robber barons"*. Assim, o primeiro entrave a ser enfrentado era a desconfiança da opinião pública em relação aos objetivos benevolentes pregados pela fundação. Havia uma certa desconfiança diante do papel filantrópico que tais fundações

adotavam e tentavam justificar. Críticos como Arnove (1982a: 1) consideram que "fundações como Carnegie, Rockefeller, e Ford têm uma influência corrosiva numa sociedade democrática".

Talvez por ter consciência da necessidade de cuidar de sua imagem pública, John D. Rockefeller insistia na aceitação da Fundação Rockefeller pelo Senado americano. Legalmente, não eram necessárias nem a aceitação do Congresso e muito menos de uma legislação que norteasse as ações da futura fundação. Mas a contenda persistiu. Rockefeller, segundo um de seus advogados, parecia perseguir tal aceitação. Ou, tal insistência parecia visar a consolidação de uma base legal que lhe permitisse realizar todos seus ambiciosos objetivos. Ambiciosos, mesmo em se tratando de filantropia.

Finalmente, em 1913, após acirrados protestos e debates, a Fundação Rockefeller foi aceita como tal pelo Senado. Entretanto, cinco emendas principais foram impostas ao estatuto da instituição:

1. Limitação do total da propriedade da corporação em US$ 100.000.000;
2. A receita da corporação não poderia ser acumulada ou adicionada ao montante principal, mas aplicada nos propósitos para os quais a fundação havia sido criada;
3. Distribuição do montante principal, bem como da receita da Fundação, após 50 anos. Aos 100 anos, o Congresso dirigiria tal "partilha";
4. A eleição de novas juntas diretoras poderiam estar sujeitas à aprovação das seguintes instâncias: o presidente dos Estados Unidos, o chefe de Justiça da Suprema Corte, o presidente do Senado, o líder da maioria no Congresso e os presidentes das universidades de Harvard, Yale, Columbia, Johns Hopkins e Chicago;
5. Proibição de investir mais do que um décimo do valor máximo dos bens em fianças de qualquer outra corporação (Fosdick, 1989).

É evidente que tais medidas visavam manter a Fundação sob um rigoroso controle governamental em relação à receita que circulava na instituição. Apesar das polêmicas e controvérsias, a Fundação Rockefeller foi incorporada pelo governo americano em 1913, mantendo seu objetivo principal de "promover o bem-estar da humanidade".

Na realidade, a Fundação Rockefeller incorporou as instituições que já pertenciam à família, entre elas a *Rockefeller Institute for Medical Research, General Education Board* e

Sanitary Commission for the Erradication of Hookworm. O modelo de filantropia em larga escala privilegiou primeiramente as áreas de ciências naturais, saúde pública e educação superior, consideradas de suma importância para o desenvolvimento das sociedades modernas (Collier e Horowitz, 1976). A criação da Comissão Internacional de Saúde, logo após a constituição formal da Fundação Rockefeller, certificou as ações anteriores que já vinham sendo desenvolvidas. Essa comissão foi conseqüência dos trabalhos da Comissão Rockefeller de Saúde, criada em 1909, para a erradicação da ancilostomíase (Rosen, 1958).

A preocupação por expandir as ações da Fundação foi uma constante. Em 1928, há outra reestruturação com o objetivo de simplificar a estrutura da instituição, até então complexa e dispendiosa (Marinho, 2001). Nessa etapa, a Fundação voltou a expandir suas áreas de atuação, a partir de cinco campos: Ciências Naturais, Ciências Sociais, Ciências Médicas, Humanidades e Departamento Internacional de Saúde.

A constante reestruturação das ações humanitárias guiava-se pelo sentido de aprimorar a atuação e os trabalhos. Isso pode ser observado já na primeira etapa compreendida entre as ações denominadas de **caridade paroquial** até os primeiros movimentos de filantropia em larga escala. Nesse período de dez anos, John D. Rockefeller amadureceu a idéia da criação de uma instituição que abrigasse todos os trabalhos. Para tanto, contou com a experiência de profissionais como o professor de patologia da Universidade da Pensilvânia, Simon Flexner; o zoologista e especialista em saúde pública e no combate à ancilostomíase, Wallace Buttrick; e o responsável pela *Rockefeller Sanitary Commission*, Wickliffe Rose. Entre outros nomes de personalidades importantes ligados às áreas de educação, ciência e saúde, pode-se citar também como integrantes dos primeiros órgãos da Fundação, Jerome D. Greene, ligado à Universidade de Harvard; o presidente do *Chase National Bank*, A. Barton Hepburn; o presidente da Universidade de Chicago, Harry Pratt Judson, entre outros. A escolha de tais nomes demonstra a maneira como a Fundação Rockefeller foi tecendo sua rede de atuação com a comunidade acadêmica e empresarial nos Estados Unidos, primeiramente. As ações da Rockefeller se desdobraram a países da Ásia, África e América Latina, alcançando uma escala mundial. No capítulo três, abordaremos parte das ações da Rockefeller no Brasil, especialmente nos aspectos relacionados à saúde pública e à eugenia.

CAPÍTULO 2 – A dinâmica do movimento eugenista: aspectos gerais

Antes de discutirmos o movimento eugenista no Brasil, é necessário traçar as interfaces entre as políticas e os programas da Fundação Rockefeller e o movimento intelectual, médico e científico, que se forjou em defesa da **eugenia** ou contra ela, focalizando suas origens e o desenrolar do movimento em países como os Estados Unidos e a Alemanha.

Abordar a eugenia é análogo a tentar equilibrar-se num terreno movediço[5], arenoso. O termo **eugenia** atribuído pelo estatístico inglês, Francis Galton, ao movimento de melhoramento da raça humana, no final do século XIX, teria desdobramentos particulares e também desastrosos como o extermínio dos judeus pelo nazismo alemão. Entretanto, vale frisar que da eugenia positiva de Galton até o advento do nazismo, em 1933, o movimento apresentou características peculiares de acordo com os países nos quais se desenrolou.

Inicialmente, Galton defendia a preservação da pureza de grupos particulares, por meio do casamento – ou se preferirmos – do cruzamento, entre os "melhores". Dessa forma, a união garantiria uma boa prole. Tal visão seria denominada como eugenia positiva (MacKenzie, 1976). A eugenia pode ser analisada de acordo com os seguintes aspectos: primeiramente, pela **origem** da palavra emprestada por Galton do grego *eugenés*, que significa bem-nascido; como **movimento social**, a eugenia representou (e porque não dizer – representa) a busca constante da sociedade pela melhoria da sua constituição, do encorajamento da reprodução dos indivíduos mais aptos (*fit,* em inglês); como **ciência,** a eugenia ofereceu um novo entendimento das leis da hereditariedade humana. (Stepan, 1991).

2.1 - Francis J. Galton – o pontapé inicial da eugenia

O termo eugenia foi emprestado do grego *eugenés,* por Francis J. Galton, para denominar o movimento de melhoria da raça. É importante observar e analisar qual foi o papel desempenhado por esse inglês no início das discussões acerca da incipiente genética.

Na obra **A guerra contra os fracos,** o jornalista norte-americano Edwin Black afirma que Galton não passava, "acima de tudo, de um esperto e compulsivo contador" (2003:56-57). Contador de tudo: de coisas, de fenômenos, de traços, de características. Media o "óbvio" e o

[5] Castañeda (1998)

"obscuro". Black vai além, salientando que Galton "jamais" terminara os estudos no *King´s College Medical School*, de Londres. Aficcionado pelo "emergente campo da estatística", Galton estudaria matemática em Cambridge.

Apesar de não descrever detalhadamente a aparência física de Galton, preocupando-se mais com sua formação social e familiar, a historiadora Nancy Stepan não limita a figura de Galton à de um mero estatístico, como o fez Black. Além de estatístico, o inglês também podia ser classificado como "cientista, viajante e geógrafo" (Stepan, 1991: 22).

Para Donald MacKenzie (1976), a eugenia de Galton associava-se muito mais à classe social à qual pertencia do que a qualquer tipo de obsessão por números ou medições. Segundo ele, Galton pode ser considerado como o "arquétipo" da "aristocracia intelectual" inglesa do século XIX. Bem-nascido, casou-se com alguém de uma família igualmente importante. Das famílias, herdou dinheiro suficiente para não se preocupar em trabalhar para seu próprio sustento. Também estabeleceu conexões com a ciência, medicina, educação e a igreja. Os filhos do grupo social no qual havia nascido ocupariam, na vida adulta, posições importantes em universidades, escolas públicas, na ciência e na literatura. Alguns se dedicariam ao trabalho burocrático, tornando-se os "mandarins" do serviço público.

Segundo Stepan (1991), a própria genealogia de Galton propiciava subsídios para considerar "habilidade e sucesso", preocupações primordiais da história da biologia. Vale lembrar que Charles Darwin, além de seu primo, também pertencia a uma das famílias mais bem sucedidas da Inglaterra vitoriana. MacKenzie (1976) complementa tal afirmação, alegando que a eugenia de Galton expressava sua experiência social: pais bem sucedidos geravam filhos bem-sucedidos. Estes, geralmente, casavam-se dentro desse mesmo grupo social, produzindo descendentes de sucesso.

2.2 - Outros atores envolvidos[6]

Galton não era o único a se ocupar com assuntos relacionados à raça, população, ou crescimento populacional. Para contextualizarmos o início do movimento eugenista, é necessário

[6] Nesse sub-item, apresentaremos, brevemente, aqueles que consideramos peças-chave no que se refere à eugenia e à genética. Vale ressaltar que as idéias defendidas por esses autores nem sempre se relacionavam diretamente à eugenia, mas foram apropriadas e remodeladas por seus contemporâneos.

observar outros atores envolvidos nesse cenário. Ainda no final do século XVIII, Thomas Malthus, na obra *An essay on population,* apresentou um "elegante modelo teórico do sistema de casamento na Inglaterra do início do século XIX" (Castañeda, 2003). Malthus se preocupava com a quantidade de alimento necessária para a sobrevivência do homem e a sua desproporcionalidade em relação ao desejo sexual deste e, conseqüentemente, à sua acelerada capacidade de reproduzir-se. Segundo ele, os alimentos eram produzidos em progressão aritmética, enquanto que a população reproduzia-se em progressão geométrica. Se não encontrasse obstáculos, a população se duplicaria a cada 25 anos. Além da utilidade dos limites naturais (limitação do território, extrema pobreza, por exemplo) Malthus, numa segunda edição desse mesmo livro, defendia a idéia de controles preventivos nas questões ligadas ao matrimônio e à procriação.

Outra personagem que inspirou Galton foi seu primo, Charles Darwin. Ao alegar que "a força e a fraqueza, o ajustamento e o desajustamento são qualidades que se herdam", Darwin ofereceria as bases científicas para o crescimento da eugenia (Wells; Huxley; Wells,1941). Além disso, "a teoria da evolução conferiu um significado especial à variação hereditária nos cruzamentos de animais domésticos" (Castañeda, 1998:30). Destacou também a "luta pela sobrevivência" e a capacidade do mais apto para se reproduzir, resistir às condições adversas e proliferar. Com a eugenia positiva, proposta por Galton, seria possível assegurar (e acelerar) uma seleção natural que garantisse que, de fato, os mais aptos gerariam descendentes (Castañeda, 1998). No livro *Hereditary Genius,* Galton alegava que a habilidade humana era uma função da hereditariedade e não da educação (Stepan, 1991). Dessa maneira, ele se opunha às teorias do naturalista francês Jean-Baptiste Lamarck[7] da herança dos caracteres adquiridos. O estiramento

[7] Até o final do século XVIII, defendia-se a idéia de "fixidez das espécies". A partir da anatomia comparada e do estudo dos fósseis esse pensamento começa a ceder lugar ao que os naturalistas chamaram de Transformismo. Segundo eles, os seres vivos tinham que se adaptar às condições adversas nas quais viviam. Lamarck (1744-1829) foi um desses que acreditavam na capacidade dos seres vivos de se modificarem conforme o meio e, mais, de transmitir esses "caracteres adquiridos" às futuras gerações. Segundo Lamarck, o uso ou o desuso de um órgão qualquer é que determinaria sua existência nos descendentes. O Lamarckismo ficou conhecido como a doutrina que defende a hereditariedade desses caracteres. Na eugenia brasileira falava-se muito a respeito do Neo-lamarckismo, uma forma moderna da discussão original. No Neo-lamarckismo recorre-se à idéia de que "uma reação involuntária do indivíduo ao meio (como a reação dos corais em crescimento às correntes marinhas, ou o escurecimento das penas de algumas aves criadas numa atmosfera quente e úmida), garantiria a transmissão hereditária dessa reação". Apesar das críticas, essa teorias seriam adotadas por diversos biologistas até mesmo por seu aspecto moral. A partir dessa idéia de transmissão do que se adquire, alguns acreditavam na perpetuação das virtudes praticadas pelo indivíduo. Ou seja: os descendentes teriam as mesmas características (Wells; Huxley; Wells,1941: 188-190). No caso do movimento eugênico brasileiro, como veremos no capítulo

do pescoço da girafa se tornou um célebre exemplo, de como a modificação que acontece num determinado animal poderia ser transferida para outra geração, aprimorando tal espécie. Entretanto, no contexto britânico, as idéias do francês Lamarck não encontrariam espaço para legitimar a eugenia. Os eugenistas positivos defendiam um novo evolucionismo baseado na teoria da evolução de Darwin. Em 1900, outra personagem resgatada foi o monge Gregor Mendel. A partir da observação do cruzamento de ervilhas, Mendel alegava que os fatores internos (posteriormente denominados genes) não dependiam do meio ambiente no qual tais leguminosas eram cultivadas. Apesar de Galton ter reagido ceticamente a tal afirmação, essa transmissão independente fornecia subsídios para a defesa dos casamentos entre os mais aptos (Castañeda, 1998).

Na Alemanha, da década de 1890, o biólogo August Weismann apresentaria sua teoria da continuidade do "germe plasma". Weismann classificava as células entre germe plasma e "somaplasma". Enquanto as primeiras eram responsáveis por carregar o material genético, as últimas serviam como sustentação e nutrição para as células germinativas reprodutivas, ou germe plasma. O biólogo alemão estabeleceria, dessa maneira, a diferenciação entre células sexuais e somáticas (Stepan, 1991; Castañeda, 1998).

2.3 – Eugenia: movimentação e complexidade

Por que o final do século XIX e começo do século XX foi um período propício para a discussão sobre o melhoramento da raça e a conseqüente defesa da necessidade de garantir a proliferação daqueles considerados "melhores"?

Stepan (1991) alega que nas últimas três décadas do século XIX, a Inglaterra começou a presenciar o crescimento da competição econômica entre as nações e novas demandas de grupos antes marginalizados: classe dos trabalhadores e grupos feministas, por exemplo. O pessimismo permeava a sociedade. A modernidade era vista com desconfiança e ansiedade. Havia um mal-estar em relação ao futuro e ao progresso. A idéia de evolução era substituída pela de degeneração, supostamente provocada pelo vício, crime, imigração, trabalho feminino e pelo

---

três, o Neo-lamarckismo iria ao encontro de uma sociedade católica, resistente a alguns preceitos da eugenia como um todo.

crescimento urbano. Some-se a isso o fato de que muitas doenças, tais como tuberculose, sífilis, alcoolismo, doenças mentais, proliferavam entre os pobres. Muitos autores, ainda segundo Stepan, acreditavam que a rápida multiplicação do "incapaz", do "inadequado", seria uma ameaça à sociedade. Dadas tais condições, a autora acredita que as razões que despertaram o interesse pela "melhoria da raça" foram muito mais sociais do que científicas.

Não se tratava apenas "de uma nova ideologia fascinante que buscava melhorar a raça humana", como alega Black (2003: 56), mas de uma idéia que permeava a sociedade como um todo. A situação da Grã-Bretanha nesse período era de transição de um sistema aristocrata para o capitalista. Começava a emergir uma classe intermediária composta por professores, cientistas, engenheiros etc, que possuía uma visão pragmática da ciência. Como já foi abordado, a eugenia de Galton refletia sua posição social mas, ao mesmo tempo, havia um interesse dessa emergente classe média profissional em legitimar sua posição, por meio da racionalidade científica (MacKenzie, 1976). Assim, o que se percebe é que a ciência e a posição social – ainda que houvesse predomínio desta última – se entrelaçavam. Ocorria uma retro-alimentação entre o grupo social ao qual Galton pertencia e os interesses de uma classe social emergente. Isso se contrapõe à maneira como Black atribui a Galton o desenvolvimento da eugenia, uma via de mão única, na qual apenas o inglês influenciava sua sociedade:

> "A força motora por detrás dessa revelação não foi um cientista, mas a metodologia científica influenciou muitos cientistas. Não foi um filósofo, embora a habilidade para tecer princípios científicos na filosofia social tenha gerado ferozes movimentos dogmáticos. Não foi um médico, embora as análises da fisiologia humana tenham ditado muito da profissão médica e cirúrgica. O homem era Francis J. Galton". (Black, 2003: 56)

Evidentemente, atribui-se a utilização do termo eugenia e dos objetivos da eugenia positiva a uma única pessoa, no caso, Galton. Mas é importante salientar - como vimos discutindo neste trabalho – a existência de outras figuras que se dedicavam às questões ligadas ao "melhoramento da raça". Mesmo em tempos diferentes, a convergência e, por que não dizer, as divergências entre tais pensamentos desembocariam na eugenia inglesa. Entretanto, a eugenia positiva de Galton seria apenas o primeiro estágio para o desenvolvimento de outros tipos de

eugenia. Galton morreu em 1911, mas a discussão que iniciou encontraria, na realidade, seu ápice na década de 1930, com o advento do nazismo na Alemanha. Autores como Stepan (1991) salientam a necessidade de analisar a eugenia levando em consideração os aspectos peculiares que tal movimento adquiriu nos vários contextos nos quais tais idéias proliferaram. Stepan defende ainda que, em alguns casos, é mais importante estudar a eugenia em suas formas não-nazistas, dada a excessiva brutalidade desta. Isso não significa defender um silenciamento em torno do período. Ao contrário, faz-se necessário abordar não somente o momento do advento do nazismo e as questões ligadas à eugenia, mas reavaliá-la como um movimento social e científico, levando em consideração, novamente, os atores envolvidos, o contexto da época, o papel desempenhado pelas fundações filantrópicas, como a Fundação Rockefeller e a Carnegie, por exemplo.

Entre os desdobramentos da eugenia positiva de Galton, destacamos a eugenia preventiva e a negativa. A primeira integrava parte do programa social da eugenia que lidava com a erradicação dos "venenos raciais" (*racial poisons*), entre eles, as doenças venéreas (Stepan, 1991). A eugenia preventiva englobava a higiene da raça, preocupando-se com a puericultura, a educação sexual e a orientação pré-natal. Por sua vez, a eugenia negativa tinha como objetivo evitar a proliferação daqueles considerados "degenerados" (Castañeda, 2003). Para os defensores da eugenia negativa era preciso desencorajar tanto a maternidade, como a paternidade dos "inaptos" (MacKenzie, 1976). Entre esses "três tipos" de eugenia, a negativa foi adotada em países como os Estados Unidos e a Alemanha. Em outros, como no Brasil, haveria uma oscilação entre as três categorias da eugenia, com predomínio da eugenia preventiva e positiva.

2.4 - O movimento eugenista nos Estados Unidos e na Alemanha

Nos Estados Unidos e na Alemanha, o movimento eugenista apresentou aspectos distintos dos da eugenia inglesa. Posteriores à eugenia positiva de Galton, tais países adotariam alguns princípios desta, mas também desenvolveriam outras idéias, como a defesa da esterilização voluntária e involuntária, o confinamento e até mesmo a melhora das condições sociais nas quais os "inaptos" viviam. São movimentos que denotam a complexidade e a diversidade do movimento eugenista americano e alemão.

2.4.1 - Estados Unidos

Não só com a natalidade e com a esterilização, os eugenistas americanos lidariam também com questões ligadas à imigração. A década de 1890 pode ser considerada um marco nas preocupações com o controle da população. Até o referido período, a maioria dos imigrantes era proveniente do norte e oeste da Europa. Depois, os Estados Unidos seriam tomados por uma onda de imigrantes vindos do sul e leste europeu, com sua cultura estrangeira, um *ethos* "estranho" e hábitos de trabalho incongruentes[8]. Entre os anos de 1890 e 1919, mais de 18 milhões de pessoas chegaram ao país aglomerando-se, principalmente, nos centros urbanos. Mão-de-obra barata, estes viviam em péssimas condições sociais e de saúde. A imigração estrangeira indesejada somada aos problemas raciais ofereceria subsídios suficientes para que se instalasse uma ansiedade generalizada em relação à inferioridade da raça, ao temperamento retrógrado atribuído a tais pessoas e à deficiência mental (Kay, 1993).

Tal período foi marcado pela busca da "singularidade" ou "excepcionalismo" americano. Sob o comando do presidente Theodore Roosevelt, o país entraria no século XX como "aspirante a império", com interesses políticos que se estendiam da América Latina até a Ásia. A antiga resistência à modernidade foi substituída pela acomodação ao capitalismo industrial. A *Standard Oil Company*, pertencente à família Rockefeller[9] e a *U. S. Steel*, dos Carnegie, eram considerados veículos primordiais na influência cultural e econômica em outros países (Kay, 1973).

Simultaneamente ao crescimento de grandes empresas como a *Standard Oil* e a *U. S. Steel*, promulgavam-se leis anti-trustes para conter o avanço destas sobre outras. O governo começava a preocupar-se com questões trabalhistas como a regulamentação das horas de trabalho, o combate ao trabalho infantil e das mulheres, a fixação de um salário mínimo. Entretanto, isso não significaria oferecer melhores condições de trabalho aos imigrantes. Ao contrário, em 1924, seria promulgado o Ato de Restrição da Imigração (*Immigration Restriction Act*), impondo cotas de imigração, baseadas em critérios raciais. O objetivo da lei era impedir a

[8] Conforme Edward Ross (apud Kay, 1993), os europeus podiam ser divididos em duas grandes raças: uma composta por pessoas altas, com crânios bem desenhados, loiras. A outra era de pessoas de baixa estatura, crânios "largos", desproporcionais. Tal distinção corresponde às velhas divisões entre arianos/germânicos e os latinos, respectivamente. Soma-se aos aspectos físicos, os de comportamento: enquanto os primeiros eram "conquistadores", metódicos, de temperamento intimista, os demais possuíam um temperamento intempestivo.

[9] Ver capítulo I

imigração proveniente do leste e sul da Europa. A miscigenação era vista como algo que degeneraria a raça americana. As restrições não se voltavam somente aos imigrantes; é que, para justificar a legislação trabalhista, os economistas encontravam no pensamento eugênico argumentos para embasar a necessidade de remover os "biologicamente incapazes" da força de trabalho. Negros e imigrantes estavam incluídos em tal classificação. Estes eram vistos não como vítimas de um capitalismo industrial, mas considerados ameaças à saúde e ao bem-estar dos mais pobres e da sociedade em geral. As reformas econômicas do período defendiam que o tratamento eugênico do "incapaz biológico", melhoraria a própria classe a qual o inadequado pertencia. A partir desse período o governo passaria a ocupar um papel intervencionista, por meio da instituição de taxas sobre rendimentos pessoais, do estabelecimento de uma Comissão Federal de Comércio, da regulamentação de alimentos e medicamentos, por exemplo. Dessa maneira, aconteceria também a aproximação do movimento biológico de áreas como a economia (Leonard, 2005a, 2005b).

A ciência nessa época era considerada símbolo da razão e da eficiência, fonte do conhecimento objetivo e da coragem industrial, um eufemismo para o progresso tecnológico e social que unisse cruzadas disparatadas e reformas (Kay, 1993). Segundo Leonard (2005a-b), a eugenia era a tendência dominante da época, apoiada pelas figuras líderes do emergente campo da genética. Tratava-se de um assunto que atraía, não somente os simpatizantes ao ideal de crescimento da Era Progressiva mas, também, outros tipos de ideologias políticas.

Ainda conforme Leonard (2005b), a eugenia negativa encontraria um terreno propício em países de tradição não- católica. Os elementos essenciais para o protestantismo eram a vida do trabalho, a prática do autocontrole, a busca da prosperidade, a valorização do temperamento introspectivo, metódico, a moralidade (Kay, 1993). Outra questão bastante dignificante para os protestantes era a visão positivista que tinham da ciência, como um instrumento de intervenção divina. Para tanto, famílias como a Rockefeller começariam a movimentar-se em torno de ideais de filantropia em larga escala, no lugar daquela de cunho paroquial (Marinho, 2001). Por exemplo: a fundação da Carnegie Corporation, em 1911; da própria Fundação Rockefeller e do Bureau de Higiene Social em 1913; e do Memorial Laura Spelman Rockefeller, em 1918, expressavam essa "fé americana" na eficácia da pesquisa e na ciência como meio de intervenção social (Kay, 1993).

2.4.1.1 - Charles Davenport e Harry Laughlin: representantes da institucionalização do movimento eugenista americano

Autores como Edwin Black defendem que as principais molas propulsoras – e, principalmente, financiadoras – do movimento eugenista americano foram as grandes fortunas americanas. Em especial aquelas ligadas às igualmente poderosas corporações americanas. Como já foi apresentado, o período no qual o movimento nos Estados Unidos adquiriu forças coincide com a consolidação de grandes empresas. Black chama a atenção para o papel decisivo da Instituição Carnegie e da Fundação Rockefeller. Segundo tal autor, é graças ao dinheiro da primeira e da fortuna dos Harriman, que se tornou possível, construir, organizar e estruturar o que seria o "quartel-general" dos eugenistas americanos. Em janeiro de 1904, seria inaugurada formalmente a Estação para a Evolução Experimental, na bucólica *Cold Spring Harbor*. A estação simbolizava o ápice dos esforços de eugenistas como o zoólogo Charles B. Davenport. Respeitado por sua formação em Harvard, Davenport foi o líder na cruzada eugenista e da busca de recursos que financiassem suas idéias e ideais. Black descreve-o como uma pessoa convicta de que era estritamente necessário dizimar as populações menos favorecidas ou fora do padrão nórdico. O zoólogo conseguiu o apoio da Carnegie, mas não da classe médica, preocupada então com a saúde individual das pessoas. Foi nos "grandes homens do estábulo, do campo e do celeiro" que ele encontraria uma platéia que o apoiasse (Black, 2003:94). Os primeiros a participar da empreitada de Davenport foram a Associação Americana de Criadores *(American Breeders Association – ABA)*. Estes, assim como o primeiro, acreditavam na viabilidade de se aplicar as leis de dominância e recessão mendelianas, não somente a ervilhas, mas também às pessoas (Black, 2003). Segundo Kay (1993), os projetos eugenistas no início do movimento voltavam-se mais para os problemas de disfunção social, focalizando suas ameaças psicológicas, do que com assuntos ligados à medicina. Tais ameaças baseavam-se primordialmente nas categorias de raça e classe. A autora destaca que os principais alvos do movimento relacionavam-se com os atributos mentais como: temperamento, personalidade e, acima de tudo, inteligência. Alega, também, que os principais envolvidos no movimento pertenciam às classes mais abastadas. Entretanto, Kay destaca a participação da igreja protestante e da *intelligentsia*

americana, incluindo vários geneticistas. Ao contrário do que Black dá a entender ao leitor, o movimento eugenista não era composto apenas por criadores ou agricultores.

Paralelamente à Estação Experimental de Evolução, Davenport estabeleceria, com financiamento da sra. E. H. Harriman, em 1910, o Escritório de Registro Eugenista (*Eugenics Record Office* – ERO). Com o objetivo de realizar uma espécie de levantamento de todos os americanos, classificando-os como desejáveis ou indesejáveis, o ERO também tinha como objetivo buscar apoio governamental e jurídico. Para Davenport, a missão do ERO e da ABA era a mesma: "... desenvolver até o fim o trabalho da regeneração física e social do nosso amado país (através) da aplicação... de determinados princípios biológicos" (Black, 2003:107).

Entretanto, Wilson (2002) demonstra que o ERO não se limitava somente à missão de quantificar os indesejáveis. O escritório estava designado a treinar "trabalhadores de campo" (*field-workers*) responsáveis pelo levantamento de dados; cooperar com outras instituições e pessoas no que se referia ao estudo da eugenia; investigar o comportamento da herança de traços humanos específicos; aconselhar sobre propostas de casamentos apropriados e publicar os resultados das pesquisas.

Para implementação e superintendência de tais trabalhos, Davenport convidou Harry Hamilton Laughlin. Ele foi um dos primeiros de sua geração a apreciar a redescoberta dos princípios de Mendel. Considerado o "campeão" da esterilização eugênica, do controle da imigração e do trabalho eugênico baseado na ação governamental, Laughlin começou sua carreira ensinando ciências agronômicas e naturais. Já nessa época se interessava pelo novo campo da genética. Seu encontro com Davenport aconteceu numa das reuniões da ABA. Do interesse do melhoramento de cavalos, Laughlin se voltaria para "o estudo de outros animais: os humanos". O superintendente do ERO, assim como Davenport, demonstrava uma profunda habilidade em matemática e estatística, as quais usava para persuadir seus interlocutores sobre a magnitude de um problema peculiar. Em outros momentos, utilizava-as para desenvolver uma teoria matemática particular. Laughlin criaria uma "fórmula da hereditariedade" para determinar a possibilidade estatística da interação de genes múltiplos na produção de um traço ou qualidade mensurável (Wilson, 2002).

Para alguns como Black (2003), Laughlin era apenas uma espécie de extremista, com o único objetivo de exterminar os indesejáveis. Dada sua postura radical, durante sua viagem à

Europa como agente especial de imigração, sofreu com a contenção de recursos provenientes da Instituição Carnegie. Black descreve que no final de sua empreitada, Laughlin era "mais que um pseudocientista controvertido, progressivamente desafiado por grupos de imigrantes e outros; em alguns setores, era motivo de risos e zombarias". Ainda conforme Black, as críticas de parte da imprensa ao comportamento de Laughlin tornavam os eugenistas e a própria Carnegie alvos vulneráveis. Por outro lado, autores como Wilson (2002) salientam que o legado de Laughlin permaneceria poderoso por mais de meio século após sua morte em 1943. Ainda conforme Wilson, a viagem de Laughlin pela Europa forneceu subsídios para que fosse promulgado o Ato de Restrição da Imigração de 1924. Havia uma convergência entre as aspirações de Laughlin, do governo e até mesmo do poder judiciário americano. Para o governo, após a Primeira Guerra Mundial e a consolidação da supremacia americana, era imprescindível manter o "estoque de bons americanos". A maneira encontrada era deter que a imigração se efetivasse. Ou seja, impedir que as pessoas abandonassem seus países de origem e viessem aos Estados Unidos. Outra preocupação do governo americano era a proliferação dos degenerados. Os legisladores consideravam tais indivíduos como o "maior problema" com o qual a nação se confrontava. Laughlin e seus *field-workers* seriam os responsáveis por providenciar essas evidências, quantificando aqueles de "sangue inferior", representantes da "ameaça à sociedade". Laughlin também tentaria convencer o Bureau do Censo a adotar o termo "socialmente inadequado"[10] para classificar tais indivíduos. Embora não tenha conseguido o feito, Laughlin continuou a brigar por tal classificação (Wilson, 2002).

2.4.2 - Eugenia na Alemanha: muito além do nazismo

Nazismo. Essa é a primeira idéia à qual nos remete a palavra eugenia. Entretanto, é importante destacar que embora tais idéias estejam ligadas, há muitas nuances entre o surgimento da eugenia na Alemanha, no final do século XIX, até a ascensão de Hitler ao poder, em 1933. As visões acerca da raça alemã, do papel desempenhado pela classe médica, e pela própria ciência

[10] De acordo com Laughlin, eram "socialmente inadequados": 1) os débeis mentais; 2) os insanos; 3) os criminosos; 4) os epiléticos; 5) os alcoólatras, 6) os doentes, como tuberculosos, leprosos e aqueles com doenças venéreas; 7) cegos; 8) surdos; 9) deformados e 10) os dependentes, incluindo órfãos, idosos, soldados e marinheiros da reserva, pessoas carentes em geral. (Black, 2003; Wilson, 2002)

foram diferentes nessa trajetória. Normalmente, o ápice do movimento eugenista alemão é atribuído a Hitler. Entretanto, o extermínio praticado pelo Führer foi o clímax de sua própria psicose. Apesar de alguns autores considerarem Hitler como o protótipo ideal daquele que concretizaria todas as aspirações eugenistas (Black, 2003), até mesmo aqueles que seriam mais tarde seus patrocinadores, como cirurgiões conservadores, médicos, psiquiatras, chamavam a atenção para sua conduta extremamente radical. O cirurgião Ferdinand Sauerbruch, convicto defensor da força e grandiosidade germânica, num encontro com o ainda aspirante a ditador, alertou que, embora o último possuísse as mesmas convicções nacionalistas, era necessária certa cautela em relação a sua postura: a de um "psicopata meio-educado" (Weindling, 1989: 320).

O movimento eugenista alemão, ou o movimento de higiene da raça está muito além do nazismo. Ao contrário do que se imagina, o movimento possuiu em dado momento características não-racistas. Alguns chegaram a defender o casamento entre judeus e arianos como algo social e biologicamente vantajoso para ambos. Da mesma maneira, os médicos defendiam, em meados do século XIX, que sua profissão tinha como meta principal aliviar o sofrimento da humanidade (Weiss, 1990). Não se trata de absolvição das atrocidades cometidas no Holocausto, mas de uma tentativa de compreender o desenrolar de parte da história da eugenia alemã.

2.4.2.1 - Eugenia como sinônimo de crescimento nacional

O século XIX é espectador da tentativa de popularizar a ciência e do surgimento do conceito de "cientista profissional". A profissionalização foi seguida pelo reconhecimento por meio de títulos, medalhas, cargos, oportunidades na carreira. Tal profissionalização forneceu um álibi para que os problemas sociais e morais fossem reduzidos a termos científicos. No caso da medicina, as funções do médico não se limitavam somente à cura do indivíduo. O médico passava a ser um agente no processo informal de socialização: "saúde era um meio de manter uma sociedade coesa e integrada durante as ´agitações´ da industrialização". Dessa maneira, os profissionais começavam a reclamar posse de autoridade para "desprezar" os direitos individuais em nome dos interesses da sociedade como um todo (Weindling, 1989). Em meio à disputa entre ciência popular e ciência tecnocrática o estado, inicialmente, tentou preservar um papel de árbitro imparcial. Entretanto, a influência dos *experts*, somada aos interesses do próprio Estado de

fortalecer o país, econômica e socialmente, por meio da saúde, levou o poder público a adotar políticas intervencionistas.

Nesse contexto de profissionalização da medicina, a eugenia fortaleceria o processo de extensão de tal domínio, baseando-se nos cuidados com a saúde. Os médicos continuariam desempenhando um papel-chave na institucionalização do movimento eugênico (Weindling, 1989; Weiss, 1990).

É importante destacar que o movimento eugenista alemão, a exemplo de outros países, tem como características principais a complexidade e a heterogeneidade (Weindling, 1989; Weiss, 1990). O início da eugenia alemã deve ser contextualizado levando-se em conta três aspectos: 1) os problemas *sociais* provenientes da rápida industrialização do país; 2) as tradições profissionais da comunidade médica; e 3) a adoção da variante "selecionista" do Darwinismo social, na moda entre a intelectualidade (Weiss, 1990).

No final do século XIX, a Alemanha recentemente unificada atravessava um período de transição entre uma sociedade agrícola para uma industrializada. A industrialização e o processo de urbanização provocaram mudanças profundas na estrutura econômica e social. Problemas como greves e protestos de um proletariado emergente começavam a ameaçar as elites pré-industriais, a aristocracia rural e os barões da indústria. O crescimento das cidades trouxe no seu bojo a explicitação de problemas como o aumento de vários tipos de delito, o aumento no consumo de álcool, da prostituição, dos suicídios. Além disso, salientou também a consciência da existência de um grande número de indivíduos insanos e débeis mentais. Tudo isso era considerado pelo estado como uma ameaça ao seu funcionamento. Para evitar um provável colapso, era necessário adotar algum tipo de política social que conseguisse incorporar o proletariado ao Reich e atenuasse esse número visivelmente ascendente de "tipos não-produtivos". Para esse último ponto, a resolução encontraria suas bases na política social de "higiene da raça" (Weiss, 1990).

Como já foi dito, em meados do século XIX, os médicos começaram a se constituir numa classe organizada profissionalmente, que já reclamava para si a custódia da saúde nacional. Ao mesmo tempo, essa atribuição de uma tarefa coletiva mudou a postura do médico em relação ao paciente, colocando o primeiro numa posição diferenciada do último. Diferenciada e com status social e, muitas vezes, influenciando a política. Diante dessas mudanças, os fundadores da

eugenia alemã faziam parte dessa classe profissional que acreditava no seu papel de protetores da saúde da nação (Weindling, 1989; Weiss, 1990). Ansiosos para efetuar tal tarefa, muitos médicos passaram a se dedicar aos campos da bacteriologia. Outros voltaram sua atenção para a neurologia e a psiquiatria. Eles estavam convencidos de que as doenças mentais, a criminalidade, a epilepsia, a histeria e a tendência à tuberculose eram herdadas e poderiam ser tratadas como doenças constituídas hereditariamente.

O terceiro aspecto relaciona-se à popularização da variante "selecionista" do Darwinismo social, popularizada pelo biólogo Ernst Haeckel e mais tarde legitimada pelo embriologista August Weismann. Haeckel sempre destacava o princípio da seleção como o motor mais importante entre os princípios de Darwin. Apesar de não compartilhar da idéia da transmissão dos caracteres adquiridos e de colocar em xeque tal crença defendida pela primeira geração de darwinistas sociais, Weismann também compartilhava da idéia da importância da seleção, embora defendesse que as características dos indivíduos eram determinadas pelo material hereditário contido em suas células. A eugenia parecia ser a única estratégia prática para assegurar o progresso racial e ao mesmo tempo prevenir sua decadência. Logo, o único meio vislumbrado para eliminar gradualmente o indivíduo inapto (*unfit*) produzido pela industrialização seria por meio de uma política de "seleção racional" ou higiene da raça. Duas figuras foram fundamentais para o posterior desenvolvimento da eugenia alemã no século posterior: Alfred Ploetz e Wilhelm Schallmayer. Ao primeiro pode ser atribuída a responsabilidade da institucionalização do movimento, graças ao seu talento organizacional e personalidade carismática. Os tratados eugênicos de Shallmayer, por sua vez, definiriam a significância teórica e os problemas práticos dos quais os eugenistas se ocupariam por décadas (Weiss, 1990).

O carisma de Ploetz pode ser atribuído à sua visão – quase – utópica acerca da "higiene da raça", ou *Rassenhygiene* (termo cunhado pelo próprio Ploetz)[11]. Apaixonado pelas glórias das antigas tribos teutônicas, jurou que trabalharia para a elevação da raça germânica a um nível

[11] O termo *Rassenhygiene,* cunhado por Ploetz, não possuía familiaridade com o termo **eugenia**, de Galton. O próprio Ploetz esclareceria que o seu termo *Rassenhygiene* possuía um escopo muito maior que o termo inglês, abarcando não somente aquelas medidas designadas para melhorar as qualidades hereditárias da população, mas também aquelas que atingiam o chamado "*optimal size*". Como alternativa, Ploetz utilizaria a palavra *Eugenik,* como uma forma "germanizada", como sinônimo da eugenia de Galton. Ou, como sugeriria Schallmayer, *Rassenhygiene*, como sinônimo de higiene da raça humana.

alcançado por tais tribos heróicas. Em virtude de tal paixão, Ploetz se dedicou primeiramente ao estudo da economia em detrimento da biologia, por julgar que a primeira ser-lhe-ia uma ferramenta mais útil para alcançar seus objetivos. Apesar de interessado em teoria econômica, com predileção pelo socialismo, Ploetz não era considerado meramente um teórico: ele estava determinado a estabelecer um tipo de utopia pan-germânica.

É interessante destacar a postura inicial de Ploetz em relação aos judeus. Segundo ele, os judeus desempenhavam um papel significante na história intelectual da humanidade. Em termos de capacidade cultural, Ploetz colocava-os no mesmo patamar dos arianos. Defendia, inclusive, o casamento entre arianos e judeus. Sua utopia não residia apenas na aspiração por uma raça pan-germânica, como também, numa visão de uma seleção dos mais aptos por meio de um estágio de "pré-fertilização", ou seja: Ploetz sugeria a promoção de casamentos entre os melhores germe-plasmas, algo semelhante à proposta de Galton na Inglaterra. Dessa maneira, segundo o alemão, não haveria necessidade de medidas sociais e econômicas desumanas para reverter o declínio biológico(Weiss, 1990).

Enquanto alguns autores consideram Ploetz como o principal teórico da raça da Alemanha, e fundador da eugenia como ciência na Alemanha (Black, 2003), outros atribuem tal mérito ao médico Wilhelm Schallmayer. A partir de sua vivência como médico, a exemplo de Ploetz, com experiência na área da psiquiatria e descrente com a eficiência da medicina terapêutica, Schallmayer publicou em 1891 seu primeiro tratado eugênico. Intitulado **A respeito da ameaça de degeneração física da humanidade civilizada** *(Über die drohende körperliche Entartung der Kulturmenschheit*), o livro abordava justificativas sociais, econômicas e políticas para a eugenia, oferecendo também propostas práticas de ações, tal como a criação de genealogias médicas, passaportes de saúde e a introdução de restrições matrimoniais. Muito antes da ascensão de Hitler ao poder, Schallmayer destacava na obra dois aspectos que seriam a marca registrada da política de higiene da raça até 1933: o papel dos médicos e a importância da educação e da propaganda como os meios mais efetivos para se alcançar os objetivos do movimento (Weiss, 1990).

As divergências acerca da paternidade teórica da eugenia alemã levam-nos a defender novamente a idéia de que a eugenia desenrolou-se sobre um terreno arenoso. Os próprios Ploetz e Schallmayer possuíam posturas divergentes e convergentes. Schallmayer nunca foi um

aficcionado pelas ideologias de supremacia ariana, tão importante para Ploetz e outros eugenistas. Isso não significa que Schallmayer não defendesse a idéia de controlar a proliferação daqueles considerados insanos, débeis mentais, alcoólicos crônicos, etc. De maneira mais pragmática e menos utópica, ele alegava que o futuro da nação dependia da boa administração de seus recursos humanos, por meio de um programa político que encorajasse os elementos biologicamente melhores da sociedade a se reproduzir. "Eugenia, ou higiene hereditária (*Vererbungshygiene*), era a ferramenta perfeita para assegurar um estado forte e saudável" (Schallmayer apud Weiss, 1990).

O segundo tratado eugênico de Schallmayer, intitulado **Hereditariedade e seleção no processo de vida das nações** (*Vererbung und Auslese im Lebenslauf der Völker*), ficaria conhecido publicamente ao vencer um concurso no qual os candidatos (biólogos, médicos, entre outros) tentariam responder à questão: "O que poderíamos aprender a partir da teoria da evolução sobre o desenvolvimento político interno e a legislação estatal?". Na realidade, financiado por Friedrich Krupp, um biólogo amador, filho de Alfred Krupp, barão das munições, a comunidade científica personificada na figura de Haeckel buscava demonstrar que as teorias de Darwin não representavam uma ameaça ao estado, nem destruía valores morais. O concurso não serviria apenas para projetar as idéias eugenistas, mas representaria o primeiro passo para a formação do movimento eugenista alemão, seja pela criação do jornal *Archiv für Rassen-und Gesellschafts-Biologie,* por Ploetz em 1904, seja pela fundação da Sociedade de higiene da raça *(Gesellschaft für Rassenhygiene*) (Weiss, 1990).

O objetivo dessa sociedade era estudar a relação de seleção e a eliminação entre indivíduos; a herança e variabilidade de seus traços físicos e mentais. Graças à utilização, por Ploetz, do termo **raça**, como sinônimo de raça branca, a sociedade acabaria atraindo a atenção e a associação de outros que se julgavam nações brancas e civilizadas. Em 1907, a sociedade passaria a ser conhecida como Sociedade Internacional de Higiene da Raça (*Internationale Gesellschaft für Rassenhygiene*). Muito mais do que propagar as idéias eugenistas, tal sociedade tinha como meta servir de modelo para uma seleção racional que pudesse ser executada. Para seus membros, sucesso material e utilidade posição social seriam critérios que norteariam a classificação das pessoas como "aptas". Na realidade, havia uma tendência para equacionar aptidão com a classe social à qual o indivíduo pertencia. É interessante observar que, apesar da

busca pela preservação do mais "apto" ser uma constante, os termos nórdicos ou germânicos não eram mencionados na lista de tarefas e programas da sociedade. Segundo Ploetz, havia certa dificuldade em se encontrar alguma raça pura na Europa (Weiss, 1990).

2.4.2.2 - A República de Weimar (1918 – 1933)

Nesse período, a segunda geração de eugenistas alemães continuaria a se preocupar com o fenômeno degenerativo, com as questões populacionais e principalmente, com o custo daqueles considerados improdutivos. O fim da Primeira Guerra e as retaliações do Tratado de Versalhes aos perdedores, além dos impactos econômicos, como a inflação, suscitaram sofrimentos psicológicos como a submissão a países considerados culturalmente inferiores. A continuação da correspondência entre eugenistas alemães e de outros países, como os Estados Unidos, pode ser considerada uma amostra da tradição alemã na medicina. Ao mesmo tempo, essa época foi marcada pela institucionalização da eugenia alemã. Antes de 1920, o país carecia de qualquer centro institucional e apenas algumas universidades, isoladamente, ofereciam cursos de higiene racial. Em 1923, instituiu-se um curso de higiene da raça em Berlim e até 1932, mais de quarenta cursos estavam em andamento em várias universidades. Além disso, dois centros foram estabelecidos: o Instituto Alemão de Pesquisa para a Psiquiatria em Munique e outro em parceria com a Fundação Rockefeller e o Instituto Kaiser Wilhelm, em 1924 (Weiss, 1990).

A eugenia alemã foi marcada por diferentes posturas em relação à questão da higiene da raça. Ao contrário do que alguns autores defendem, o movimento foi permeado por posturas diversas, dividindo-se entre aqueles racistas e não-racistas. Na República de Weimar, uma figura pode ser utilizada como exemplo de tal bifurcação, figura essa que apresenta as duas posições: Fritz Lenz. Entusiasta da superioridade da raça alemã, chegou a considerar que os nórdicos e judeus possuíam mais similaridades do que diferenças; ademais, alegava que ambos podiam ser colocados no topo da lista das raças mais produtivas culturalmente. Os negros, por sua vez, ocupavam o último lugar na escala. Lenz defendia uma eugenia transcendental. Ele alegava que as raças apresentavam diferenças espirituais.

A depressão de 1929 e o saldo de mais de seis milhões de desempregados reforçariam a tônica nas questões sociais; além disso, o índice de criminalidade era crescente. Jornais ligados ao movimento de higiene racial, como o *Eugenik,* defendiam que tal fato se devia à manifestação

do germe-plasma ruim e que os milhões destinados à detenção dos criminosos podiam ser gastos num programa ativo de higiene racial. O jornal procurava assim demonstrar que a eugenia era o único e melhor caminho de eliminar os gastos com o orçamento. Vale frisar que tais artigos eram escritos tanto pelos racistas, como pelos não-racistas. Somam-se a isso as transformações que ocorriam no processo de produção industrial da época. O Taylorismo e o Fordismo[12] otimizaram a produção nas fábricas, eliminando os desperdícios, seja de tempo, seja do próprio processo de produção. A racionalização e a eficiência econômica seriam os imperativos desse período. A Alemanha precisava lançar-se como uma nação industrial e economicamente competitiva. Os eugenistas defendiam a necessidade de limitar o número daqueles "que consumiam mais do que produziam". O melhoramento do estoque humano da Alemanha era considerado como peça chave no sucesso do país (Weiss, 1990).

Entretanto, tais idéias e ideais se restringiam somente a uma pequena classe de intelectuais, formada em sua maioria por médicos. Com a ascensão de Hitler ao poder, em 1933, a situação se transformou. Na liderança do governo estava alguém cuja "higiene da raça" representava um elemento chave na visão biológica e racial de mundo. A maníaca obsessão de Hitler pela raça ariana como motivo de força histórica assegurava que tudo era útil para a preservação do sangue nórdico. Tal anseio transformar-se-ia na pedra angular da política nacional e objeto de intensa propaganda governamental. Se nos períodos anteriores a preservação da raça ligava-se à meritocracia, a questão racial seria a tônica do Terceiro Reich. O poder nazista eliminaria a possibilidade de uma higiene racial não-racista na Alemanha. Todas as organizações ligadas ao movimento subjugar-se-iam ao controle estatal, por meio de uma comissão para o Serviço de Saúde Nacional, ligada ao Ministério do Interior. Os pesquisadores ligados à ideologia não-racista do movimento seriam afastados de seus cargos. Entretanto, a preocupação em relação à raça continuaria a abordar conceitos e preocupações tradicionais, tais como o aumento da taxa de natalidade entre as classes "aptas" da sociedade e a redução do número de elementos não-produtivos (Weiss, 1990).

[12] Em linhas gerais, o Taylorismo tem sua origem na obra de Frederick W. Taylor, denominada **Princípios da Administração Científica** (*Principles of Scientific Administration*). Ver Fleury & Vargas, (1983), entre outros. Para uma descrição da obra de Taylor, ver também Braverman (1977).

2.4.2.3 - Fundação Rockefeller e a dinâmica do movimento eugenista alemão

O autor Edwin Black é enfático ao atribuir o sucesso do movimento eugenista nos EUA e, posteriormente, na Alemanha, à política de fomento das corporações "filantrópicas", especialmente a Carnegie Institution e a Fundação Rockefeller.

A exemplo do movimento eugenista, a trajetória da Fundação Rockefeller também foi marcada por acirradas discussões. Em linhas gerais, há três correntes que discutem a atuação da Rockefeller: uma, à qual Black se alinha, a caracteriza como uma mera extensão do imperialismo americano[13]. Outra a considera unicamente filantrópica, obediente aos preceitos religiosos de benevolência. Uma terceira corrente considera tais visões excessivamente simplistas e caricatas.

No Brasil a atuação da Rockefeller foi marcada pela cooperação e não somente pela dominação ou pela completa benevolência[14]. Entretanto, é fundamental salientar que o sucesso do movimento eugenista não é fruto apenas do financiamento de tais instituições. Como vimos tentando demonstrar ao longo do trabalho, há o envolvimento de diferentes atores no movimento eugenista, seja nos Estados Unidos, na Alemanha ou no Brasil.[15].

Black relata que no período entre 1900 a 1960, os líderes do movimento guiados por questões como ancestralidade, nacionalidade, raça ou religião, defendiam que a esterilização forçada, proibição de casamentos e até mesmo separações fossem medidas asseguradas por lei. De fato, em alguns momentos, leis de restrição de imigração foram sancionadas para que o problema dos "inaptos" fosse resolvido. Black alega que até o ingresso dos EUA na II Guerra Mundial, em dezembro de 1941, as corporações americanas financiaram cientistas que mais tarde se aliariam ao nazismo. Não há como negar que cientistas e instituições que começaram a receber apoio de fundações como a Rockefeller, na década de 1920, mais tarde viriam a ser considerados como pilares da ciência nazista, já que tais institutos desde sua constituição até a ascensão do Terceiro Reich eram mantidos pela iniciativa privada e pelo estado, como foi o caso do Instituto Kaiser Wilhelm de Antropologia, Hereditariedade Humana e Eugenia[16] (Weindling, 1989). É

[13] Ver capítulos 1 e 3.
[14] Ver capítulos 1 e 3.
[15] Não somente pelos alemães ou americanos, mas também por países como o Brasil, tendo sido bastante presente na obra do sociólogo Oliveira Viana. Este, por sua vez, teria forte influência no ideário dos integralistas no Brasil. Nesse caso, a Rockefeller não teve influência alguma. (Prof. Luiz A. Castro Santos, comunicação pessoal, set/2006)
[16] A fundação do Instituto Kaiser Wilhelm de Antropologia, Hereditariedade Humana e Eugenia, em 1927, representou uma instância crucial nas reivindicações dos geneticistas alemães. Foi também uma resposta à demanda por um instituto eugênico nacional, discutido desde 1921. O instituto seria mais tarde descrito

importante destacar que a marca registrada da eugenia é a peculiaridade com a qual o movimento se desenvolveu. Outro ponto que deve ser levado em consideração é a questão cronológica do movimento. Para Black (2003: 20), "embora a perseguição tivesse origem no mais puro racismo, no ódio étnico e no elitismo acadêmico, a eugenia usou um manto de respeitabilidade científica para ocultar sua verdadeira natureza". Em contrapartida, Stepan (1991) alega que classificar a eugenia como uma pseudociência é uma maneira conveniente de colocar de lado o envolvimento de muitos cientistas proeminentes e de ignorar questões complexas sobre a natureza política de muitos acontecimentos das ciências humanas e biológica.

Para muitos críticos, "a eugenia foi nada menos do que a filantropia corporativa americana sem controle, irracional e desumana" (Black, 2003: 24). É importante, no entanto, ter como ponto de partida a idéia de complexidade, de mobilidade a partir da qual discutiremos o movimento eugenista (Stepan, 1991; Castañeda, 2003) Ao contrário do que alega Black, as doações da Fundação Rockefeller não eram destinadas deliberadamente para causas de "higiene racial". Conforme Weindling (2000), a Fundação Rockefeller "vacilou" quando Hitler ascendeu ao poder, em 1933. Esse fato a levou a adotar duas posturas. Primeiro: acreditava-se que o Führer seria um fenômeno passageiro, transitório. Segundo: a Rockefeller preocupava-se com os investimentos em pesquisadores e institutos alemães, realizados até então. Vale lembrar que, na década anterior, a Fundação Rockefeller seria a principal agência de incentivo e fomento à mobilidade de cientistas perseguidos, praticamente, no mundo todo, (Weindling, 2000), a exemplo do sociólogo judeu-alemão, Karl Mannheim.

Na década de 20, a Alemanha destacava-se "tanto na legítima pesquisa eugenista quanto na biologia da raça" (Black, 2003: 455). No relatório intitulado **A educação médica nos Estados Unidos e Canadá** (*Medical Education in the United States and Canada*), de 1910, o educador Abraham Flexner comparou a "inadequação médica dos Estados Unidos com a excelência da Alemanha" (Black, 2003: 456). Flexner foi um dos pioneiros a estabelecer laços financeiros, corporativos e filantrópicos com a Alemanha. Dado o sucesso de seus relatórios, Abraham

---

como o precursor da política eugenista do nazismo durante o Terceiro Reich. Entretanto, suas origens e obrigações derivavam das características distintas, particularmente o nacionalismo da eugenia da República de Weimar, e da nova definição do papel social da ciência depois de 1918. O instituto precisa ser entendido em relação às esperanças por um espírito de cooperação nacional, pelo qual os experts científicos poderiam ditar o desenvolvimento de uma política social e estabelecer normas para a saúde da família (Weindling, 1989).

Flexner “foi convidado a liderar os esforços médicos na nova e poderosa Fundação Rockefeller”. Os alemães, por sua vez, viram no patrocínio da Rockefeller uma oportunidade para expandir suas realizações científicas. A Sociedade Kaiser Wilhelm, que financiou a criação de vários institutos com o mesmo nome, também recebeu doações da Fundação Rockefeller (Black, 2003).

O investimento da Fundação Rockefeller na ciência alemã pode ser justificado pela tradição médica que o país havia consolidado. Muitos cientistas americanos, treinados na Alemanha, consideravam que a medicina germânica possuía significância internacional. Outros argumentavam que as universidades, a exemplo da medicina, também desempenhavam um papel de destaque internacional no treinamento de pesquisadores do mundo todo. Entretanto, nesse período, a Rockefeller tinha críticas em relação às universidades alemãs. Segundo a fundação, as universidades haviam estimulado o nacionalismo exacerbado, um dos estopins que alimentaram os sentimentos na Primeira Guerra Mundial. Outro ponto abordado foi o super-investimento na ciência e no ensino. Para tanto, a Fundação Rockefeller decidiu nomear um comitê de excelência composto por cientistas-médicos que buscariam promover a pesquisa, mais do que subsidiar universidades como instituições. Tal medida tinha como objetivo assegurar a sobrevivência da próxima geração de pesquisadores. Heinrich Poll, eugenista, foi nomeado secretário de tal comissão. Com a missão de selecionar os candidatos, seja para receber bolsas de estudos oferecidas pela Rockefeller ou financiamento a pesquisas, Poll tinha grande interesse nos assuntos ligados à genética (Weindling, 1989: 325). Assediado por vários cientistas alemães ávidos pelo dinheiro da Rockefeller, Poll passou a exercer um “controle intolerável sobre as doações da Rockefeller e, conseqüentemente, sobre a pesquisa alemã” (Black, 2003: 458).

Ainda conforme Black, a Fundação Rockefeller sempre se mostrou generosa com a pesquisa alemã: “Nas últimas semanas de 1922, foram concedidas 194 bolsas, totalizando 65 mil dólares. No ano seguinte, foram 262 bolsas, somando 135 mil dólares (...) Em 1926, Rockefeller doou 410 mil dólares” (Black, 2003). Apesar do espanto de Black com a generosidade da fundação, vale lembrar que a concessão de bolsas de estudos era um procedimento habitual da fundação e que estas não se limitavam apenas à Alemanha. No caso do Brasil, a postura era

bastante semelhante, no que se refere ao financiamento de pesquisa e de concessão de bolsas de estudos[17].

2.4.2.4 - A década de 1930: a eugenia sob os auspícios de Hitler[18]

Ao tentar entender a participação da Fundação Rockefeller no movimento eugenista alemão, é possível verificar que, em alguns casos, alguns autores chegam a se contradizer na mesma obra. No caso do livro **A Guerra contra os Fracos,** Edwin Black narra a trajetória do movimento eugenista nos Estados Unidos e Alemanha, buscando estabelecer uma correlação entre a atuação dos eugenistas em ambos países e suas respectivas interações. Ao mesmo tempo em que alega que a Fundação Rockefeller foi a maior incentivadora da eugenia no nazismo alemão, Black afirma que "os funcionários da Rockefeller **não** faziam propaganda para o nazismo, **nem** aprovavam a virulenta repressão do Reich". Completa que o apoio da Rockefeller era estritamente biológico, "com total exclusão da política" (Black, 2003: 484). Black ressalta que, evidentemente, a fundação tinha consciência de que seu dinheiro conferia poder àqueles que o utilizavam, mas via isso como uma maneira de manter cientistas talentosos nas respectivas instituições alemãs, protegendo-os, inclusive, de "expurgos" nazistas:

> "A fundação queria descobrir os portadores de sangue defeituoso – mesmo que significasse financiar as instituições controladas pelo nazismo. Além disso, seus executivos sabiam que aquele dinheiro transmitia poder, e o usavam para garantir que os cientistas mais talentosos fossem mantidos nos vários Institutos Kaiser Wilhelm, protegendo-os freqüentemente dos periódicos expurgos nazistas" (Black, 2003: 484).

[17] Esses números – tanto em relação à quantidade de bolsas, bem como o montante de recursos financeiros – são muito inferiores ao investimento feito no Brasil, pela Fundação Rockefeller, na mesma época (Prof. Luiz A. Castro Santos, comunicação pessoal, setembro de 2006).

[18] Com apenas um terço dos votos (12 milhões), Hitler subiu ao poder, em 1933, após uma "eleição fragmentada". Nenhum partido aceitou dividir o poder com Hitler e vice-versa. O Terceiro Reich já nascia calcado no totalitarismo. A eugenia encontraria em breve um terreno fértil para atrocidades jamais imaginadas pela humanidade. Uma das primeiras atitudes do novo governo foi adotar medidas anti-semíticas e iniciar realizações eugenistas de purificação da raça. A primeira lei "eugenista" foi logo decretada em julho de 1933. A lei nº 86, da Prevenção da Progênie Defeituosa, do Estatuto do Reich parte I, instituía a esterilização compulsória de massa. Hitler também investiu num esquema de propaganda para disseminação de informações. Aliás, os Estados Unidos, desde o começo do Terceiro Reich, eram informados das atrocidades do ditador por meio dos jornais americanos, pelas agências de notícias, pelo rádio, noticiários cinematográficos e revistas. Embora muitos se indignassem com as atrocidades cometidas no Reich, Black prefere sublinhar que os eugenistas norte-americanos admiravam-se com os avanços alemães no campo da eugenia (Black, 2003).

Black cita, por exemplo, que o próprio diretor do Instituto para Pesquisa do Cérebro, Oskar Vogt, foi ameaçado de ser removido, por conta de sua inclinação socialista. Tal fato não ocorreu graças à intervenção da Fundação Rockefeller. Buscando manter uma neutralidade em relação à política, a Rockefeller era muito clara em defender a autonomia dos cientistas em relação às perseguições políticas. Ainda conforme a avaliação de Black, a Fundação Rockefeller, apesar de não tomar partido em questões políticas, continuou a apoiar algumas instituições mesmo com a ascensão de Hitler ao poder. Ele salienta que, apesar do apoio ao financiamento da biologia racial alemã, os executivos da fundação "eram mais circunspectos" em relação a muitos líderes eugenistas americanos. "Não faziam propaganda do nazismo nem aprovavam a violenta repressão de Hitler. A agenda da fundação era estritamente biológica, sem nada de política" (Black, 2003: 579). O objetivo da fundação era averiguar "a composição específica do sangue dos incapazes – mesmo que isso significasse financiar instituições científicas controladas pelo nazismo" (Black, 2003: 579). Por isso, mesmo diante de protestos de grupos anti-nazistas, de apelos diretos aos executivos da fundação, os recursos da Rockefeller continuaram financiando a ciência alemã. Com a instalação do Terceiro Reich, os institutos Kaiser Wilhelm tornaram-se conhecidos como "meras frentes científicas para a ideologia nazista". O próprio Rüdin, do Instituto de Psiquiatria, havia sido nomeado como comissário do Reich para investigação da raça. As críticas e questionamentos também não cessaram. Alguns jornais em seus editoriais questionavam a posição da Rockefeller frente às pesquisas realizadas no regime nazista. Entretanto, para a fundação, as pesquisas eram apenas eugenia. Para "Hitler, a ciência e a tecnologia eram armas mágicas para empunhar contra os judeus e todos os não-arianos indesejáveis" (Black, 2003: 493). Apesar de Black salientar que a Fundação Rockefeller continuou apoiando vários institutos alemães, seja por meio de doações ou por concessão de bolsas de estudo, esse apoio só duraria até 1934. Em 1935, o então presidente da Fundação Rockefeller, Max Mason, alegaria que "era impossível estender a cooperação num novo campo de atividade (Weindling, 2000).

No período compreendido entre 1933 a 1940, a cautela foi a postura adotada em relação a novos financiamentos. Estes, por sua vez, limitaram-se a um seleto grupo de acadêmicos que já haviam recebido algum tipo de apoio da instituição. Há um terceiro ângulo pelo qual a situação

pode ser observada: a violência do nazismo surpreendeu a fundação, que não estava bem preparada para lidar com a perseguição aplicada pelo Reich aos cientistas. Aproximadamente 20% dos acadêmicos alemães foram banidos de seus postos em 1933. Isso sugere que a categoria pode ser considerada como uma das primeiras vítimas do nazismo (Weindling, 2000).

Essas dualidades foram características não somente da atuação da Rockefeller nesse período, como a lente pela qual ela é observada pelos estudiosos. Por exemplo: nesse contexto de expurgo de cientistas, professores, pesquisadores, em junho de 1933, o representante da Rockefeller na Europa, John V. van Sickle, propôs a criação de um fundo de apoio a esses pesquisadores enquanto permanecessem na Alemanha. "A idéia era salvá-los da Alemanha" (Weindling, 2000). Concomitantemente a isso, a fundação passou a destinar fundos a instituições que oferecessem trabalho a esse seleto grupo de professores. A face negativa, nessas ações e posturas, relacionou-se à timidez com a qual a fundação comportou-se em determinados momentos. No caso da demissão dos professores, segundo a *Academic Assistance Council* (AAC, depois denominada *Society for the Protection of Science and Learning*), a resposta da Rockefeller foi limitada, já que qualquer ajuda substancial teria que ser aprovada pelos dirigentes. Mesmo com a alegação de tal timidez, as ondas sucessivas de ajudas emergenciais aos demitidos continuaram até 1945. Apesar das críticas ao socorro aos professores alemães, a AAC tentou convencer duramente a Fundação Rockefeller para que criasse um programa júnior de bolsas de estudos para jovens pesquisadores alemães. Entretanto, a avaliação confusa dos candidatos feita pela AAC, fez com que a fundação se tornasse ainda mais relutante em relação a esse programa. Em fevereiro de 1935, o então presidente da Fundação Rockefeller, Max Mason, alegaria que "era impossível estender nossa cooperação num novo campo de atividade" (Weindling, 2000).

Seguindo a mesma postura cautelosa, em 1936 quando Raymond Fosdick assumiu a presidência da Fundação, "o fundo filantrópico se tornou cada vez menos disposto a financiar e apoiar quaisquer projetos associados ao termo eugenia" (Black, 2003: 501). Outros que foram afetados por tal postura foram alguns programas dos Institutos Kaiser Wilhelm. "O dinheiro continuou a fluir para projetos eugenistas, mas somente quando eram embalados como estudos de genética, pesquisa do cérebro, sorologia ou biologia social" (Black, 2003). Por mais que a fundação defendesse posição neutra em questões políticas, a perseguição aos judeus e a utilização da ciência como álibi para torturas e outros atos brutais levaram Fosdick a reconhecer que havia

outras questões em cena, muito além da ciência. Segundo ele, aquele não era o momento para doar quantias substanciais de dinheiro a fontes alemãs. Fosdick tinha razão. No dia 1º de setembro de 1939, começaria a Segunda Guerra Mundial. Com a deflagração da guerra, a Rockefeller cessou todos os estudos eugenistas na Europa, ocupada pelo nazismo. Vale notar que Black adota a mesma postura dúbia - atribuída por Weindling (2000) à Rockefeller - ao abordar a atuação da fundação americana no contexto do Terceiro Reich. Ao mesmo tempo em que aponta os "... elos existentes entre as sólidas doações financeiras da Fundação Rockefeller e o *establishment* científico alemão que iniciou os programas eugenistas concluídos por Mengele em Auschwitz" (Black, 2003: 23), Black reconhece que a "Rockefeller nunca soube de Mengele. Ainda complementa que, com poucas exceções, a fundação havia cessado todos os estudos eugenistas na Europa ocupada pelo nazismo quando a guerra foi deflagrada, em 1939" (Black, 2003: 588). O autor ainda pondera que "o financiamento direto da Rockefeller para o Instituto para a Pesquisa do Cérebro foi suspenso em 1934". Weindling (1989), por sua vez, lembra que em 1935 o dinheiro da Rockefeller deixou de fomentar pesquisas ligadas a questões demográficas e genealógicas.

A ascensão das atrocidades cometidas pelo nazismo coincidiu com a queda dos investimentos da Fundação Rockefeller nos trabalhos eugênicos alemães. Ao contrário da construção em espiral na qual Black sustenta sua narrativa, é possível, por meio de uma linha cronológica (e nem por isso, menos dinâmica), situar o movimento da Rockefeller nesse momento turbulento. Nos Estados Unidos, a década de 1930 foi um período marcado pela redefinição do movimento eugenista como um todo. Em 1939, a Carnegie Institution força Laughlin a encerrar as atividades do Eugenics Record Office. A Carnegie, em 1935, acusou o escritório de produzir propaganda política (Kühl, 1994). Algo que a Fundação Rockefeller, segundo Black, não fez durante o nazismo.

CAPÍTULO 3- Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: relação indireta de cooperação

Nos capítulos anteriores, tentamos reconstruir o cenário no qual o movimento eugenista se desenrolou. Enfatizamos a dinâmica nos Estados Unidos e, principalmente, na Alemanha, dado o financiamento da Fundação Rockefeller a alguns projetos eugênicos. Neste capítulo pretende-se estabelecer uma relação entre a mesma fundação e a eugenia brasileira e desta em relação ao contexto internacional, buscando demonstrar suas peculiaridades e especificidades. Primeiramente, abordamos a eugenia brasileira e seu desenvolvimento nas décadas de 1920 e 1930. Logo depois, voltamos a falar da década de 20, da institucionalização do movimento no Brasil e, principalmente, da atuação da Fundação Rockefeller e da sua visão acerca do país. Por fim, apresentamos em linhas bastante gerais, a discussão sobre a constituição racial brasileira da época. É necessário alertar o leitor de que este capítulo não tem como objetivo estabelecer uma discussão profunda acerca das questões raciais. O item "Afinal, qual a constituição do povo brasileiro" apenas esboça algumas considerações para inserir o leitor no contexto da eugenia. Nosso interesse é iluminar a relação da Fundação Rockefeller e o movimento eugenista brasileiro naquilo que se refere à eugenia na fase em que se ligava ao sanitarismo.

Apesar de não ter financiado diretamente o movimento eugenista brasileiro, pode-se considerar que a Fundação Rockefeller participou por meio de uma via alternativa quando chega ao país para fomentar programas de erradicação de doenças epidêmicas e endêmicas. Isso porque, nas duas primeiras décadas do século XX, a eugenia era sinônimo de saneamento e higiene. Mas, novamente, devemos enfatizar a peculiaridade histórica do movimento no Brasil, que não deve ser identificado, de forma apressada, ao que se passava na Europa ou nos Estados Unidos.

Para tanto, seguindo a linha de raciocínio deste trabalho, abordaremos o contexto no qual a eugenia se desenrolou no Brasil, levando em consideração as mudanças econômicas, políticas e sociais da época, sem a pretensão de esgotar o assunto. Num primeiro momento, a eugenia se alinharia aos ideais do sanitarismo, onde higienizar era a solução possível para se resgatar uma população, não degenerada, mas doente. Na década seguinte (1930), a eugenia brasileira continuaria o debate em torno de questões ligadas à higiene pública, à saúde da mulher, à puericultura, à imigração e também aos assuntos ligados à raça. O diferencial situava-se no contexto político da época. A ascensão de Vargas ao poder traria a possibilidade de se legitimar

algumas das aspirações dos eugenistas; entre elas, a fixação de cotas de imigração, a criação de programas voltados para a proteção da maternidade e da infância, por exemplo. Ainda nesse período, o discurso seria contraditório às ações: oficialmente defendia-se a fusão racial mas, na prática, a segregação era ainda maior. Entretanto, essa demarcação é apenas um subterfúgio pedagógico, já que ambos períodos estão intrinsicamente relacionados, não podendo ser analisados descolados um do outro. As atividades do movimento durante a década de 1920 iriam determinar diretamente as ações do período posterior, seja para ratificar, seja para criticar certas posturas. Hochman (1998) resume a classificação de vários trabalhos a respeito das etapas do movimento sanitarista. Ainda conforme Hochman, esses trabalhos dividem o sanitarismo brasileiro em duas fases fundamentais. A primeira corresponderia aos dez primeiros anos do século XX e à atuação de Oswaldo Cruz nos serviços federais de saúde, restritos ao Rio de Janeiro e aos portos. A etapa posterior se concentraria no sanitarismo dos sertões, no combate de endemias rurais como a ancilostomíase, malária e mal de Chagas. As ações desse período e o desnudamento da realidade dos sertões transformariam a saúde numa questão nacional, entre os anos de 1916 a 1930. Apesar dessa divisão, Hochman estabelece uma integração entre os momentos enumerados acima, para identificar as relações entre doença, sociedade e Poder Público e as questões de políticas de saúde pública. Segundo ele, as discussões iniciadas logo na década de 1910, com as denúncias de calamidade nos sertões feitas por Belisário Penna e Artur Neiva, acabariam permeando as duas décadas seguintes naquilo que se refere à saúde pública. Ainda conforme Hochman (1998: 79), "o nacionalismo do movimento sanitarista (...) deve ser entendido (...) como a descoberta da nação a partir da consciência da interdependência social promovida pela doença". Nesse entrelaçamento, poderíamos inserir mais um elemento: o lugar ocupado pela eugenia brasileira no período.

3.1 - Eugenia no Brasil: movediça

A preocupação dos eugenistas brasileiros nas décadas de 1920 e 1930 se relacionavam basicamente aos mesmos assuntos: melhora das condições de vida da população, por meio do saneamento; imigração; controle do matrimônio, puericultura, saúde da mulher, entre outros. O que mudou de um período para outro foi a ênfase dada a cada uma dessas áreas. No primeiro momento, a eugenia ligava-se diretamente às questões de saúde pública, especialmente naquilo

que se referia ao sanitarismo. Viagens realizadas por sanitaristas como Belisário Penna e Artur Neiva, por exemplo, relacionavam os problemas do brasileiro às péssimas condições sanitárias nas quais ele vivia. Apesar desse caráter sanitarista, as questões relacionadas à composição racial brasileira permeavam a discussão desde a vinda da família real portuguesa ao país, em 1808. Somente na década de 1930, com a instauração do governo totalitário de Getúlio Vargas e seu forte sentimento nacionalista, a eclosão da Segunda Guerra Mundial, o discurso de alguns eugenistas se tornaria, explicitamente, mais racista. Isso não significa alegar que a eugenia no Brasil foi semelhante àquela praticada na Alemanha, no mesmo período. Segundo Stepan (1985), o movimento eugenista brasileiro não foi uma mera reprodução do modelo alemão ou americano. O movimento latino-americano, em geral, era variado e complexo.

Outro diferencial do movimento eugenista brasileiro em relação aos movimentos alemão e americano, apresentados no capítulo anterior, foi sua inspiração predominantemente lamarckiana. A orientação científica da eugenia no Brasil ora se voltava para o lamarckismo, relacionando higiene e herança, ora para os ideais de August Weissmann, ora para as leis de Mendel (Castañeda, 1998). Apesar das tentativas de dissociar eugenia da concepção de higiene ou saúde pública, na década de 1930, a fusão dessas idéias permearia, praticamente, todo o movimento brasileiro. A inspiração lamarckiana que dominou o pensamento eugenista brasileiro vinha ao encontro da alegação da campanha sanitária empreendida nas duas primeiras décadas do século XX, de que as condições do meio incidiam diretamente na saúde da população. No caso do lamarckismo, acreditava-se que as alterações sofridas por uma geração eram transmitidas às gerações futuras. Os sanitaristas defendiam a necessidade do despojamento da visão idílica do interior do país ao mesmo tempo em que criticavam a visão fatalista defendida por alguns, inspirada nas teses de inferioridade racial.

Segundo Lima & Hochman, "os intelectuais da campanha do saneamento rural aproximavam-se de uma tendência de crítica às teses de determinismo racial", e essa inclinação deve-se ao fato da busca de uma identidade nacional trazida pela I Guerra. Além de divulgar suas idéias, esses intelectuais "trouxeram para o debate dois novos elementos: a idéia da doença como característica central do povo e a qualificação do isolamento do sertanejo, indicado por Euclides da Cunha, como um estado de abandono da população do interior pelos governos" (Lima & Hochman, 1996: 27). Castro Santos (1985) destaca que a obra **Os Sertões,** de Euclides da Cunha,

denunciava o desconhecimento total do sertão e do sertanejo por parte da população brasileira. Esta, por sua vez, estava mais familiarizada com os imigrantes europeus. Demonstrando a diversidade do período, Castro Santos (1985) cita também outros escritores engajados no resgate dos sertões, entre eles: Monteiro Lobato, Vicente Licínio Cardoso e Alberto Torres.

Nas duas primeiras décadas do século XX, o Brasil tentava livrar-se do determinismo de que era um país degenerado racialmente e condenado pelo clima tropical. O alívio oferecido pelo movimento sanitarista residia na constatação de que "o brasileiro era indolente, preguiçoso e improdutivo porque estava doente e abandonado pelas elites políticas". A redenção do país estava no saneamento de suas áreas rurais ou sertanejas (Castro Santos, 1985, 1989; Lima & Hochman, 1996, 23). De acordo com o pensamento médico e intelectual da época, era necessário melhorar as condições de vida da população.

O caso do Brasil merece destaque visto que, além de ser o maior país da América Latina, foi o primeiro na região a sistematizar o movimento eugenista por meio da fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo, em 1918 (Castañeda, 1998). Salientava-se no movimento eugênico brasileiro a sua relação com a importância da genética lamarckiana, a posição central ocupada pela questão da raça, especialmente na discussão acerca da mestiçagem e a identificação resultante da eugenia com as novas formas de saneamento e saúde pública (Stepan, 1985, 354). Isso caracterizava de maneira geral o primeiro momento da eugenia brasileira compreendida entre 1900-1920; a década seguinte seria marcada pela complexidade ideológica e política do período de Getúlio Vargas.

É importante destacar que a Fundação Rockefeller teve participação decisiva, nas duas primeiras décadas, no que se referia à implementação de programas de saúde pública e sanitária. Dessa maneira, como discutiremos adiante, é possível considerar que a Rockefeller, no período em que a eugenia correspondia à higiene e ao sanitarismo atuou, ainda que indiretamente, no movimento eugênico brasileiro.

Entre todas as áreas da ciência existentes na América Latina, a medicina era a mais "avançada" institucional e profissionalmente. As escolas médicas figuravam entre as primeiras instituições com uma cultura de pesquisa científica. Além disso, ser médico era sinônimo de *status* social. No começo do século XIX, a medicina começou a se tornar mais técnica e científica e, ao mesmo tempo, mais expansiva no seu papel social. Essa profissionalização e expansão

relacionavam-se ao crescimento institucional generalizado da ciência que ocorreu na região entre as décadas de 1890 a 1930. Dado o sucesso das campanhas realizadas por Oswaldo Cruz, por exemplo, no início do século XX, a saúde pública transformou-se num objetivo aceito politicamente. O financiamento estatal destinado à educação médica e a organizações de saúde pública transformou o estado num aliado natural dos médicos (Stepan, 1991: 43). Entretanto, para que essa parceria estado/médicos fosse estabelecida, os últimos exerceram uma grande pressão para que o governo federal, por exemplo, liderasse a reforma da saúde pública.

A eugenia vinha no bojo dessa movimentação como mais um instrumento na modernização, higienização e saneamento do país. É interessante notar que a ciência de Galton serviu também como aliada no movimento dos ginecologistas para legitimar sua profissão numa sociedade patriarcal e extremamente conservadora. Marques (2005: 108) destaca que a eugenia no Brasil era classificada em duas modalidades: a eugenia católica e a eugenia materialista. A primeira tinha como objetivo o esforço na propagação da "eugenia racional", ou seja, "que levava em conta a dignidade humana e considerava o valor espiritual da vida de acordo com as leis divinas". Por sua vez, a eugenia materialista, propagadora das "restrições à união e à procriação de indivíduos doentes", era domínio exclusivo dos cientistas (Marques, 2005: 108). Apesar dessa distinção, Marques alega que os médicos, de maneira geral, defendiam a melhoria da raça brasileira: "A eugenia, antes combatida por inibir a natalidade, foi justificada pela possibilidade de os médicos intervirem na melhoria das condições de vida de toda a sociedade" (Marques, 2005: 108-109).

Para os ginecologistas, ou "médicos de senhoras", nas duas primeiras décadas do século XX a eugenia parecia ser um momento bastante adequado para que pudessem legitimar sua profissão. Tais especialistas enfrentavam o problema de lidarem com algo que era preservado a qualquer custo: o corpo feminino. Se no final do século XIX, começo do XX, os médicos de senhoras competiam com curandeiros, parteiras e afins, com a eugenia e o controle/cuidado com o corpo feminino e, principalmente, com a procriação, estes passariam a ocupar posições quase iguais às dos padres. Por exemplo: se na década de 1910 era impensável a indissolubilidade do casamento, já na década seguinte a própria igreja católica passaria a pregar maior cuidado antes do matrimônio. Nesse contexto, o médico que antes tinha que provar ser bom, piedoso, passaria a ser indicado como um consultor importante na escolha de um bom marido: "O médico tornou-se

parceiro do padre no combate às irregularidades e veio a ser indicado pela própria Igreja". O padre julgava imprescindível a consulta a um médico, mesmo que o "pretendente parecesse ser `um anjo" (Marques, 2005: 108).

Ao mesmo tempo, os médicos, de maneira geral, encaravam a eugenia como uma forma de conhecimento alternativo à visão religiosa. Consideravam-na uma nova forma de poder cultural: "As novas ciências (Darwinismo, Eugenia, por exemplo) eram particularmente atrativas para uma *intelligentsia* que se considerava moderna, secular, liberal, e conferiam uma racionalidade para os mundos social e natural", independente das tradições religiosas (Stepan, 1991: 41).

O terreno no qual a eugenia brasileira desenrolou-se era acidentado. Profundas mudanças sociais e políticas marcaram o final do século XIX até meados do século XX: abolição da escravatura, proclamação da república, emergência de novas classes sociais (classe média urbana e o proletariado), crescimento de uma indústria "leve", resistência da oligarquia para sua manutenção no poder (político), urbanização[19], maciça imigração européia, guerras, depressão financeira mundial (Andrade, 1988).

3.2 - Sob a efervescência das décadas de 1910 a 1930: a institucionalização e a legitimação do movimento eugenista brasileiro

A criação da Sociedade Eugênica de São Paulo em 1918 representou um marco na institucionalização da eugenia no Brasil. Como já dissemos, a iniciativa, pioneira na América Latina, pode ser considerada vanguardista, já que a sociedade era apenas dez anos mais nova que sua correspondente inglesa e seis anos que a francesa. Além disso, a sociedade permitiu a sistematização de trabalhos ligados à eugenia produzidos no país. Seus interesses concentravam-

[19] A reforma urbana empreendida no Rio de Janeiro, em fins do século XIX, era uma ação que visava dizimar as habitações das populações miseráveis que se espalhavam pela capital da recém-instituída República. Foco de epidemias e endemias, como a cólera, a varíola, a febre amarela, entre outras, a cidade era vista com "escárnio" e repúdio por outros países. As aglomerações nas capitais agravavam ainda mais a falta de abastecimento de água e de esgoto. A medida adotada foi então a eliminação dos cortiços e das "casas de cômodo". Para a elite republicana era urgente a eliminação da "aterradora massa de cidadãos pobre e perigosa, viciosa". Sem levar em conta as condições miseráveis nas quais viviam, essa população era acusada de "atrasada, inferior e pestilenta" (Marins: 2004, 132-145).

se em questões relacionadas à legalização de exames pré-nupciais para prevenção e controle de doenças venéreas e campanha anti-alcóolicas (Castañeda, 1998).

Um ano antes, o médico, eugenista e ativista Renato Kehl convocara uma reunião de médicos para discutir a nova ciência do inglês Francis Galton. A escolha da cidade de São Paulo como cidade sede não foi um mero acaso. Capital do estado estável economicamente, destacava-se também como importante força na política nacional. Apesar disso, não era objetivo de tal sociedade concentrar-se apenas no estado de São Paulo. Ao contrário; Kehl, organizador e concomitantemente secretário da sociedade, convidara Belisário Penna para que atuasse como um dos três vice-presidentes honorários[20]. Carioca, respeitado, conhecido e especialista em saneamento, Penna propiciaria a projeção da sociedade para além das fronteiras paulistas (Stepan, 2004). O médico e diretor da nova escola de medicina de São Paulo, Arnaldo Vieira de Carvalho[21], foi nomeado presidente da sociedade. Em linhas bem gerais, a sociedade se estruturava da seguinte maneira:

Presidente: Arnaldo Vieira de Carvalho

Vice-presidente: Olegário de Moura

Vice-presidente honorário: Belisário Penna

Secretário: Renato Kehl

Alguns membros de destaque: o bacteriologista e diretor do Instituto Butantã, Vital Brasil; o microbiologista Artur Neiva (companheiro de Penna, na expedição aos sertões brasileiros); o médico e positivista Luís Pereira Barreto; o educador Fernando de Azevedo e o psiquiatra e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro Antonio Austregésilo.

Conforme Kehl (1923, 165), a Sociedade Eugênica de São Paulo propunha-se a estudar as leis da hereditariedade, concentrando-se em questões da evolução e descendência, "tirando desses conhecimentos as bases aplicáveis à conservação e melhoria da espécie humana". As discussões, ainda segundo Kehl, bem como as questões debatidas pela sociedade, seriam aquelas "relativas à influência do meio, do estado econômico, da legislação, dos costumes, do valor das gerações

[20] Juntamente com Penna, também foram convidados, para tal cargo, os professores A. de Sousa Lima e Amâncio Carvalho.

[21] Arnaldo Vieira de Carvalho, como veremos adiante, foi peça-chave na parceria estabelecida entre a Fundação Rockefeller e a Universidade de São Paulo (USP), na criação da Faculdade de Medicina. A discussão completa acerca do assunto pode ser encontrada em Marinho (2001) **Norte-americanos no Brasil: uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934-1952).**

sucessivas e sobre as aptidões físicas, intelectuais e morais, sempre tirando dessas discussões idéias destinadas a bem da nossa raça" (Kehl, 1923). Para ele, os "três caminhos para regeneração racial" eram a eugenia positiva, a negativa e a preventiva. No caso da eugenia preventiva, o ativista a considerava "a higiene profilática", "a campeã", "inimiga dos fatores hostis à humanidade": "Ela se bate pelo saneamento rural e urbano, luta pela supressão do álcool e de outros venenos intoxicantes, esforça-se pela regulamentação do trabalho, consiste enfim na prática da higiene em todos os seus artigos" (Kehl, 1923, 201). Kehl considerava o saneamento como ponto de partida para que a eugenia se tornasse "exeqüível". Uma prova para aqueles que consideravam a eugenia e a regeneração da raça uma utopia (Kehl, 1923).

Apesar do entusiasmo e de contar com nomes ilustres na sua composição, a Sociedade Eugênica de São Paulo sobreviveu apenas por um ano. A instituição não foi capaz de resistir à morte de Carvalho em 1919 e à mudança de Kehl para o Rio de Janeiro (Stepan, 2004). Entretanto, é importante salientar que, embora breve, a sociedade promoveu diversas reuniões, sessões regulares, nas quais se discutiam os avanços feitos na Europa no que se relacionava à eugenia, a necessidade do país de se inserir nos estudos da hereditariedade, da evolução e da influência do meio ambiente, além de discutir também questões ligadas às condições econômicas, legais e de costumes e hábitos dos brasileiros (Kehl, 1929). Os trabalhos da sociedade não se limitaram apenas aos membros associados. Foram organizadas palestras que colocaram a eugenia na arena pública. Dois exemplos de tal atitude foram a conferência do reumatologista Rubião Meira, intitulada "Fatores de degeneração de nossa raça: meios de combatê-los" e a palestra do próprio Kehl, na Associação Cristã de Moços. Estabelecido no Rio de Janeiro, Kehl não conseguiu organizar uma nova sociedade eugênica mas, nem por isso, desistiu de propagar seus ideais. A eugenia defendida por ele encontraria espaço na nova Liga Brasileira de Hygiene Mental (LBHM)[22], fundada em 1922, pelo diretor da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, Gustavo Riedel. A liga tinha como objetivos: a) prevenir as doenças mentais a partir da observação dos princípios da higiene geral, enfatizando o sistema nervoso; b) proteger e amparar no meio social tanto os egressos como aqueles passíveis de internação; c) melhorar a assistência e

[22] Aqui é importante ressaltar que embora tenha se afiliado à LBHM, a história dessa instituição e a de Renato Kehl não devem ser avaliadas como um único objeto. Como já dissemos, havia muitas vozes concordantes e dissonantes na liga (Reis, 1994).

tratamento aos doentes em asilos públicos, particulares ou mesmo fora deles e d) realizar "um programa de Higiene Mental e Eugenia no domínio das atividades individual, escolar, profissional e social" (Reis, 1994: 50).

A LBHM surgiu como aliada nas aspirações do movimento sanitarista e eugênico de melhoramento do povo brasileiro. Para Riedel, a eugenia era uma antiga paixão, a "verdadeira religião da humanidade", por exprimir o aperfeiçoamento moral, físico e mental dos homens (Reis, 1994: 54). A saúde mental, em meados da década de 1920, não era preocupação apenas dos psiquiatras. A higiene mental, mais especificamente, não se limitava mais ao círculo dos especialistas em "neurologia e alienística". Os psiquiatras brasileiros estavam convencidos de que, por meio de ações voltadas para a defesa da saúde psíquica, contribuiriam na ampla tarefa de regeneração social. Os temas considerados importantes nessa empreitada eram semelhantes àqueles defendidos pelos eugenistas, higienistas e médicos em geral: combate ao alcoolismo e aos "vícios sociais", imigração, seleção e orientação profissional, matrimônios, esterilização compulsória daqueles considerados degenerados, "atenção à infância para um desenvolvimento mental sadio e eugênico". Ou seja: visavam o "melhoramento da raça brasileira" (Reis, 1994: 57). Até o final da década de 1920, a Liga defendia e seguia as mesmas orientações do movimento sanitarista, no qual o problema do país era as doenças e a falta de educação. Na década seguinte, entretanto, a Liga passaria a defender uma postura mais radical em relação a medidas eugênicas. É importante salientar, desde já, que a exemplo do movimento eugenista em geral, essa postura radical não era unânime na instituição. Outro ponto relaciona-se à presença do incansável Renato Kehl na instituição. Nessa mesma época, o ativista assume abertamente sua posição favorável a algumas medidas adotadas pelo movimento eugenista alemão; entretanto, Reis alerta que a trajetória de Kehl não deve ser ligada diretamente às ações da LBHM.

O ponto de intersecção entre a psiquiatria brasileira e a eugenia era a preocupação da primeira em relação à hereditariedade e aos perigos que a doença mental e a patologia dos pobres representavam para a sociedade. Para os psiquiatras, a higiene mental e a eugenia possibilitariam prever o "nascimento de um novo tipo de homem, sadio, vigoroso, acima de qualquer suspeita", ou seja, livre de qualquer tara ou degenerescência (Reis, 1994: 40). O termo **eufrenia** foi cunhado para significar o aprimoramento eugênico da mente. Entre os membros da liga

destacavam-se cientistas e médicos proeminentes da cidade. Observe os nomes abaixo, entre os quais figuram os cientistas Carlos Chagas e o antropólogo Roquette-Pinto:

Fundador Gustavo Riedel

Membros de destaque: o eugenista e ex-secretário da Sociedade Eugênica de São Paulo, Renato Kehl; o diretor do Hospital Nacional dos Alienados, Juliano Moreira; o presidente da Academia Nacional de Medicina, Miguel Couto; o professor de ginecologia e obstetrícia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Fernando Magalhães; o diretor do Instituto Oswaldo Cruz, Carlos Chagas; o diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro e antropólogo, Edgar Roquette-Pinto; o higienista Afrânio Peixoto; o psiquiatra e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Antonio Austregésilo e o especialista em doenças mentais, Henrique Roxo.

O surgimento da Liga nesse período não foi um fato isolado, conforme Reis (1994). A LBHM é fundada naquilo que chamamos de a "efervescência da década de 1920". Basta observarmos a composição da instituição, e verificar que os membros de destaque eram basicamente os mesmos ativistas do movimento eugênico brasileiro e do movimento sanitarista.

Apesar da primeira medida de institucionalização da eugenia ter sido tomada em São Paulo, com a criação da Sociedade Eugênica daquele estado, realiza-se no Rio de Janeiro, em 1929, o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. Este testemunharia também a discussão entre as diversas teorias discutidas por Kehl, Octávio Domingues, do Departamento de Zootecnia, da Escola Agrícola Luiz de Queiroz (Esalq – Piracicaba) e o antropólogo e diretor do Museu Nacional, Roquette-Pinto, por exemplo.

Embora o movimento eugenista brasileiro tenha sido dominado pelo pensamento lamarckiano na transmissão dos caracteres adquiridos e da influência do meio, no final da década de 1920, começaram a aparecer por aqui as primeiras cisões entre os adeptos da eugenia: a divisão entre neolamarckianos e mendelianos se evidenciaria. É interessante notar que essa cisão pode ser considerada conseqüência da própria expansão da eugenia no país. Apesar disso, não há como classificar todos os envolvidos colocando-os nessa ou noutra categoria. Segundo Stepan (2004), os médicos, que até então eram aqueles que mais se ligavam a esse assunto começavam a deparar-se com uma nova geração de cientistas biólogos. Os primeiros atuavam mais na prática,

na clínica, visto que a pesquisa científica ainda encontrava-se em fase de implementação[23]. Dado esse caráter mais pragmático da profissão, e muitas vezes ligado a um *status* social, Stepan relata que pesquisas ligadas à genética ainda eram muito incipientes nessa área. Além disso, ainda conforme a autora, a bibliografia que se lia por aqui era intermediada, já que muitos médicos não liam alemão ou inglês fluentemente. A predominância das idéias de Lamarck era conseqüência da influência do pensamento europeu, especialmente da intelectualidade francesa, na cultura brasileira.

Como já salientamos, esse cenário começou a mudar com a eclosão da Primeira Guerra Mundial. O domínio das idéias de Lamarck seria quase uma constante no pensamento dos eugenistas brasileiros. Entretanto, isso não significou sua unicidade e onipotência. Ao contrário, os artigos publicados nos boletins de eugenia editados por Kehl, entre os anos de 1929 – 1931, apresentavam traduções de trabalhos de eugenistas de outros países. O antropólogo Roquette-Pinto já fazia alusão aos trabalhos de Eugen Fischer, um dos diretores do Instituto Kaiser Wilhelm de Antropologia, Hereditariedade Humana e Eugenia, apresentado neste trabalho no capítulo dois, no que se referia à genética mendeliana: "os caracteres de duas raças que se cruzam, diz muito bem Eugen Fischer, ficam lado a lado, nos descendentes a espera que a seleção suscite o predomínio de um deles". Roquette-Pinto completava falando sobre outro assunto abordado por Mendel – a ausência de dominância: "Se não há dominância de uma raça sobre outra, então o mestiço é uma nova composição de vários caracteres raciais recebidos dos progenitores" (Roquette-Pinto, 1933: 170-171). O antropólogo brasileiro também mantinha correspondência com Charles B. Davenport, eugenista americano que vimos anteriormente. Roquette-Pinto recebeu da Federação Internacional das Organizações Eugênicas (IFEO) um questionário a respeito dos cruzamentos entre humanos. O objetivo do documento era identificar as regiões onde os cruzamentos aconteciam de maneira mais intensa, raças envolvidas, número de gerações, etc. Roquette-Pinto prontamente atendeu à solicitação do americano: " (...) vou responder o mais depressa possível, transmitindo-lhe o resultado de observações iniciadas há uns vinte anos, se bem que tão cedo não possam ser definitivamente concluídas. Talvez nunca".

[23] Vale lembrar, como salientamos nesse capítulo, a atuação decisiva da Fundação Rockefeller na implementação de um novo modelo de ensino na Faculdade de Medicina de São Paulo. A dedicação integral dos professores ao exercício da docência exigida pela Rockefeller denota a mudança de um ensino voltado exclusivamente para a clínica para a formação de médicos-pesquisadores.

Roquette-Pinto atribuía a impossibilidade de uma conclusão imediata à infinidade de "elementos de perturbação antropogênica" no Brasil (Roquette-Pinto, 1933: 60).

As discussões a respeito das Leis de Mendel, redescobertas em 1900, também seriam abordadas e defendidas por alguns eugenistas brasileiros. Das cinco lições do livro **Eugenia: seus propósitos, suas bases, seus meios,** Octávio Domingues dedicou uma lição inteiramente a Mendel. Intitulada "Como Frei Gregório Mendel tornou-se imortal", a lição mostrava como este, por meio de uma demonstração simples utilizando ervilhas, conseguiu comprovar a transmissão hereditária de alguns caracteres. Ao mesmo tempo, apesar do tom de crítica, conseguimos identificar, coexistindo com as leis do frei, as idéias de Galton, no que se referia às medidas positivas e negativas em relação ao melhoramento da raça e as do próprio Lamarck. Apesar de defender a impossibilidade de alteração da constituição genotípica do indivíduo, Domingues não desprezava a importância da educação, das condições sociais e do próprio meio. O meio ambiente na caracterização do indivíduo era bastante significativo. Conforme as palavras dele: "Bem grande. Enorme" (Domingues, 1933: 110).

Para Domingues, a redescoberta das leis de Mendel permitiu que a eugenia se assentasse em leis biológicas, dando início "a construção de seu edifício científico em alicerces definitivos". O professor continua alegando que "as questões sobre a heredologia [leis biológicas] humana, somente com as leis de Mendel, tiveram soluções mais claras, plenamente aceitáveis" (Domingues, 1933: 16). No artigo intitulado "O meio revela...", Domingues defendia que, como o próprio título esclarecia, o meio apenas revelava "as formas em potencial no genótipo dos seres, e nada mais". Alegava ainda que era necessário compreender o problema biológico com "espírito inteligente e filosófico", sem superficialidades. Criticava o acúmulo de conhecimento em detrimento da compreensão (Domingues, 1930: 1).

Na realidade, o professor do Departamento de Zootecnia esforçava-se para esclarecer a confusão que, segundo ele, existia entre eugenia e eutecnia: "Já é tempo (...) de definir a Eugenia. E não é coisa fácil, em vista da confusão prejudicial que se processou em torno de duas coisas distintas" (Domingues, 1933: 20). Domingues frisava que a eugenia calcava-se exclusivamente nas leis biológicas, fornecidas pela genética, capazes de serem aplicadas à espécie humana. A eugenia, defendida na década de 1920, sinônimo de higiene, saneamento, referia-se mais àquilo que denominou de eutecnia, ou medidas externas que agiam como estímulo, no desenvolvimento

das heranças biológicas. Entretanto, frisava, medidas "incapazes por si sós de mudar, de converter, de transformar tais heranças ou fatores genéticos, em suas qualidades intrínsecas, não podem, nem devem portanto ser incluídas na Eugenia" (Domingues, 1933, 21). Domingues alegava que higiene, puericultura, saneamento e educação eram elementos independentes da eugenia: "Quando se falar (...) em lei seca, em guerra aos entorpecentes, em higiene pré-natal, em reeducação de anormais, etc, etc, não se está absolutamente tratando de Eugenia" (Domingues, 1933). Domingues reconhecia que tanto as medidas eugênicas, como as eutécnicas e até mesmo as sociais podiam ter como objetivo a "geração de proles boas em ambiente melhor", mas insistia que as "medidas puramente eugênicas" relacionavam-se somente àquelas de ordem genética. Para o conjunto de ações dessas três áreas (eugenia, eutecnia e social), ele preferia o termo eugenismo, uma espécie de expressão guarda-chuva (Domingues, 1933: 23).

Roquette-Pinto possuía uma postura semelhante a de Domingues no que se relacionava ao domínio exclusivo da eugenia. Durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929, Roquette-Pinto empreendeu uma campanha para tentar separar as ações de caráter estritamente eugênico daquelas relacionadas à higiene, ao saneamento, ou à eutecnia. O antropólogo, a exemplo de Domingues, reconhecia a dificuldade de tal tarefa: "... o conceito próprio daquela disciplina (eugenia) não está ainda muito claro no espírito de alguns, mesmo entre os melhores. Há pessoas, no Congresso, para quem `Eugenia´ é apenas um nome, em moda, de que se enfeita a velhíssima `Higiene" (Roquette-Pinto, 1933: 69). Roquette-Pinto alegava que o congresso relacionava-se a questões de ordem biológica, sem ter qualquer tipo de ligação com áreas como filosofia, religião, educação e pedagogia. Ele defendia que as preocupações da higiene eram bem diferentes das preocupações da eugenia. Enquanto a primeira buscava melhorar o meio e o indivíduo, a segunda procurava melhorar a "estirpe", a "raça", a "descendência". Conforme o antropólogo, a herança biológica era o "verdadeiro domínio da Eugenia" (Roquette-Pinto, 1933: 69-71). Na ata da sessão inaugural do Congresso, a diferenciação entre o que era pertencente à medicina e à higiene e aquilo que dizia respeito à eugenia já era explicitado: "Durante muito tempo, (...) supos-se que o meio dominava os organismos, portanto a medicina e a higiene resolveriam o problema da saúde; mas a ciência demonstrou haver alguma coisa que independe da higiene: é a semente, a herança, que depende da *eugenia*" (Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, *Atas e Trabalhos*, 1929: 11).

Por outro lado, alguns participantes do mesmo congresso ainda continuavam atrelados ao neolamarkismo. Numa das reuniões, por exemplo, reconhecia-se "o alto valor da educação moral como fator eugênico", e solicitava-se aos poderes públicos o desenvolvimento dessa educação nas escolas primárias e secundárias, conforme classificação da época (Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, *Atas e Trabalhos*, 1929: 14). Defendia-se ainda a luta anti-venérea, o estímulo à educação física e aos exames pré-nupciais como medidas eugênicas (Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, *Atas e Trabalhos*, 1929). Aspectos que para Roquette-Pinto em nada se relacionavam à eugenia.

Em conferência proferida nesse mesmo congresso, Kehl alegaria, diferentemente de sua postura inicial, que uma simples mudança de ambiente não seria capaz de regenerar um homem. Reconhecia a importância da educação no progresso social, mas a esta somava o papel imprescindível do progresso biológico, da aplicação das leis da hereditariedade, conforme os preceitos eugênicos. O ativista alegava que a educação, as "injunções religiosas" eram insuficientes para "moderar as paixões, para tornar a humanidade melhor, mais equilibrada, mais filantrópica". O homem, para ele, estaria subjugado biologicamente à hereditariedade. Esta seria a responsável pelo seu temperamento e caráter de maneira "inexorável" (Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, *Atas e Trabalhos*, 1929: 47).

Ao observarmos as atas das reuniões do Congresso, nota-se o constante esforço para relacionar a eugenia exclusivamente às questões hereditárias. Entretanto, é possível encontrar assuntos ligados aos cuidados com o corpo, com a higiene ainda permeando essas discussões. Tanto que entre as muitas propostas e teses apresentadas e discutidas, algumas defendiam a necessidade de se criarem cursos de higiene individual e sexual. Outras propunham a criação de um departamento nacional de Educação Física. Os congressistas defendiam também a instalação de cursos de eugenia em todas as escolas, mais especificamente nas faculdades de medicina; a exigência de exames pré-nupciais; a intensificação da propaganda anti-alcóolica, já realizada pela Liga Brasileira de Higiene Mental; a necessidade da divulgação das idéias eugenistas e a proteção à maternidade. A coexistência de assuntos ligados exclusivamente a questões eugênicas, bem como a questões eutécnicas (emprestando a diferenciação estabelecida por Octávio Domingues) mostrava as diferentes posturas presentes no Congresso. Na ocasião houve discussões acirradas em relação à constituição racial, à imigração. Os assuntos abordados no congresso tentavam

contemplar tudo o que se relacionava à eugenia, seja direta ou indiretamente. A relação de temas do evento na ocasião da convocação de trabalhos somava 38 assuntos. Estes se dividiriam em três seções: 1) antropologia; 2) heredologia e 3) educação. Apesar de extensa, a reprodução da lista de assuntos nos fornece um panorama a respeito das preocupações dos eugenistas brasileiros em fins da década de 1920, um período que seria marcado por uma mudança no próprio movimento:

1.	Movimento eugênico moderno; Conceito de eugenia; Organização prática da ação eugênica
2.	Tipos da população do Brasil
3.	Índice de Lapicque; Rádio-pélvico e Índice tíbio-pélvico
4.	Estado Atual da questão dos grupos hemáticos
5.	O conceito da espécie
6.	Escama, pêlo, pena
7.	Genética vegetal
8.	Esportes em Zea-Mais
9.	Metabolismo básico nas raças
10.	Aplicação humana das leis do cruzamento
11.	Os preconceitos anti-raciais
12.	Variação e herança no homem
13.	A raça no ponto de vista antropológico e no ponto de vista sociológico
14.	O feminismo e a raça
15.	Educação moral e eugenia
16.	Educação eugênica em geral; Consciência da responsabilidade eugênica na família, nas escolas, nas universidades
17.	Educação sexual e eugenia
18.	A esterilização eugênica dos tarados e criminosos
19.	Regulamentação eugênica do casamento; Idade, consangüinidade, mistura de raças, estado físico e mental; Exame pré-nupcial e certificado médico; Divórcio
20.	Regulamentação econômica do casamento; Seguro contra doenças, instituição do pecúlio de educação; O lar cooperativista
21.	As mães solteiras, sua proteção e dignidade; Pesquisa da paternidade; Penalidade pecuniária na fecundação extra-legal
22.	A maternidade consciente
23.	O lar adotivo
24.	Delito de contaminação
25.	Proteção fiscal e administrativa dos lares sadios
26.	Proteção social da maternidade; Refúgios, cantinas, abrigos, maternidades, o seguro da procriação
27.	O aborto perverso e industrial

28.	Aplicação das leis de Mendel às doenças
29.	O controle dos nascimentos (*birth-control*)
30.	O problema eugênico da imigração
31.	A mortalidade infantil
32.	Da seleção social
33.	Registro individual e registro genealógico da família
34.	Política eugênica
35.	Luta contra os venenos da raça
36.	Luta contra as doenças venéreas
37.	Luta contra as doenças mentais
38.	Estatística dos tarados no Brasil (cegos, surdos-mudos, débeis mentais e atrasados, epiléticos, toxicômanos, alienados, vagabundos)

Fonte: Boletim de Eugenia, n. 3, março de 1929

O primeiro item já reflete aquilo que Roquette-Pinto e Domingues consideravam fundamental: conceituar a eugenia, falar de questões atuais sobre o assunto. Entretanto, apesar de defender a ligação exclusiva das leis de Mendel à eugenia, outros assuntos, como o item 35, "luta contra os venenos da raça", remetem-nos novamente às questões discutidas no começo do movimento, naquilo que se refere à influência do meio na geração de uma raça melhorada. Apesar de divididos, destaca-se a preocupação com as questões ligadas a uma política de conscientização e educação eugênica; aos cuidados com a maternidade e assuntos correlatos, tais como o aborto, as doenças venéreas, pesquisa da paternidade, riscos de contaminação; questão da imigração. Outros temas pareciam se inspirar nos estudos realizados pelo Escritório de Registro Eugenista (*Eugenic Record Office* - ERO), liderado pelo americano Charles Davenport[24]: itens 18, "a esterilização eugênica dos tarados e criminosos", 29, "controle dos nascimentos", 33, "registro individual e registro genealógico da família" (medida semelhante à de Harry Laughlin, um dos colaboradores de Davenport), 38, "estatística dos tarados (ou aqueles considerados inaptos). Ao mesmo tempo, as peculiaridades do movimento eugenista brasileiro faziam-se notar nos temas referentes à proteção social da maternidade por meio de auxílio, pecuniário ou de moradia (criação de refúgios, cantinas, etc – item 26). Na mesma linha, o item 21, intitulado "As mães solteiras, sua proteção e dignidade; Pesquisa da paternidade; Penalidade pecuniária na fecundação extra-legal", denota o tom assistencial do movimento. Essas atitudes vão de encontro

[24] No capítulo anterior, abordamos detalhadamente as ações desses eugenistas americanos e o papel por eles desempenhado.

ao que acontecia na Inglaterra e nos Estados Unidos, onde as ações filantrópicas e assistenciais eram vistas como medidas anti-eugênicas. Vale lembrar que a preocupação com a questão populacional no Brasil era assunto que permeava as discussões entre os eugenistas.

No livro **Seixos Rolados,** publicado em 1927, Roquette-Pinto já defendia uma eugenia calcada nas leis de Mendel. Alegava que os cientistas eram quase unânimes em defender a impossibilidade de transmitir aos descendentes caracteres e aptidões adquiridos. A teoria do biólogo alemão, August Weismann, também influenciara o pensamento de Roquette-Pinto. Este também defendia que apenas o material carregado pelo germinoplasma se perpetuaria. O somatoplasma desaparecia com a morte do indivíduo. Para ele, o somatoplasma era a parte capaz de se modificar pelas influências do meio, mas em nada se relacionava com os elementos hereditários: "É o suporte do germinoplasma imortal. Só as modificações neste processadas influem sobre a descendência" (Roquette-Pinto: 1927, 172-173). A melhora nas condições do meio apenas serviria para proteger o somatoplasma e, conseqüentemente, o germinoplasma. Roquette-Pinto colocava que a genética baseava-se em três métodos de estudos: o citológico, o experimental de Mendel (para ele de importância decisiva para a eugenia) e o estatístico ou biométrico de Galton (Roquette-Pinto: 1927: 175).[25]

Roquette-Pinto também fala da confusão que se fazia entre eugenia e higiene. Segundo ele, isso era atitude de alguns médicos mal-informados. Conselhos relacionados à prática de medidas puramente clínicas ou médicas, tais como exame médico pré-nupcial, combate às

[25] Ainda nesse livro (**Seixos Rolados),** Roquette-Pinto resume os três princípios de Mendel: "a) Principio da unidade dos caracteres: Cada indivíduo, (...) do ponto de vista morfológico e funcional, em relação com a herança que lega aos filhos, comporta-se como se fosse um agregado de caracteres independentemente transmitidos. Analogamente, ao que ocorre na divisão dos caracteres, conforme Roquette-Pinto, aconteceria algo semelhante a um grande industrial, proprietário de uma fábrica de tecidos. Em vez de deixar tudo a todos os filhos, separa os bens entre eles. b) Principio da dominância: **"**Cada caracter de um individuo depende de dois determinantes, oriundos dos dois progenitores. Quando os dois determinantes são iguais, o descendente é homozigoto em relação ao caracter dado. Se são diferentes, é heterozigoto", sendo um recessivo e outro dominante. c) Princípio da segregação: **"**Os dois determinantes de cada caracter unitário derivados dos progenitores, masculino e feminino, permanecem unidos durante o desenvolvimento do individuo. Mas, nas suas células sexuais adultas, separam-se e podem, assim, ser transmitidos independentemente à outra geração" (Roquette-Pinto, 1927: 177-178).

endemias, eram aceitos como medidas para o "bem do país e da raça", mas não se tratava de eugenia (Roquette-Pinto: 1927: 204).

3.3 - Eugenia na década de 1930: novo cenário, discussões e atores familiares

A década de 1930 foi marcada por mudanças na política e na sociedade. A ascensão de Getúlio Vargas ao poder, nesse período, pode ser considerada um resultado da insatisfação com a política já corroída pela fraude eleitoral, ou até mesmo pela insatisfação de alguns políticos com o domínio de estados como São Paulo e Minas Gerais na presidência do país. O período também assistiu ao atrito entre as diferentes correntes que haviam apoiado a Revolução de 1930, que depusera o presidente Júlio Prestes e instituíra Vargas no poder. Ao mesmo tempo, novas classes sociais começariam a emergir e a reivindicar uma participação política mais ativa. Na realidade, a burguesia industrial começava a emergir nesse cenário e, no seu bojo, um proletariado que começava a se organizar. Nessa miscelânea, era possível encontrar tanto liberais como reacionários num mesmo partido. Um dos maiores desafios de Vargas foi equilibrar as diferentes posturas que haviam apoiado o golpe (Andrade, 1988).

Conforme Sousa (2000: 221), a década de 1930 "representa um marco na trajetória da política social brasileira, uma vez que a `questão social´ passa a receber um tratamento bastante diferenciado" se comparado ao período anterior, a República Velha. No caso do governo Vargas essa área seria classificada como de "interesse prioritário". As interpretações acerca dos motivos que teriam levado o presidente a investir nessa área são diversas. Entretanto, essa mesma autora, ao abordar o problema do trabalho ilegal dos menores, alega que somente nesse período é que o poder público se posicionaria a respeito. O Estado, ainda segundo Sousa, interessava-se em "propiciar melhores condições de vida e de trabalho ao operariado através de uma bem cuidada legislação social", como uma maneira de legitimar-se diante de um "novo quadro institucional que se inaugurava" (Sousa, 2000: 239). Ao mesmo tempo, autores como Paiva (2003-2006)[26] apontam que, após a Revolução de 1930, começou uma progressiva burocratização na saúde

[26] Os artigos intitulados "A saúde pública em tempos de burocratização: o caso do médico Noel Nutels" (1) e "Samuel Pessoa: uma trajetória científica no contexto do sanitarismo campanhista e desenvolvimentista no Brasil" (2), do historiador Carlos Henrique A. Paiva, discutem a burocratização do estado de Vargas naquilo que se referia às políticas públicas de saúde. Ver: (1) História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol. 10 (3): 827-51, set-dez. 2003 e (2) História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol. 13, n. 4, p. 794-831, out-dez. 2006.

pública, o que acabaria dificultando o diálogo, a negociação entre o governo e figuras ativas como Belisário Penna ou Renato Kehl, por exemplo. A atenção dada a assuntos como família, maternidade, proteção à infância, melhores condições de trabalho à emergente classe operária já era prevista desde o início da Revolução de 30. Para Vargas, saúde e educação seriam os alicerces de um "Estado Nacional forte, unido e coeso". O presidente defendia esses atributos como alavancas do progresso econômico e social: "Para crescer e desenvolver-se, o Estado precisava compor-se de cidadãos selecionados por meio de processos eugênicos, saudáveis física e mentalmente, e para tanto impunha-se a tarefa de proteger e assistir a maternidade, a infância e a juventude" (Sousa, 2000: 247). Nos Boletins de Eugenia editados por Renato Kehl, entre os anos de 1929 a 1931, é possível verificar a convergência entre as preocupações dos eugenistas e as do Estado. Entre os vários artigos, é comum encontrar textos relacionados à concepção consciente, mortalidade infantil, exames pré-nupciais, puericultura, saúde, higiene, educação sexual. Não é por menos que os eugenistas viam no novo governo uma oportunidade para consolidar algumas de suas aspirações nacionalmente.

Em 1931, Renato Kehl, o mesmo que havia fundado a Sociedade Eugênica de São Paulo em 1918, organizaria a **Comissão Central Brasileira de Eugenia**, no Rio de Janeiro. A comissão tinha como objetivos principais intensificar o estudo e a propaganda da Eugenia no país, além de ser um pólo de convergência e de difusão de idéias, ensinamentos. Segundo o próprio Kehl, a comissão trabalharia de acordo com o "interesse e espírito nacionais". As propostas resumiam-se a três aspectos: a) manter o interesse pelo estudo das questões relacionadas à hereditariedade e à eugenia; b) lutar pela irradiação dos ideais de regeneração tanto física, psíquica, como moral e c) "prestigiar ou mesmo auxiliar os empreendimentos científicos ou humanitários de caráter eugênico e dignos de apreço" (Kehl, 1931: 1). Organizada num período de experimentação política, de aspiração a uma nova constituição a ser promulgada em 1934, a comissão se prontificava "a colaborar com qualquer projeto governamental" que visasse "interesses eugênicos ou para-eugênicos, como sejam ligados à imigração, ao povoamento, ao saneamento, à educação sexual, às exigências modernas pré-matrimoniais, à fundação de estabelecimentos ou laboratórios para estudos galtonianos" (Kehl, 1931: 1). Entre os dez membros efetivos figuravam:

1) Renato Kehl – presidente da Comissão e diretor do "Boletim de Eugenia"

2) Belisário Penna – diretor geral do Departamento Nacional de Saúde Pública
3) Gustavo Lessa – assistente do Departamento Nacional de Saúde Pública
4) Ernani Lopes – presidente da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM)
5) Porto Carrero – professor de Medicina Pública da Universidade do Rio de Janeiro
6) Cunha Lopes – genealogista da Assistência Nacional de Alienados
7) Toledo Piza Jr. – professor de Zoologia da Escola Agrícola Superior de Piracicaba
8) Octavio Domingues – professor de Genética e Zootecnia da mesma escola
9) Achiles Lisboa – higienista e eugenista
10) Caetano Coutinho – inspetor de Farmácia do Departamento Nacional de Saúde Pública.

Cargos ocupados por alguns membros como Belisário Penna, Gustavo Lessa, por exemplo, indicam a proximidade que os eugenistas acreditavam ter com o governo federal. A projeção política de Belisário Penna já vinha se consolidando desde as campanhas sanitárias empreendidas na década de 20. Por essa constituição ainda e pela repetição de nomes que já haviam composto outras organizações eugênicas é possível dizer que os assuntos a serem debatidos no novo governo seriam basicamente os mesmos da década anterior.

Isso não significa que o movimento eugenista brasileiro ficou engessado por teorias seja de Lamarck, Mendel ou outros. A própria trajetória de Renato Kehl ilustra a movimentação da eugenia no país. Segundo Castañeda (1998), por meio de uma análise feita de três das diversas obras de Kehl, é possível observar essa movimentação. O livro **Eugenia e Medicina Social,** de 1920, é lançado no contexto da campanha sanitária, que tinha como meta livrar o Brasil de males que tornavam a população doente e não degenerada, como acreditavam alguns. Nessa obra, Kehl equivalia eugenia ao sanitarismo, enfatizando medidas ligadas a uma eugenia preventiva. Na obra **Lições de Eugenia,** de 1929, além da eugenia preventiva, o eugenista também passava a considerar as eugenias positivas e negativas. A primeira estimularia os "matrimônios eugênicos", com uma prole consideravelmente grande, como meio de equilibrar a proliferação daqueles considerados inaptos. A eugenia negativa, por sua vez, defendia os exames pré-nupciais, a proibição dos casamentos daqueles que poderiam gerar descendentes inadequados e a esterilização dos degenerados e criminosos. Ao mesmo tempo, Kehl estabeleceria uma divisão

entre eugenia e eugenismo. A eugenia, segundo ele, seria a ciência, aquela que investigaria, escolheria e coordenaria os fatos. Enquanto isso, eugenismo seria sua aplicação na sociedade. Já no livro **Aparas eugênicas: Sexo e Civilização,** de 1933, Kehl separaria a idéia de higiene da raça, da higiene sanitária. Nesse momento, a higiene da raça passava a se ligar, especificamente, à higiene das células reprodutoras. Essa oscilação, ainda segundo Castañeda, demonstra o amadurecimento de Kehl em relação às teorias da época (Castañeda, 1998: 259-271). Dadas essas movimentações, essa mesma autora diz que a eugenia no Brasil, de maneira geral, desenrolou-se num terreno movediço.

Movediço também foi o período governado por Vargas. Antes mesmo da Revolução de 1930, a Aliança Liberal, partido criado com a missão de colocá-lo no poder, seria constituído de pessoas com idéias e passados distintos. Conforme a interpretação de Andrade (1988), a Aliança Liberal era um amálgama de diferentes partidos descontentes com os políticos da Velha República. Na realidade, "o que os unia era o desejo do poder daqueles políticos que se sentiam preteridos em seus sonhos de chegar ao [Palácio do] Catete, (...) ou políticos ativos que não perderiam uma oportunidade de atingir a presidência, como Getúlio Vargas" (Andrade, 1988: 48). De certa maneira, todo o período governado por Vargas teve como característica a coexistência de forças heterogêneas.

Já nas primeiras iniciativas do Governo Provisório instituído logo após a Revolução, Vargas manifestava sua preocupação com a saúde e com a proteção à infância, assuntos já bastante discutidos pelos eugenistas desde a década de 1920. Para ele, essas questões ligavam-se diretamente ao crescimento do país, bem como ao aperfeiçoamento da raça. O desafio era exorcizar o "grande fantasma" da mortalidade infantil. O período Vargas vai ao encontro das aspirações dos eugenistas ao fixar como objetivo a construção de "uma nação composta de `cidadãos fortes e capazes". Isso seria assumido pelo Poder Público com a cooperação da iniciativa privada. Para concretização desse projeto nacionalista tornava-se necessário "zelar pela saúde", pelo "desenvolvimento físico e mental das gerações futuras". Para tanto, realizou-se em 1933, a Conferência Nacional de Proteção à Infância, na qual se discutiram medidas ligadas às questões da saúde e do bem-estar tanto das crianças como também das mães; ao desenvolvimento e educação infantil (desde o nascimento até a adolescência) e à assistência à maternidade. Os debates resultaram na criação da Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, subordinada

ao Ministério da Educação e Saúde Pública, no lugar da Inspetoria de Higiene Infantil (Sousa, 2000: 223).

Se o totalitarismo foi o regime adotado por Vargas no Estado Novo, a exemplo de alguns países como Alemanha e Itália, naquilo que se referia à proteção à maternidade e à infância, este último e a Áustria forneceram modelos de programas voltados exclusivamente a tais assuntos. Por exemplo: o professor Olinto de Oliveira, nomeado diretor dessa nova diretoria, impressionara-se com os trabalhos desenvolvidos em conjunto entre instituições sociais oficiais e estabelecimentos privados. Destacava que aliadas a instituições antigas, outras novas voltavam-se para obras de proteção às mães e às crianças de maneira que todo o país fosse envolvido nessa sistemática. Olinto de Oliveira destacava o programa denominado "Frente Patriótica", cuja missão não se tratava apenas de assistencialismo mas, principalmente, ocupava-se da dignificação da mãe e salientava o papel fundamental dela na família e na sociedade, "por meio do esclarecimento de suas altas funções e de cuidados especiais à gestante e à mãe de recém-nascidos, rica ou pobre". Além dos cuidados com as mães e as crianças, o programa austríaco se voltava também para questões como a miséria, a desintegração dos lares, o crescente aumento dos divórcios, e das relações e proles ilegítimas (Sousa, 2000: 224). A peculiaridade do programa austríaco residia na tentativa de humanizar a relação entre o Estado e os assistidos por este ou pelas instituições não-oficiais. Buscava-se romper com a idéia de que o Estado simplesmente desempenhava sua função e de que as pessoas não precisavam fazer qualquer esforço para manter sua subsistência. Essas questões assemelhavam-se àquelas discutidas entre os eugenistas brasileiros ao se referir ao cuidado com a maternidade, à puericultura, à proteção ao casamento, entre outras. Já na Itália, o governo fascista de Mussolini concentrava sua atuação e fiscalizava as instituições tanto públicas como privadas de proteção à maternidade e à infância podendo, inclusive, reformá-las e até mesmo fechá-las se se afastassem das diretrizes políticas do estado. Na realidade, Mussolini possuía aspirações eugênicas de melhoramento – físico e moral – dos italianos. Tanto que as obras assistenciais voltavam-se para menores e jovens com deficiências físicas e mentais, abandonados, transviados e delinqüentes (Sousa, 2000). Os mesmos considerados "socialmente inadequados" pelo eugenista americano Harry Laughlin, abordado no capítulo dois deste trabalho.

A implementação no Brasil de departamentos ou institutos com tais finalidades seria um tanto quanto conturbada. Os entraves se resumiriam em questões administrativas, burocráticas de subordinação e extinção de departamentos e ministérios, bem como à falta de recursos dos estados e municípios (Sousa, 2000). A implementação do Departamento Nacional da Criança aconteceria em 1942 e selou o fim de antigas disputas entre o Instituto de Puericultura, criado em 1937 e a Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância. Sob a tutela do novo departamento estava a coordenação de todas atividades nacionais relacionadas à proteção, à maternidade, à infância e à adolescência. Para atingir tais metas, o departamento deveria promover estudos voltados especificamente para esses assuntos, bem como se preocupar com a divulgação de conhecimentos tanto para um público especializado, como para os leigos (Sousa, 2000: 227-238).

A preocupação com a imigração não foi exclusividade do governo Vargas. Os debates acerca de quem poderia ou não entrar no país sempre permearam as preocupações dos eugenistas; no item "**Afinal, qual era a constituição do povo brasileiro?",** deste capítulo, abordaremos tal questão mais detalhadamente. Mas, para adiantar um pouco o assunto e trazê-lo para o contexto desse período, artigos publicados no Boletim de Eugenia, de novembro de 1929, ilustravam a mesma força heterogênea que compôs o governo Vargas e a posição dos eugenistas em relação à imigração. No artigo intitulado "O problema imigratório e o futuro do Brasil" é possível identificar a apologia em relação à imigração européia: "Todo o nosso esforço em política imigratória deve tender para incentivar ao afluxo do sangue europeu, e deste em especial dos povos que maiores afinidades de raça conosco tiverem". Para se colocar contra a imigração japonesa, o artigo relatava a defesa da Argentina em relação aos nipônicos, exaltava as qualidades de tal raça, mas frisava que esse povo, tão "diferente" do Brasil, não poderia ser bem-vindo. Os serviços de imigração, como alojamento na hospedaria e procura de trabalho se restringiriam apenas aos imigrantes europeus (Telles, 1929: 3).

3.4 - Eugenia, Saneamento e Fundação Rockefeller: uma outra face do movimento internacional

Como pudemos observar, o pensamento eugênico brasileiro ligou-se intimamente ao movimento sanitarista iniciado no começo do século XX. Dada essa ligação, cabe- nos questionar a respeito de que tipo de relação se estabeleceu entre eugenia, saneamento e a Fundação

Rockefeller. À primeira vista não parece haver qualquer conexão. Afinal, conforme as afirmações de Black (2003), o único intuito da instituição era financiar programas voltados supostamente para o extermínio daqueles considerados degenerados. Novamente, contrariando tal pensamento, no Brasil, a Fundação Rockefeller desempenhou um papel fundamental na consolidação de um programa de saúde pública, voltada para o saneamento e o combate de doenças como a ancilostomíase e a febre amarela (Castro Santos & Faria, 2003). A Rockefeller chega ao Brasil, não para exterminar os "degenerados" brasileiros, mas para instaurar programas sanitários que ajudassem na recuperação e na transformação do "Jeca Tatu", de Monteiro Lobato, em "Jeca Bravo". Ou seja, transformar uma população "infestada", segundo Kehl, "de feios, raquíticos, pálidos, barrigudos e papudos", doentes, cheios de verminoses, num povo "valente": "um Geca (sic) duro como guarantã, ativo, trabalhador, corado, musculoso, forte". Segundo o ativista, a eugenia transformaria os homens em "protótipos da força, da robustez, e da resistência, - patenteando assim, aos olhos do mundo o nosso valor, e tornando-nos dignos do grande país – que é o Brasil" (Kehl, 1923: 203).

A distância entre as alegações de Black e as ações da Fundação Rockefeller no movimento eugenista torna-se ainda mais evidente ao se considerar que a eugenia no Brasil, na década de 1920, possuía características mais ligadas às medidas da eugenia preventiva, do que da eugenia negativa. Nas duas primeiras décadas do século XX, o movimento eugenista brasileiro, como já abordamos, ligava-se às questões sanitárias e de saúde pública. O lema dos eugenistas era "sanear é eugenizar". As aspirações voltavam-se ao resgate de um povo que, ao contrário do que defendiam os europeus, não era degenerado, mas doente. Novamente, é preciso salientar que o movimento eugenista não pode ser avaliado como um bloco monolítico. Assim como nos Estados Unidos e na Alemanha, a eugenia desenvolveu-se de acordo com as características peculiares de cada país; no Brasil não foi diferente.

Assim como no movimento eugenista de maneira geral, a relação entre a Rockefeller e o Brasil não se estabeleceu de uma maneira uniforme, ou totalmente harmoniosa, para nenhum dos lados. Primeiro: houve a necessidade de se negociar, e não apenas impor ações ao Brasil: "A interação entre brasileiros e norte-americanos **não** foi marcada pela hegemonia destes sobre aqueles mas, antes, por um relacionamento entre iguais". As negociações foram marcadas por "elementos de confiança e desconfiança, de acomodação e de tensão, de convivência harmoniosa

e hostil" (Castro Santos & Faria, 2003: 10). As ações da Rockefeller por aqui não partiriam do zero, já que encontrariam "uma tradição de pesquisa bacteriológica e uma tradição `higienista´ - verdadeiras escolas formadas por Oswaldo Cruz, no Rio, e por Emílio Ribas e Adolfo Lutz, em São Paulo". Diante disso, foi necessário um "ajuste" às tradições que precediam a vinda dos americanos ao Brasil (Castro Santos, 1985: 15). Ao mesmo tempo, a Fundação Rockefeller, não desobedecendo aos objetivos de sua própria constituição, institucionalizaria sua proposta pedagógica, no que se referia à maneira de se pensar a saúde pública como um espaço de pesquisa, e não apenas de clínica médica, como se praticava no país.

Tal postura brasileira - não de resistência, mas de "personalidade própria" - demonstrava o entrosamento dos médicos com o pensamento internacional, não somente nas negociações com a Rockefeller, mas na dinâmica do movimento eugenista. Os principais envolvidos na eugenia brasileira, como Renato Kehl, Octávio Domingues e Roquette-Pinto referiam-se constantemente a eugenistas de outros países, como o americano Davenport ou ao alemão Ploetz, entre outros. Domingues (1933) comentava a repercussão do movimento em países como o Japão, China, Austrália, Nova Zelândia, Rússia, Áustria e Espanha, fato que ilustra a conexão existente entre o movimento nacional e o estrangeiro. Kehl (1929), considerado o principal representante da eugenia brasileira, alegava que as preocupações com a eugenia no Brasil surgiram a partir das discussões realizadas no Primeiro Congresso Internacional de Eugenia realizado em 1912, em Londres.

Essa sintonia, porém, não significou que o movimento brasileiro tenha, simplesmente, absorvido a tendência estrangeira. O contexto mundial acabou por fomentar a busca por um nacionalismo bastante peculiar. Como já dissemos, no período da Primeira Guerra Mundial, o Brasil assistiu à geração de um novo nacionalismo. Enquanto na Europa discutiam-se questões voltadas para a degeneração racial, aqui se defendia a necessidade de regeneração social. Além disso, a partir da guerra, o fluxo de imigrantes, intenso em 1886, diminuiu, obrigando os fazendeiros, como foi o caso específico das lavouras cafeeiras paulistas, a zelar pelas condições de saúde da força de trabalho nas fazendas (Castro Santos, 2004).

Muitos dos problemas enfrentados no período colonial, como os surtos de varíola, de ancilostomíase, de cólera, de febre tifóide, de beribéri e de disenterias que assolavam tanto as casas-grandes como as senzalas ainda eram enfrentados no período republicano. No começo do

século XX, a igreja, as associações beneficentes e as irmandades religiosas, como as Santas Casas de Misericórdia, continuavam a atuar como os principais agentes responsáveis pela assistência médica à população. As ações voltadas para a assistência sanitária eram descentralizadas e de responsabilidade das Câmaras Municipais. Essa dispersão representava um desperdício nos esforços no melhoramento da saúde do povo brasileiro. A necessidade de centralizar as ações de saúde na esfera do governo federal transformou-se numa questão nacional. Reivindicações pela reforma da higiene desnudavam o descaso das políticas públicas nas áreas de saúde durante o Império e nas primeiras décadas da República. O Estado era chamado às suas responsabilidades na centralização e autonomia dos serviços de saúde pública (Castro Santos & Faria, 2003).

O prestígio das "ciências sanitárias" como estandartes do progresso brasileiro era fruto do sucesso de campanhas de saneamento contra a varíola, a peste bubônica e a febre amarela, sob o comando de Oswaldo Cruz, entre 1902 e 1917. Isso serviu como estímulo ao crescimento de uma classe médica e profissional com orientações científicas cada vez mais delineadas e cada vez mais inseridas nas organizações federais e estaduais encarregadas da elaboração de políticas (Stepan, 2004).

A publicação, em 1916, dos relatórios das expedições científicas de Arthur Neiva e Belisário Penna no nordeste do país expôs as precárias condições médico-sanitárias e sociais dessa população e os tipos de doença que enfrentava. Após essa jornada, Neiva e Penna se tornariam veementes propagandistas da necessidade premente de uma reforma sanitária, não somente nas cidades, mas principalmente, nas zonas rurais (Castro Santos, 1985; Castro Santos & Faria, 2003). Penna criticava a corrupção política da república e a inatividade do governo (de todas as esferas: municipais, estaduais e federal) em agir no campo da saúde e na assistência à pobreza. Para ele, não era a raça que fazia os sertanejos e caboclos incapazes, mas as doenças epidêmicas e endêmicas que assolavam os sertões (Castro Santos, 1985). O sanitarista denunciava o total abandono dessas populações, com 80% da população analfabeta, e uma grande parte assolada pela leishmaniose, pela tuberculose, pela sífilis, pelas disenterias, pela ancilostomíase, pela malária e pela febre amarela. O problema sanitário, dizia ele, era o mais grave para a salvação econômica do país e os únicos estados preocupados com o sanitarismo em áreas rurais eram São Paulo e o Rio Grande do Sul; os demais concentravam suas atividades sanitárias nas áreas urbanas (Castro Santos & Faria, 2003).

Em 1915, um ano antes da publicação do relatório Neiva/Penna, chegava ao Brasil a primeira comissão de especialistas da Fundação Rockefeller para avaliar as condições gerais de saúde pública e ensino médico na América Latina. Segundo o diretor da Junta Internacional de Saúde da Rockefeller, Wickliffe Rose, havia interesses em comum entre as duas "Américas", despertados pela Primeira Guerra. O Brasil, na visão de Rose, era um país estratégico e de importância fundamental na América do Sul, dadas suas proporções geográficas e a oportunidade que este oferecia de abrir fronteiras com os países vizinhos. Rose, em seu relatório, destacava também as conquistas brasileiras em medicina preventiva e o consentimento do governo brasileiro às atividades da missão. As comissões posteriores chegariam à região em 1916, com objetivos mais específicos e visavam identificar centros de ensino médico dispostos a implantar disciplinas de higiene e saúde, para capacitar profissionais atuantes em prevenção e campanhas de saúde pública". No caso do Brasil, a entidade escolhida foi a então recém-criada Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo[27]. Para intermediar as negociações e formalizar o contato, a comissão recomendou Arnaldo Vieira de Carvalho (Marinho, 2001). Este trabalho não tem como objetivo averiguar se tal faculdade ligava-se ou não ao movimento eugenista. Entretanto, as áreas da saúde pública, que passariam a ser enfatizadas na faculdade com o apoio da Fundação Rockefeller, eram convergentes para a ótica eugenista, na melhoria das condições da população brasileira. Vale lembrar que quando falamos em "melhoria", não há nessa frase uma conotação de que tanto o movimento eugenista como o sanitarista foram realizados democraticamente, ou em conjunto com as populações carentes. Ao contrário, as conquistas da reforma sanitária brasileira foram impostas, ao menos no que diz respeito ao seu período de formação, como tema típico de conquistas "pelo alto", em que estavam em jogo percepções e valores de intelectuais, camadas médias e altas e a participação direta do Estado nacional" (Castro Santos, 2004: 251).

A Fundação Rockefeller utilizava-se, mundialmente, da estratégia de identificar membros da elite científica local que pudessem consolidar eficazmente suas propostas de ação. Segundo

[27] A raiz da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (FMCSP) foi fincada por meio do decreto n. 19, de 24 de novembro de 1891, "sancionado pelo presidente do estado, Américo Brasiliense, instituindo a Academia de Medicina, Cirurgia e Farmácia de São Paulo". Sua consolidação, entretanto, só ocorreu em 1912, pela promulgação da lei n. 1.357, de 19 de dezembro, quando passou a ser denominada como FMCSP. Em 1925, passou a Faculdade de Medicina de São Paulo e em 1934, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (Marinho, 2001).

Marinho (2001: 46), no caso da Faculdade de Medicina[28], "o modelo norte-americano pode ser considerado o resultado de uma *transferência unilateral* [grifo da autora], uma vez que se instala a partir de iniciativas que não tiveram origem local". Ainda segundo a autora, essa "transferência" pode ser classificada como "sutilmente imposta", gerando "uma tensão que permanece latente, ou seja, trata-se de uma presença que não se enraíza inteiramente, não é plenamente absorvida, não se plasma completamente aos valores locais". Daí a justificativa para a escolha do médico Arnaldo Vieira de Carvalho, figura de "inegável prestígio" e detentor de uma autoridade quase inquestionável nos círculos médicos, já que ocupara os cargos de diretor clínico da Santa Casa de Misericórdia e de diretor do Instituto Vacinogênico, além da presidência da Sociedade Eugênica de São Paulo (Marinho, 2001). Não nos deteremos no caso da criação da Faculdade de Medicina de São Paulo. Aludimos ao financiamento decisivo da Fundação Rockefeller à consolidação da pesquisa em ciências médicas no país. A medicina, até então, não podia ser considerada como uma área de pesquisa, mas simplesmente de clínica. O modelo proposto pela fundação se calcava, em linhas gerais, na dedicação exclusiva dos professores, na redução do número de alunos e na criação de um hospital de clínicas anexo à faculdade. No caso deste trabalho, especificamente, é importante salientar que com a adoção desse modelo, de maneira indireta, a Fundação Rockefeller acabaria por fomentar também ideais de alguns eugenistas que acreditavam na higiene e na saúde pública como sinônimos de eugenia. Não somente disciplinas específicas a essas áreas foram implementadas no currículo do curso, como também foi criado um instituto de higiene, anexo à Faculdade de Medicina (Marinho, 2001). No Brasil e no restante da América Latina, saúde pública e eugenia eram sinônimos, pelo menos no começo do movimento. O próprio Kehl defendia no livro **Eugenia e Medicina Social** que o alcance da eugenia era quase infinito e que "instruir é eugenizar, sanear é eugenizar" (Kehl, 1923: 20).

Essa cooperação estabelecida entre a Fundação Rockefeller e o Brasil, no que diz respeito às questões de saúde pública, também pode ser considerada como uma peculiaridade do movimento eugenista brasileiro. A questão do saneamento logo se impôs: "acreditava-se que as

[28] O período compreendido entre os anos de 1918 a 1925 pode ser considerado de consolidação da Faculdade de Medicina de acordo com o modelo da Fundação Rockefeller. Professores designados pela Fundação Rockefeller trabalharam ativamente na geração e implementação de reformas institucionais, para cumprirem, assim, os acordos assinados entre as instituições (Marinho, 2001).

más condições médico-sanitárias e sociais eram prejudiciais, por um lado, ao comércio e à imigração européia e, por outro, à própria tarefa de construção da Nacionalidade" (Castro Santos & Faria, 2003: 42-3). As ações, por sua vez, foram pautadas por um modelo norte-americano, que privilegiava o saneamento; pode-se considerar aí outro traço destacado por Stepan (2004), no movimento brasileiro: a cooperação entre movimento de saneamento orientado pelo meio ambiente e o movimento hereditário da eugenia.

Os anos de 1920 podem ser considerados como a época na qual a saúde pública seria considerada uma questão social para o país. Nesse mesmo período, as diretrizes da Fundação Rockefeller se associavam "às campanhas sanitárias, por identificar na enfermidade a origem da miséria" (Marinho, 2001).

O presidente Epitácio Pessoa demonstrava uma preocupação constante com o progresso da saúde pública. Para ele a idéia do "progresso do país e o futuro da nacionalidade" estava atrelada à melhoria de vida das populações das zonas rurais, ao "aperfeiçoamento da raça" e ao "desenvolvimento das forças econômicas" (Castro Santos & Faria, 2003: 31). Dentro desta lógica de atuação, Epitácio Pessoa criou o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), para unificar e ampliar os serviços de higiene federais e subordiná-los a uma direção única e autônoma. Kehl (1923: 126) manifestaria sua satisfação ao alegar que "felizmente, começa-se pelo **saneamento** a praticar seriamente a eugenização da nossa terra". Para ele, a criação do DNSP seria o pontapé inicial de "uma vasta campanha de higienização nacional": "Sem esta iniciativa governamental, está visto, tudo o mais seria uma simples aragem de efeitos nulos". Kehl defendia que seria "a profilaxia das endemias e epidemias, trabalho básico de proteção sanitária", que concentrava "as esperanças cientificamente seguras do eugenismo" (Kehl, 1923: 126).

No governo de Artur Bernardes, foram implementadas ações decisivas em campanhas sanitárias no interior do país. No mesmo período, criou-se a Sociedade Brasileira de Higiene, um "espaço de debates e discussões sobre as questões de higiene e saúde pública em âmbito nacional" (Castro Santos & Faria, 2003:33). O contexto político da década de 1920 era propício

para que os acordos estabelecidos entre a Fundação Rockefeller e o país, que começaram a ser estabelecidos em 1915[29], fossem consolidados definitivamente (Castro Santos & Faria, 2003).

De fato, a década de 1920 foi um período fértil para a geração de ações de saúde pública. De 1 a 7 de outubro de 1923, realizou-se o Primeiro Congresso da Sociedade Brasileira de Higiene. Até o início da década de 1930, foram realizados mais quatro congressos. A partir do segundo, os congressistas passaram a discutir temas relacionados "aos aspectos da ética profissional, ao patriotismo da ação higienista, ao seu caráter técnico de intervenção na realidade social e (...) ao seu significado para a "melhoria da raça" (Luz apud Castro Santos & Faria, 2003: 34). Um dos mais destacados congressistas, Amaury Medeiros, reafirmava a crença na "função essencial" que desempenharia a educação higiênica "na formação eugênica da raça" (Castro Santos & Faria, 2003: 34). A tônica dos congressos residia nas questões relativas aos problemas da urbanização e da industrialização. Essa mudança de ênfase, das áreas rurais para as urbanas, marcaria a década de 30 (Castro Santos & Faria, 2003).

3.5 - Retrato do Brasil: a visão racializada da Fundação Rockefeller

Em relatório enviado à Fundação Rockefeller, em outubro de 1920, o diretor da Junta Internacional de Saúde da Rockefeller, Wickliffe Rose, adotou um tom que destoaria do relacionamento respeitoso – inclusive menos preconceituoso – com as autoridades médicas brasileiras. Em carta ao médico Arnaldo Vieira de Carvalho, a visão de Rose em relação aos brasileiros era de extrema desconfiança quanto ao caráter da população. Para ele, ou para "o anglo-saxão", de maneira geral, o brasileiro não parecia confiável: "Não se pode contar com ele; nunca assume uma posição" (Rose, 1920: 121). Ponderava que os próprios brasileiros consideravam o "homem sério" uma raridade. Além de leviano, o latino era visto por si próprio como individualista, pouco dado a realizações solidárias, sociais, comunitárias, sem qualquer interesse pelo "bem-estar de seus vizinhos". Nessa preocupação, provavelmente, Rose não se referia apenas aos vizinhos de casas, mas aos países fronteiriços com o Brasil. Interessava à

[29] Com o intuito de "identificar áreas de atuação e coletar informações sobre as condições favoráveis ao combate de doenças infecciosas, como a malária, a ancilostomíase e a febre amarela", chega ao Brasil, especificamente em São Paulo, em 1915, a primeira comissão da Fundação Rockefeller, liderada pelo bacteriologista William Henry Welch e o então diretor do *International Health Board*, Wickliffe Rose. A conclusão a que a comissão chegou, ao conhecer algumas regiões do país, foi semelhante à de Belisário Penna, em sua jornada no ano de 1913: a situação da saúde nas regiões rurais era calamitosa.

Rockefeller, como já dissemos, a posição privilegiada ocupada pelo país, seu vasto território, e os países com os quais fazia fronteira.

Rose criticava "acidamente" esse caráter individualista do "latino", em geral, e do brasileiro especificamente. Defendia que acima de tudo estavam os interesses pessoais, alegava que "o brasileiro comum, em lugar da fidelidade a princípios, ao país, à comunidade, ou mesmo ao partido, ele coloca a fidelidade pessoal". Em relação aos jovens, a visão não era mais animadora. Para ele, os jovens eram indisciplinados, motivados não por uma ambição de conquistar uma carreira por méritos próprios, mas de se enquadrar no esquema do individualismo e da vantagem meramente pessoal[30]. Conforme o relatório, a maior aspiração do brasileiro era ascender a um cargo público. A complementação do salário ocorreria por meio de outras atividades concorrentes a essa, já que havia um excesso de funcionários para a realização das tarefas. A nomeação para vários cargos representava não somente um acúmulo de salários mas, principalmente, de privilégios. Rose citava até mesmo alguns professores da Escola de Medicina que mantinham consultórios. Não foi sem propósito que uma das exigências da Fundação Rockefeller, na cooperação com a mesma escola, exigiu dedicação exclusiva do seu corpo docente. Nem mesmo os pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz ficaram imunes às críticas corrosivas de Rose. A indolência, a vaidade, o individualismo do "brasileiro comum" também corrompiam tais figuras: "Até em uma instituição tão boa como o Instituto Oswaldo Cruz, (...), não há um ataque organizado de todo o grupo aos problemas científicos e absolutamente não existe lealdade institucional. Rose atacava: "A equipe não passa de um grupo de cientistas individuais, divididos por conflitos pessoais, cada um trabalhando à sua maneira e para seus próprios fins" (Rose, 1920: 122). Diante disso, a democracia brasileira só poderia ser vista como uma farsa: uma pequena elite – branca – com "as rédeas do governo". Entretanto, tal fato era

[30] Nesse sentido, as observações de Rose não eram simplesmente fruto de uma visão de superioridade em relação aos latinos. No livro **Raízes do Brasil** (1969)**,** Holanda faz uma leitura semelhante no que diz respeito ao comportamento do brasileiro. Segundo ele, há o predomínio da intimidade, mesmo nas relações profissionais. Nestas, as escolhas são realizadas muito mais calcadas na amizade do que na competência profissional da pessoa. Outro ponto abordado no livro é a ausência de distinção entre o que pertence à esfera pública e à privada. Cita o funcionário patrimonial , seguindo a definição de Max Weber, que considera seus afazeres no serviço público como extensão de sua vida particular. O que prevalece não são os interesses objetivos, mas os interesses pessoais.

considerado positivo já que, na época, mais de 80% da população era composta de analfabetos, o que tornava inviável, segundo ele, a existência de uma "opinião pública inteligente".

3.5.1 - Brasil Nordeste X Brasil Sul

Se na caracterização nacional do brasileiro, o diretor da Junta Internacional de Saúde generalizou todos como "preguiçosos" e "vaidosos", em relação aos tipos de população realizou uma dissecação das pessoas que habitavam a região nordeste, que para ele, ficava ao norte do estado de São Paulo, e daquelas da região sul. Rose não classificava o país como "negro" mas destacava, com entusiasmo, que a porção mais próspera do país era habitada por "brancos destemidos", europeus ou seus descendentes híbridos. Rose alegava que o Brasil Nordeste, que começaria na Bahia, estava infestado de "negros incapazes, brancos parasitas de origem portuguesa e uma grande porcentagem de seus descendentes híbridos, com traços aqui e ali de características indígenas" (Rose, 1920: 122). Mas havia exceções. Rose falava da virilidade, autoconfiança e energia da população cearense, composta por "tipos intrépidos" oriundos de Pernambuco, que se misturaram a uma tribo indígena nativa, o que teria resultado numa população resistente.

A grande esperança para o país, conforme Rose, estava no Brasil Sul. Além da vantagem de ter sido colonizado por portugueses "destemidos" e "autoconfiantes", somados aos descendentes híbridos destes com os índios nativos, o que havia gerado uma "estirpe resistente", a população estava se revigorando com a chegada dos imigrantes europeus (italianos, alemães, austríacos e poloneses). Os japoneses, na visão dele, também eram bem-vindos. Rose constatava que já na segunda geração a tendência era que os japoneses se tornassem uma raça de "brasileiros fortes e brancos". O americano destacava também a prosperidade alcançada por tais imigrantes, que aqui chegavam como empregados e logo adquiriam suas próprias terras. O motivo da escolha de São Paulo para a instalação de uma faculdade de medicina nos moldes da Fundação Rockefeller é explicado na fala de Rose ao considerar o estado como o "centro e a alma deste movimento (leia-se progresso). Num "importante segundo lugar" estava o Rio Grande do Sul (Rose, 1920: 122). A própria afluência constante de imigrantes conferia dinamismo e flexibilidade ao estado paulista.

Em relação à administração da saúde pública no país, o relatório pontuava que em todos os estados havia ao menos primórdios de uma organização. Citava a criação de departamentos ligados ao governo federal, mas criticava a ineficiência das atuações. Outro ponto destacado era a ausência de pessoal qualificado e a falta de ações de saúde pública para cidades menores. Tais carências derivavam mais da má administração de fundos do que da sua carência. Outra crítica concentrou-se na ausência de laboratórios de saúde pública que atendessem a maioria da população. Na maior parte das críticas de Rose às ações, tanto governamentais, como dos próprios cientistas (a exemplo de Vital Brasil, diretor do Instituto Butantã, cujos lucros cabiam também ao diretor), encontravam-se as características descritas em relação ao comportamento do brasileiro: de advogar somente em causa própria. Também não foi diferente ao considerar que a educação médica figurava entre os problemas de saúde pública no país: "O ensino é, sobretudo, didático e ministrado por clínicos de tempo parcial, cuja **principal atividade é ganhar dinheiro com a prática da medicina"** (grifo pessoal) (Rose, 1920: 125). Nesse caso, ao recrutar profissionais "ocupados demais com suas próprias atividades práticas", não se criava um ambiente favorável para o desenvolvimento de pesquisa. As escolas acabavam excluindo, automaticamente, o "espírito e os métodos da ciência". Os laboratórios eram meras "ilustrações", em face da postura passiva dos alunos, observação também feita por Arthur Neiva. Segundo Rose, Neiva considerava o médico brasileiro "um ruminante", na faculdade de medicina e pela vida afora (Rose, 1920: 125).

Apesar da acidez do relatório, o diretor indicava sinais de progresso no contexto brasileiro. Como já foi dito, diferentemente de alguns eugenistas, Rose defendia a imigração (sem distinção de nacionalidade) como uma das soluções para o desenvolvimento do Planalto Central, área considerada por ele como o "coração do país". Destacava também, como positivo, o progresso no controle da ancilostomíase e as ações tomadas pelo Departamento Nacional de Saúde Pública, além das ações de combate às endemias e epidemias para as zonas rurais.

Mesmo indiretamente, Rose tocava em assuntos discutidos pela eugenia brasileira no período, tais como: imigração; melhoramento nas condições sanitárias; higiene e povoamento. Entretanto, é visível a postura eugênica de superioridade, em contraste com a nossa própria inferioridade e de alguns portugueses "parasitas": "Quando a Fundação Rockefeller chegou ao Brasil, trouxe consigo uma visão que endossava os princípios das teorias eugênicas da época e

que se aproximava, algumas vezes, de um racismo disfarçado" (Castro Santos & Faria, 2003: 81). Essa postura não era exclusiva da Fundação Rockefeller ou de todos os higienistas norte-americanos. O "racismo brando ou disfarçado" não foi importado pelo Brasil. Entre as décadas de 1920 e 1930, a tese "otimista" do branqueamento permeava a ideologia das elites. "Muitos brasileiros desviavam sua atenção do pessimismo racial para a educação, a reforma social e o saneamento como resposta ao `problema nacional´. Dessa maneira, o movimento eugenista brasileiro se afastava de um racismo declarado, e se aproximava de um racismo mais sutil, mesmo que, na essência fosse possível identificar uma "ideologia racista" (Stepan, 2004).

Assim como o movimento eugenista brasileiro apresentou diferentes nuances e posicionamentos, a postura da Fundação Rockefeller abraçou as teses nacionalistas de "aperfeiçoamento da raça" por meio do saneamento. Quando, na década de 1930, a eugenia brasileira passaria a adotar uma postura racista mais declarada, a Fundação Rockefeller deslocaria também seu foco de atenção das questões de saneamento e saúde pública para as ciências naturais.

3.6 - Afinal, qual era a constituição do povo brasileiro?

A situação racial do país resultava da fusão de indígenas, africanos e povos europeus. Desde a transferência da Coroa portuguesa em 1808, raça e relações raciais tornaram-se centrais nas discussões acerca da "realidade social e dos debates ideológicos sobre a `capacidade´ brasileira e o destino nacional". Nessa arena, a ciência se tornou uma "ferramenta de autoridade cada vez maior para interpretações sociais e – especialmente – raciais" (Stepan, 2004). Assim, a questão das diferentes raças, o hibridismo, também foi destacado pelo diretor da Junta Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller, Wickiliffe Rose, no relatório enviado à fundação com suas avaliações a respeito do Brasil. Como já apresentamos, Rose descreveu o país como sendo multirracial. Destacou as qualidades dos imigrantes e de alguns nativos brasileiros que haviam se misturado aos primeiros, provendo o país de uma prole resistente, "apesar" dos negros e de uma parcela de portugueses tidos como indolentes.

Mesmo com características próprias, a ciência brasileira, como um todo, absorveu alguns aspectos das discussões internacionais. Com as questões ligadas à raça não foi diferente. A visão racista vinda do exterior era compartilhada por alguns brasileiros. As "aterrorizantes miséria e

falta de saúde da população trabalhadora" relacionavam-se em sua maioria à população negra e mulata. Último país do hemisfério a abolir a escravidão, o Brasil "abandonou os ex-escravos à própria sorte, sem educação ou recompensa". Num cenário de rápidas mudanças sociais e econômicas, estes se uniam às "correntes migratórias de pobres sem profissão e fugiam para as cidades". Lá, competiam em condições desiguais com a leva de imigrantes, contabilizada em um milhão e meio, que chegara ao país entre os anos de 1890 e 1920 (Stepan, 2004).

Na década de 1920, a eugenia preventiva dominou o cenário, mantendo latentes as discussões acerca de raça. Na esfera pública, as discussões giravam em torno de um discurso "assimilacionista", em contraposição àquilo que acontecia na esfera privada, um discurso social e racialmente discriminador. A ênfase na ligação da eugenia com o saneamento e saúde pública, nessa época, não deixou de ser um subterfúgio para a conquista da opinião pública a respeito da necessidade de se aprimorar o povo brasileiro, bem como para "driblar" uma sociedade extremamente conservadora, católica. Em relação a questões sobre reprodução, a postura da classe médica não era diferente. Havia uma oposição generalizada à esterilização eugênica, independentemente de quaisquer motivos defendidos. De maneira geral, o otimismo permeou as discussões eugênicas no período. Isso não significou, porém, que assuntos como aborto, controle de natalidade e esterilização fossem discutidos como medidas para controlar a reprodução de indivíduos considerados inadequados. Os exames pré-nupciais, tão defendidos na época, representariam uma maneira sutil de se tentar selecionar os pares mais aptos, ou para proteger os nubentes de um par infectado por alguma doença. Essa preocupação redescobriu uma puericultura antes do nascimento. Dessa maneira, puericultura e eugenia ligavam-se, intimamente, ao defender os cuidados com a saúde da mãe e da criança, como formas de preservação dos bem-nascidos. Além disso, a preocupação com a natalidade podia ser vista como um fator econômico. Basta lembrar, novamente, o relatório da Rockefeller, ao destacar a riqueza potencial de áreas ainda pouco exploradas e desabitadas, como era o caso do Planalto Central. O neomalthusianismo era denominado, aqui, como maternidade consciente. A idéia de progresso e crescimento atrelava-se à imagem de um país densamente povoado; povoado, entretanto, pela melhor estirpe. O saneamento, nesse contexto, "era visto como uma forma de `investimento´ no sentido político-econômico tradicional, com o objetivo de criar uma força de trabalho saudável e evitar uma revolução social provocada pela miséria" (Stepan, 2004: 353). O quesito "pró-

natalidade" pode ser considerado mais uma peculiaridade do movimento eugenista brasileiro. Não defendia-se a esterilização, a segregação ou a eliminação dos doentes, mas uma idéia de que o país era um "vasto hospital", que exigia um programa de saneamento para a erradicação das doenças que o assolavam. Estas, por sua vez, eram consideradas prevalentes entre os pobres, ou entre a população principalmente negra e mestiça: "Essa população era percebida como ignorante, doente e cheia de vícios, com altas taxas de alcoolismo, imoralidade, mortalidade e morbidade" (Stepan, 2004: 356). Publicamente, a literatura eugênica utilizava o termo "raça" de maneira genérica, quando na realidade, o termo era específico para designar a "raça negra". É importante frisar que, embora possuísse um caráter racista, a eugenia brasileira na década de 1920 não sustentava uma higienização ao estilo de Hitler, defendendo a esterilização ou eliminação de qualquer raça, mesmo porque muitos membros da elite não tinham certeza da "pureza" de seu próprio sangue (Stepan, 2004).

Nesse período, o Brasil estava em busca de uma reinterpretação de sua nacionalidade. Esforçava-se para resgatar o país da acusação de decadência tropical e degeneração racial. Muitos higienistas negavam que o ambiente do país fosse hostil a alguma raça, sendo capaz de adoecê-la. O calor dos trópicos, na visão européia, era responsável pela incapacidade do branco prosperar e trabalhar e pela degeneração dos brasileiros. Os brasileiros viam, nas novas ciências da bacteriologia e microbiologia, maneiras de tratar diretamente da questão da "degeneração tropical". Nesse contexto, a higiene pública e as ciências do saneamento eram sinônimos de um futuro promissor para o país: "A identificação da eugenia com saneamento foi uma das conseqüências da importância dada à `saúde´ tropical na década de 1920" (Stepan, 2004: 357).

Na década de 1920, enquanto os Estados Unidos e a Alemanha, como vimos no capítulo anterior, esforçavam-se em desenvolver uma raça pura, os cientistas brasileiros esforçavam-se para se livrar da acusação de "degenerescência mulata": "A avaliação negativa dos mulatos pelos cientistas europeus e norte-americanos era confrontada pela afirmação brasileira de que seria por meio da miscigenação racial que o Brasil realizaria seu próprio futuro eugênico. Roquette-Pinto (1933) defendia que, se os mestiços estavam "desaparecendo", não era devido à sua constituição, mas às condições sociais precárias a que estavam submetidos. Alegava que, do ponto de vista intelectual, os mestiços não eram inferiores aos brancos. O tal "racismo sutil" pode ser verificado nas palavras de Roquette-Pinto (1933: 150) ao fazer a seguinte ressalva em relação aos mestiços:

"É verdade que eles não são tão profundos, embora sejam às vezes, mais brilhantes". Entretanto, logo salientava que tal postura tratava-se mais de um traço cultural dos povos latinos. Na sua defesa de tese continuava a alegar que "os mestiços que recebem instrução técnica (mecânicos, operários especializados, etc.), são tão bons quanto os europeus". Roquette-Pinto atribuía a degradação dos mestiços das grandes cidades à corrupção do "meio cosmopolita" naqueles que a educação não fortificara. Classificava o "mestiço opilado" do interior como perseverante, firme, dedicado. Novamente alertava que do "ponto de vista moral, no entanto, é preciso reconhecer que os mestiços manifestam uma acentuada fraqueza: a emotividade exagerada, ótima condição para o surto dos estados passionais" (Roquette-Pinto, 1933: 150). Domingues considerava o mestiço um produto de hibridização mendeliana normal e saudável, e o Brasil um exemplo "especial e precioso" de miscigenação racial. Para Domingues, se fosse possível atribuir alguma inferioridade ao mestiço, esta não era maior do que as raças consideradas puras na Europa. De acordo com esse mendeliano, a miscigenação não poderia ser considerada a causa da degeneração racial, mas um "processo biologicamente adaptativo que permitiria" o desenvolvimento de civilização verdadeiramente tropical (Stepan, 2004: 369). A superioridade do branco e sua impossibilidade de se adaptar aos trópicos eram colocadas em xeque por Roquette-Pinto, ao alegar que a "nacionalização" do imigrante era considerada um paradoxo: "Quando o `estrangeiro´ era colocado junto ao `homem rústico´ nacionaliza-se depressa, mas adquire os mesmos hábitos deste. Por sua vez, quando isolado em boas condições de meio, começa a produzir progresso, mas não se nacionaliza na mesma velocidade do primeiro" (Roquette-Pinto, 1933: 124). Outros, como Renato Kehl, consideravam a miscigenação um risco para o crescimento do país. No livro **Lições de Eugenia** (1929)**,** Kehl considerava o desaparecimento dos índios e negros como uma prova da superioridade da raça branca, que permaneceria. Os mestiços eram considerados inferiores. Kehl era contrário ao fomento da imigração negra e amarela. Havia um desejo de se homogeneizar o país. Para ele, era um desperdício de tempo permitir que tais povos aportassem no Brasil, já que estavam fadados ao desaparecimento. Em relação ao cruzamento de raças, ele alegava tratar-se de um "elemento perturbador da evolução natural" e que não constituía meio de aperfeiçoamento étnico. Kehl defendia que aqueles que acreditavam no contrário o faziam sem fundamento científico. Do ponto de vista eugênico, ele contra-indicava "toda e qualquer união de raça, isto é, entre indivíduos da raça branca com a negra, da branca com a selvagem, da branca com a amarela, e assim por diante" (Kehl, 1929:

191). A questão da miscigenação dividia as opiniões. Era quase impossível chegar a um consenso. Durante as discussões acerca do assunto no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, essa contenda evidenciou-se ainda mais.

No congresso os trabalhos eram apresentados e suas conclusões discutidas entre os participantes. Esse era o momento no qual as vozes, na maioria das vezes, discordavam. Em relação à miscigenação alguns, como Oscar Fontenelle, eram categóricos ao afirmar que "o cruzamento de raças diversas é mau" e alertavam a respeito do perigo da imigração negra e japonesa. Já outros, como Fernando Magalhães, defendiam que a eugenia não excluía a humanidade. Para ele, não eram os "pigmentos" que determinavam as qualidades das raças: "As restrições impostas às correntes imigratórias importam numa injustiça e num suicídio. (...) Há uma injustiça, porque todo nosso passado se funda no mestiço e há um suicídio, porque todos somos mestiços e assim nos excluímos". Mello Leitão considerava a condenação da imigração japonesa como um impedimento a uma fonte de progresso (Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, *Atas e Trabalhos*, 1929: 20). A discussão a respeito da miscigenação e, conseqüentemente, da imigração, continuou no outro dia de reunião e acabou esbarrando em outro aspecto bastante em pauta na eugenia brasileira: o mito do branqueamento. Na ocasião, Xavier de Oliveira apresentou seu trabalho intitulado "Da imigração européia para o nordeste brasileiro". Nele, Oliveira falava da inferioridade física do nordestino e da melhora ocorrida quando este se misturava a raças superiores, como a alemã, por exemplo. Ele relatou o caso de duas irmãs cearenses ("fortes, robustas"), que quase tiveram sua descendência extinta, exceto por uma das bisnetas, que havia se casado com um alemão e gerado "duas crianças muito bem constituídas". Além disso, Oliveira considerava os mulatos de uma inferioridade "apavorante". Roquette-Pinto ponderava alegando que Oliveira havia chegado a tal conclusão a respeito dos mulatos, após examinar pessoas doentes. A reprodução dessa passagem do congresso vem ilustrar os diferentes elementos do caleidoscópio eugênico que havia no Brasil. Até mesmo a miscigenação era vista de diferentes maneiras.

Dessa forma, o mito do branqueamento do país surgia como regenerador de uma sociedade multirracial. A mistura de raças permitiria o branqueamento progressivo da população por meios naturais. O desaparecimento dos negros e índios puros era visto com certo otimismo. A imigração branca era saudada como um dos instrumentos mais eficazes para o branqueamento da

população, visto que o seu cruzamento com os mulatos, por exemplo, acabaria por extinguir qualquer traço africano ou indígena que fosse, ao menos no tom da pele. Tais populações eram segregadas não apenas racial, mas socialmente, vivendo em condições de extrema pobreza, marginalidade e repressão. Numa sociedade multirracial, buscava-se um denominador comum, mas dominado pela "branquidade" (Stepan, 2004). Em linhas gerais, a fórmula para o branqueamento poderia ser representada como: miscigenação + altas taxas de mortalidade dos negros (Skidmore, 1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A preocupação central deste trabalho foi questionar se existiria alguma participação da Fundação Rockefeller no movimento eugenista brasileiro Ao tentarmos responder a essa pergunta deparamos-nos com uma versão "local" face ao movimento eugenista mundial e com a atuação da fundação, tanto no contexto local como internacional.

A eugenia brasileira nas duas primeiras décadas do século XX possuía características particulares, distintas daquela praticada nos Estados Unidos e na Alemanha, por exemplo. Em primeiro lugar sua inclinação neolamarckiana e a crença de que as condições do meio ambiente incidiriam diretamente na constituição do povo brasileiro. Segundo: a busca por soluções que atendessem às peculiaridades do país e não simplesmente reproduzissem o que os eugenistas estrangeiros acreditavam. Terceiro: a defesa de um ideal de regeneração da raça, ao contrário da tese de degeneração defendia em outros países.

Como vimos discutindo ao longo do trabalho, a eugenia, de maneira geral, não se apresentou como um bloco monolítico. Na Inglaterra, berço do movimento, as idéias de Francis Galton, considerado o precursor da eugenia, defendiam o incentivo a casamentos que gerariam proles saudáveis e bem-sucedidas, a exemplo dos seus progenitores. Isso foi classificado como eugenia positiva. Nos Estados Unidos defenderam-se ações mais radicais voltadas para a esterilização daqueles considerados inaptos e para o controle da imigração indesejada. Esse desdobramento da eugenia seria denominado de negativa. O caso da Alemanha é bastante curioso. Ao contrário do que se imagina, a eugenia nesse país é muito anterior à ascensão de Hitler ao poder. Já no final do século XIX, buscava-se o aperfeiçoamento da raça. É curioso observar que alguns eugenistas alemães como, por ex., Alfred Ploetz, considerado um dos pioneiros no movimento na Alemanha, defendiam até mesmo o casamento entre arianos e judeus. Ploetz acreditava que uma seleção dos mais aptos poderia ser realizada por meio de um estágio de "pré-fertilização", algo mais próximo à eugenia positiva de Galton. Evidentemente, não seríamos ingênuos de alegar que a eugenia não possuía características racistas. O que tentamos demonstrar é a complexidade e a heterogeneidade do movimento eugenista de maneira geral em países como os Estados Unidos e Alemanha e, de maneira mais detalhada, no caso do Brasil.

O que é importante destacar no caso da Alemanha é que até o governo Hitler o movimento eugenista alemão foi permeado por diferentes posturas, dividindo-se entre racistas e não-racistas. Black ao mesmo tempo em que aponta fundações como a Carnegie e a Rockefeller como as financiadoras principais do movimento eugenista nos Estados Unidos e Alemanha, reconhece que os executivos da fundação "não faziam propaganda do nazismo nem aprovavam a violenta repressão de Hitler"; ainda segundo ele, a agenda da Rockefeller era "estritamente biológica, sem nada de política" (Black, 2003: 579). Para outros autores, como Weindling (2000), a ascensão de Hitler ao poder foi um episódio que colocou a Fundação Rockefeller à prova. Para ela, o Führer seria apenas um "fenômeno passageiro". Vale lembrar que a Rockefeller vinha investindo na ciência alemã desde a década de 1920. A fundação estava interessada em proteger os investimentos aplicados na Alemanha e Hitler, sendo efêmero, não justificaria a cessão imediata da contribuição americana. Entretanto, a partir de 1933, adotou-se a cautela como critério para novas colaborações. Até a deflagração da Segunda Guerra Mundial, em 1939, a Rockefeller havia cessado todos os estudos eugenistas na Europa ocupada pelo nazismo. O próprio Black que acusa a fundação de ser financiadora direta de Hitler, reconhece que a Rockefeller "nunca soube de Mengele" (Black, 2003: 588).

Essa movimentação não foi exclusiva da Fundação Rockefeller ou do movimento eugenista alemão. Essa efervescência e complexidade pertencem particularmente à eugenia e à ciência de maneira geral. Autores, como Nancy Stepan, destacam que é necessário abordar a eugenia em suas diferentes nuances e não apenas como algo de domínio nazista. O que este trabalho tentou fazer foi debruçar-se sobre um período no qual a eugenia começava a se institucionalizar no Brasil, contando com nomes já consagrados na classe médica como Belisário Penna, Renato Kehl e outras figuras eminentes na discussão acerca da constituição da raça brasileira, como o antropólogo e então diretor do Museu Nacional, Edgar Roquette-Pinto, e figuras que começariam a despontar nessa discussão, como o professor do Departamento de Zootecnia da Escola Agrícola Luiz de Queiroz (Esalq – Piracicaba), Octávio Domingues. Nesse período, até a segunda década do século XX, a eugenia no Brasil era sinônimo de saneamento. As expedições dos médicos Belisário Penna e Artur Neiva haviam desnudado as condições precárias, insalubres e desumanas nas quais os sertanejos viviam. Mais que isso: derrubavam a visão romântica de alguns a respeito do sertão brasileiro. Por outro lado, essa constatação propiciaria

um alívio para aqueles que julgavam o povo brasileiro condenado pela raça e pelo clima. Até mesmo a célebre personagem de Monteiro Lobato, Jeca Tatu, passa de degenerado para um homem doente. Lobato passaria a alegar que o Jeca não era assim, mas estava daquela forma devido às doenças que o assolavam.

Ao tentarmos responder à questão principal do trabalho, notamos que o período no qual a eugenia começa a se institucionalizar no país, com a criação da Sociedade Eugênica de São Paulo, em 1918, coincide com a chegada da Fundação Rockefeller ao país. No período compreendido entre 1910 a 1920, a fundação norte-americana desempenhou papel fundamental na implementação de programas de saúde pública, como o combate à ancilostomíase, à febre amarela, e a assuntos que se relacionavam ao saneamento. Num primeiro momento, pode-se falar que a Fundação Rockefeller participou do movimento eugenista brasileiro, por uma via alternativa, por meio do movimento sanitarista. Algumas das figuras que trabalharam diretamente tanto nas negociações da Rockefeller com as autoridades brasileiras, bem como na implementação efetiva da ação dela no país, destacaram-se também na eugenia brasileira. É o caso do médico Arnaldo Vieira de Carvalho, figura-chave na parceria estabelecida entre a Fundação Rockefeller e a Universidade de São Paulo (USP), na criação da Faculdade de Medicina. Além de diretor clínico da Santa Casa de Misericórdia e do Instituto Vacinogênico, Carvalho era também presidente da Sociedade Eugênica de São Paulo.

Ao mesmo tempo, podemos alegar que a Fundação Rockefeller foi "capturada" pelo movimento eugenista brasileiro. Não há no verbo "capturar" qualquer conotação que nos remeta à idéia de manipulação, ou seja: a Rockefeller não foi manipulada pelos atores locais. Ao chegar ao país a fundação norte-americana se deparou com movimentos que já vinham se desenvolvendo antes de sua chegada. Diferente da maneira como a fundação financiou programas ligados diretamente à eugenia nos Estados Unidos e na Alemanha, no Brasil, a Rockefeller viu-se envolvida num movimento que já vinha se consolidando no país. A fundação norte-americana encontrou por aqui não somente uma classe médica já consolidada, mas também uma eugenia com características distintas daquelas praticadas em outros países. Enquanto se falava em degeneração das raças, aqui se buscava a regeneração de um povo doente. A preocupação com o controle dos corpos que permeava o movimento como um todo, estendia-se também para o meio ambiente no qual esses corpos viviam e conviviam. Defendia-se também o controle dos

[MCC2] Comentário: Mais do que conspiração a idéia é de manipulação, ou seja, a rockefeller não foi manipulada pelos atores locais...

casamentos, os exames pré-nupciais, mas acreditava-se que somente por meio do saneamento dar-se-ia efetivamente o melhoramento do brasileiro.

Isso nos leva a defender que mais do que uma participação indireta, a Fundação Rockefeller viu-se enredada por uma rede de atores já estabelecida no país, que atuava fortemente tanto no movimento sanitarista, bem como no movimento eugenista. O que se estabeleceu entre a Fundação Rockefeller e o Brasil também pode ser classificado como um acordo de cooperação internacional, ou seja, uma troca de saberes entre os financiadores e os receptores da doação. Normalmente, esse tipo de acordo efetiva-se por meio de ações que fomentam as atividades científicas de maneira continuada, incluindo quase sempre algum tipo de financiamento. Dessa maneira, é possível averiguar que as ações da Fundação Rockefeller, naquilo que se refere à eugenia, na Alemanha ou ao sanitarismo/eugenia no Brasil não eram ações isoladas, mas parte de uma política de cooperação internacional. Novamente, ao contrário, do que alguns autores querem nos levar a crer, não foi um ato isolado, mas sim uma política de incentivo à ciência em escala mundial. Aliás, essa filantropia em larga escala era uma das pretensões iniciais da Rockefeller ao ser instituída como fundação filantrópica, como vimos logo no início do trabalho.

O Brasil não pode ser visto como um receptor passivo. Ao contrário, como já dissemos, a comunidade médica brasileira consolidava-se, e, além disso os cientistas de maneira geral, mantinham diálogos com seus pares em outras partes do mundo. Autores, como por exemplo Nancy Stepan, alegam que alguns médicos brasileiros não liam com fluência artigos em inglês ou alemão, mas há que se acautelar com as generalizações. Muitos dos eugenistas brasileiros mantinham diálogo com eugenistas de outros países; inclusive, um dos expoentes da eugenia americana na época, o zoólogo Charles Davenport, diretor do Escritório de Registro Eugenista (*Eugenics Record Office* - ERO), mantida pela Instituição Carnegie, chegou a enviar um questionário a respeito dos cruzamentos entre humanos para o antropólogo Roquette-Pinto. Além disso, o antropólogo brasileiro fazia alusões em seus trabalhos a expoentes da eugenia alemã, como Eugen Fischer, do Instituto Kaiser Wilhelm de Antropologia, Hereditariedade Humana e Eugenia. Isso não significa, entretanto, que Roquette-Pinto possuísse inclinações nazistas, defendesse a esterilização dos inaptos, ou demonstrasse algum tipo de racismo radical. Roquette-Pinto foi um dos defensores da miscigenação como algo positivo para o Brasil. Para ele, o desaparecimento dos mestiços não era devido à sua constituição racial, mas às péssimas

condições nas quais viviam. Ao mesmo tempo, integrava o grupo que criticava o neolamarckismo, e a incidência do meio sobre característica tipicamente genotípicas. Roquette-Pinto e Octávio Domingues defendiam a necessidade de separar a idéia de eugenia como sinônimo de higiene ou saneamento. Para ambos, a eugenia deveria ocupar-se apenas das leis biológicas, fornecidas pela genética, enquanto que o saneamento e a higiene eram de domínio daquilo que chamaram de eutecnia, ou seja, medidas externas que podiam agir como estímulo, no desenvolvimento da herança biológica.

Ao destacarmos essa correspondência Roquette-Pinto com Charles Davenport e das suas alusões a Eugen Fischer, tentamos ilustrar a complexidade e heterogeneidade do movimento eugenista brasileiro. De certa forma, ser complexo e heterogêneo podem ser considerados como denominadores comuns à eugenia mundial.

Ao longo do trabalho, destacamos a atuação de alguns eugenistas como Renato Kehl, Octávio Domingues e do próprio Roquette-Pinto. Nem nos detivemos na superficialidade, nem nos detivemos em qualquer um deles propositalmente. Ao apresentarmos as idéias principais de cada um, procuramos demonstrar a heterogeneidade da eugenia brasileira que vimos defendendo, por meio das vozes de alguns de seus representantes de destaque. Renato Kehl, por exemplo, é uma figura emblemática. Em sua trajetória, apresentou as diferentes correntes que permearam a eugenia no Brasil. Em três obras do eugenista, Castañeda nos apresenta as mudanças de posturas de Kehl, i.e., no livro **Eugenia e Medicina Social,** de 1920, o ativista equivalia sanitarismo à eugenia. Já na obra **Lições de Eugenia,** de 1929, além da eugenia preventiva, passa a defender as eugenias negativa e positiva. Por fim, na obra **Aparas eugênicas: Sexo e Civilização,** de 1933, separa a idéia de higiene da raça da higiene sanitária. Mobilidade típica do movimento eugenista.

Da mesma maneira, não nos aprofundamos na discussão acerca da raça. Procuramos apresentar apenas um pano de fundo no qual a eugenia brasileira era discutida. Apesar de ser considerada como um dos pontos principais do movimento brasileiro, detivemo-nos em apurar o envolvimento da Fundação Rockefeller na eugenia brasileira. Quando nos questionamos sobre qual seria a constituição do povo brasileiro no capítulo três, procuramos mostrar, em linhas bastante gerais, qual era o posicionamento de alguns eugenistas em relação a assuntos como miscigenação, mito do branqueamento, entre outros. Esforçamos-nos para, novamente, ilustrar as

diferentes posições que os eugenistas possuíam em relação ao papel que o mestiço e os imigrantes não-europeus desempenhavam: ora figuras positivas, ora figuras desprezíveis.

No caso específico deste trabalho, seria um equívoco tentarmos uma posição a favor de uma ou de outra corrente eugenista ou de alguma teoria a respeito da constituição racial brasileira. Esses elementos serviram como um cenário, parodiando uma peça teatral, no qual as personagens atuantes construíram um enredo, marcado pela diversidade – e porque não dizer, de conflitos - de vozes e de posturas. Novamente, voltamos a frisar que a Fundação Rockefeller é "capturada" por esses atores e passa a atuar diretamente no movimento sanitarista nas duas primeiras décadas do século XX e como "atriz coadjuvante" na eugenia brasileira.

Vários trabalhos discutem o movimento sanitário, a questão da saúde pública no Brasil, a Fundação Rockefeller, a eugenia e seus ativistas. Entretanto, é escassa a discussão a respeito da Fundação Rockefeller e o movimento eugenista brasileiro. Resta-nos deixar muito claro que esse trabalho é uma contribuição inicial para que outros possam ser desenvolvidos. A eugenia é um assunto bastante polêmico e ao mesmo tempo fascinante. Ao ler este trabalho, talvez percebamos o quanto do pensamento eugênico discutido no início do século passado ainda permeia algumas de nossas discussões a respeito de saúde e da própria constituição da nossa nacionalidade. O cuidado e o controle do corpo, por exemplo, são preocupações correntes tanto na mídia, como no meio acadêmico. Células-tronco, fertilização *in vitro*, não seriam maneiras de controlarmos os nascimentos e evitarmos aqueles considerados inaptos pelo movimento eugênico? O que dizer da proliferação das academias de ginástica e do culto ao corpo? No Primeiro Congresso de Eugenia Brasileiro, realizado em 1929, propunha-se a criação de um departamento nacional de educação física. Discussões antigas, eugenia na atualidade.

Talvez outro objetivo, menos explícito, possa ser percebido neste trabalho: que ele contribua para que outros se interessem pelo tema e descubram como as ações da Fundação Rockefeller no movimento eugenista brasileiro perpetuaram-se por meio da instituição de programas de saúde pública que contribuíram efetivamente para a melhoria da qualidade de vida do brasileiro, e a maneira como os ecos das vozes de figuras como Kehl, Domingues, Roquette-Pinto, entre outros eugenistas, ainda ressoam na atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, M. C. **A Revolução de 30: da República Velha ao Estado Novo.** 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

ARNOVE, R. (org.) **Philanthropy and Cultural Imperialism: The Foundations at Home and Abroad.** Boston: G. K. Hall, 1982a.

ARNOVE, R. "Foundations and the Transfer of Knowledge" In: _____.**Philanthropy and Cultural Imperialism: The Foundations at Home and Abroad.** Boston: G. K. Hall, 1982b.

BEREZ, T; WEISS, S. F. The Nazi symbiosis: politics and human genetics at the Kaiser Wilhelm Institute. **Endeavour**, v. 28, n. 4, 2004.

BLACK, E. **A guerra contra os fracos: a eugenia e a campanha norte-americana para criar uma raça superior**. São Paulo: A Girafa Editora, 2003.

BOLETIM DE EUGENIA. Suplemento da "medicamenta". Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Eugenia, n. 3, março de 1929.

BOLETIM DE EUGENIA. Suplemento da "medicamenta". Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Eugenia, n.4, abril de 1929.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CASTAÑEDA, L. A. "The Brazilian Eugenic Movement and its Proposal of Sanitation and Prevention of Diseases". In: INTERNATIONAL CONGRESS OF HISTORY OF SCIENCE**,** XX. 1997, Liège.

_____ "Apontamentos historiográficos sobre a fundamentação biológica da eugenia". **Episteme**, v. 5, pp. 23-48, 1998.

_____ "Eugenia e Casamento". Rio de Janeiro: **História Ciência Saúde – Manguinhos**, v. 10, n. 3, 2003.

CASTRO SANTOS, L. A. O pensamento sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. Rio de Janeiro: **Dados**, v. 28, n. 2, p. 193-210, 1985.

_____ A Fundação Rockefeller e o Estado Nacional: história e política de uma missão médica e sanitária no Brasil. São Paulo: **Revista Brasileira de Estudos da População**. v. 6, n. 1, p. 105-110, 1989.

_____ Poder, ideologias e Saúde no Brasil da Primeira República: ensaio de sociologia histórica. In: HOCHMAN, G.; ARMUS, D.(org.) **Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

CASTRO SANTOS, L. A; FARIA, L. R. **A reforma sanitária no Brasil: ecos da Primeira República**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

COLLIER, P; HOROWITZ, D. **The Rockefellers: An American Dynasty**. New York: New American Library, pp. 61-65, 1976.

COSTA, M. C. Cooperação Internacional, Desenvolvimento e Ciência na Periferia. **Horizontes**, v. 22, n. 2, pp. 191-204, 2004.

CUETO, M. **Missionaries of science. The Rockefeller Foundation and Latin America**. Indianápolis: Indiana University Press, 1994.

DOMINGUES, O. O meio revela....**Boletim de Eugenia**, Suplemento da "medicamenta". Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Eugenia, n.16, 1930.

_____ **Eugenia – seus propósitos, suas bases, seus meios.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

FARIA, L. R. de "Os primeiros anos da reforma sanitária no Brasil e a atuação da Fundação Rockefeller (1915-1920)**"**. Rio de Janeiro, **Physis**. v.1, pp. 109-129, 1995.

FARIA, L. R &. COSTA, M. C. Cooperação Científica Internacional: Estilos de Atuação da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford. Rio de Janeiro, **Dados**, v. 49, n. 1, pp. 159 a 191, 2006.

FLEURY, A. C.C.; VARGAS, N. (orgs.) **Organização do trabalho: uma abordagem interdisciplinar, sete casos brasileiros para estudo**. São Paulo: Atlas, 1983.

FOSDICK, R. B. **The Story of the Rockefeller Foundation.** 1ª ed, New Jersey: Transaction Publishers, 1989, 1952.

GOMES, A. de C. (org.) **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

HOCHMAN, G. **A Era do Saneamento.** São Paulo: Hucitec/ Anpocs, 1998.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1989.

HOWE, B. "The emergence of Scientific Philanthropy, 1900-1920: Origins, Issues, and Outcomes. In: ARNOVE, R. F. **Philanthropy and Cultural Imperialism: The Foundations at Home and Abroad**. Boston: G. K. Hall, 1982.

KARL, B. D. & KATZ, S. "Foundations and Ruling Class Elites". In: *Philanthropy, Patronage, Politics*. American Academy of Arts and Science, Daedalus, vol. 116, n. I, 1987.

KAY, L. E. **The Molecular Vision of Life: Caltech, the Rockefeller Foundation, and the rise of the new biology**. New York: Oxford University Press, 1993.

KEHL; R. **Eugenia e Medicina Social – problemas da vida**. 2ª ed, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves,1923.

_____ **Lições de Eugenia**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1929.

_____ Uma nova entidade científica que aparece: a Comissão Central Brasileira de Eugenia. In: **BOLETIM DE EUGENIA**, Suplemento da "medicamenta". Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Eugenia, n. 27, 1931.

KÜHL, S. **The Nazi Connection – Eugenics, American Racism, and German National Socialism.** New York: Oxford University Press, 1994.

LEONARD, T. C. Mistaking Eugenics for Social Darwinism: Why Eugenics is Missing from the History of American Economics. **History of Political Economy**, v. 37, 200-233, 2005a. Disponível em: <http://www.princeton.edu/~tleonard/papers/mistaking.pdf>. Acesso em: 18/08/2006.

_____ "Retrospectives: Eugenics and Economics in the Progressive Era". **Journal of Economic Perspectives**, v. 19, n. 4, 207–224, 2005b. Disponível em:< http://www.princeton.edu/~tleonard/papers/retrospectives.pdf>. Acesso em: 18/08/2006.

LIMA, N. T; HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República**.** In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (orgs.). **Raça, ciência e sociedade.** Rio de Janeiro: Fiocruz, Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

LÖWY, I; ZYLBERMAN, P. Medicine as a Social Instrument: Rockefeller Foundation, 1913-1945. **Stud. Hist. Phil. Biol. & Biomed. Sci,** v. 31, n. 3, pp. 365-379, 2000.

MACKENZIE, D. Eugenics in Britain. **Social Studies of Science**, v. 6, pp. 499-532. 1976.

MARINHO, M. G. S. M. C. **Norte-americanos no Brasil: uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934-1952)** Campinas: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2001.

MARINS, P. C. G. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras**.** In: SEVCENKO, N. (org.) **História da vida privada no Brasil (3).** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARQUES, R. de C. **Imagem social do médico de senhoras no século XX.** Belo Horizonte: Coopmed, 2005.

PAIVA, C. H. A. A saúde pública em tempos de burocratização: o caso do médico Noel Nutels. Rio de Janeiro: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 10 n.3, pp. 827-51, set/dez. 2003

_____ Samuel Pessoa: uma trajetória científica no contexto do sanitarismo campanhista e desenvolvimentista no Brasil. Rio de Janeiro, **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 13, n. 4, pp. 794-831, out/dez. 2006.

PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. **Atas e Trabalhos**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1929.

REIS, J. R. F. **Higiene Mental e eugenia: o projeto de "regeneração nacional" da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930).** Campinas: s.n., dissertação de mestrado, 1994.

ROQUETTE-PINTO, E. **Seixos Rolados.** Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & C, 1927.

_____ **Ensaios de Anthropologia Brasiliana.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

ROSE, W. Observações sobre a situação da saúde pública e sobre o trabalho da Junta Internacional de Saúde no Brasil, 1920**. História, Ciências, Saúde Manguinhos**, v. 1, n. 2, nov.1994/fev.1995. Apresentação de Lina Rodrigues de Faria.

ROSEN, G **Uma história da saúde pública**. São Paulo-Rio de Janeiro: Ed. Hucitec-Unesp-Abrasco, 1958.

_____ **Da polícia médica à medicina social: ensaios sobre a história da assistência médica**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

SAUNIER, P-Y. **Selling the Idea of Cooperation: The US Foundations and the European Components of the `Urban Internationale`1920s-1960s**. pp. 1-24, 2000. (mimeo)

SEBASTIÁN, J. Las redes de cooperación como modelo organizativo y funcional para la I+D. **Revista de Estúdios Sociales de la Ciência**, Buenos Aires, v. 7, n. 15, 2000.

SOUSA, C. P. de. Saúde, educação e trabalho de crianças e jovens: a política social de Getúlio Vargas. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Capanema: o ministro e seu ministério.** Rio de Janeiro: Editora FGV; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000.

STEPAN, N. L. Eugenesia, genética y salud pública: El movimiento eugenésico brasileño y mundial. **Quipu**, v. 2, n. 3, 1985.

_____ **The Hour of eugenics: race, gender and nation in Latin America.** New York: Cornell University Press, 1991.

_____ Eugenia no Brasil, 1917 - 1940. In: HOCHMAN, G.; ARMUS, D.(org.) **Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

SKIDMORE, T. E. **Uma história do Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TELLES, A. Q. O problema imigratório e o futuro do Brasil. In: **BOLETIM DE EUGENIA**, Suplemento da "medicamenta". Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Eugenia, n.11, 1929.

WEINDLING, P. **Health, Race and German Politics between Unification and Nazism (1870-1945)**. Nova York: Cambridge University Press, 1989.

_____ An Overloaded Ark? The Rockefeller Foundation and Refugee Medical Scientists, 1933-45. **Stud. Hist. Phil. Biol. & Biomed. Sci**. v. 31, n. 03, pp. 477-489, 2000.

WEISS, S. F. "The Race Hygiene Movement in Germany, 1904-1945". In: ADAMS, M. B. (org.) **The Wellborn science: eugenics in Germany, France, Brasil and Rússia.** Nova Yord: Oxford University Press, 1990.

WELLS, H. G.; HUXLEY, J.; WELLS, G.P. **A Ciência da Vida: Evolução dos Seres Vivos.** Vol. 3. Trad. Almir Andrade. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1941.

WILSON, P. K. Harry Laughlin´s eugenic crusade to control the ´socially inadequate´ in Progressive Era America. **Institute for Jewish Policy Research,** v.36, n. 1, 2002.

BIBLIOGRAFIA:

BOARINI, M. L. (org.) **Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil.** Maringá: Eduem, 2003.

CAMPOS, C. **São Paulo pela lente da higiene. As propostas de Geraldo de Paula Souza para a cidade (1925-1945)**. São Carlos: RiMa Editora, 2002.

CANDEIAS, N. M. F. Memória histórica da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (1918/1954). São Paulo: **Revista de Saúde Pública**, v. 18, pp. 2-60, 1984.

COLBY, G; DENNETT, C. **Seja feita a vossa vontade: a conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o Evangelismo na Idade do Petróleo.** Rio de Janeiro: Record, 1998.

FARIA, L. R. de O Instituto de Higiene: contribuição à história da ciência e da administração em saúde em São Paulo. Rio de Janeiro: **Physis**, v. 9, n.1, pp. 175-208, 1999.

HUXLEY, J. **La genetica soviética y la ciencia mundial**. México: Hermes, 1952.

MARQUES, V. .R. B. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico.** Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

SKIDMORE, T. E. **Preto no branco: raça e racionalidade no pensamento brasileiro.** São Paulo: Paz e Terra, 1989.